

O poder do macho

A discriminação contra a mulher e o negro no Brasil é socialmente construída para beneficiar quem controla o poder econômico e político. E o poder é macho e é branco.

Heleieth Saffioti, ensaísta, socióloga e advogada, mostra que esse processo baseia-se no patriarcado, no racismo e no capitalismo. Assim, fica claro que é o conjunto desses três sistemas que deve ser enfrentado, visando à construção de uma sociedade mais justa.

Historicamente, a luta contra apenas uma dessas características de dominação mostrou-se um erro e resultou em derrota.

ISBN 85-16-00364-7



9 788516 003647



O PODER DO MACHO

HELEIETH I. B. SAFFIOTI

10

POLEMICA

O PODER DO MACHO

HELEIETH I. B. SAFFIOTI



11^a
IMPRESSÃO

Coordenação editorial: José Carlos de Castro

Preparação de texto: Lisabeth Bansi Giatti

Capa: foto de Eduardo Santaliestra

Composição: Linotipadora Expressa

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Barbra Gráfica e Editora Ltda.

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

S134p Saffioti, Heleieth I.B.
O poder do macho / Heleieth I.B. Saffioti. -- São Paulo : Moderna, 1987. (Coleção polêmica)

Bibliografia.

1. Discriminação
2. Discriminação - Brasil
3. Discriminação contra mulheres
4. Machismo I. Título. II. Série.

CDD-305.3
-305
-305.0981
-305.42

87-1714

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Discriminação : Sociologia 305.0981
2. Discriminação : Aspectos sociais 305
3. Discriminação contra mulheres : Sociologia 305.42
4. Machismo : Sociologia 305.3
5. Papéis sociais e sexo 305.3
6. Sexo e papéis sociais 305.3

ISBN 85-16-00364-7

Todos os direitos reservados

EDITORA MODERNA LTDA.

Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Vendas e Atendimento: Tel. (0_ _11) 6090-1500
Fax (0_ _11) 6090-1501
www.moderna.com.br
2001

Impresso no Brasil

CAACAM

SUMÁRIO

Introdução	5
1. Papéis sociais atribuídos às diferentes categorias de sexo	8
2. A quem serve a relação de dominação da mulher pelo homem?	21
3. A supremacia masculina na sociedade capitalista	41
4. Contradições da ideologia liberal	68
5. Uma estratégia de luta	86
6. Vale a pena lutar?	98
Conclusão	111
Sugestões de leitura	119

“A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem, ele próprio, de ser educado. Ela acaba, por isso, necessariamente, por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima da sociedade.

A coincidência do mudar das circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como *práxis revolucionante*.” (Marx e Engels, *Obras escolhidas*, Moscou, Edições Progresso, t. 1, Lisboa, Edições Avante, 1982.)

A Marcos Nogueira, ser humano de primeira categoria, com quem muito aprendi.

INTRODUÇÃO

Embora eu esteja há um quarto de século estudando a temática feminina, nunca havia escrito para não-iniciados, para aqueles que não dominam a terminologia científica.

Quando a Editora Moderna me convidou para escrever um livro para a Coleção Polêmica, senti aquela coceira gostosa provocada pela novidade. Ainda, eu estava habituada a usar uma linguagem muito específica, rigorosamente científica, conhecida, em boa gíria brasileira, por sociologuês. Seria capaz de abandonar a terminologia sociológica, para trocar em miúdos algumas análises que havia realizado?

Muitos, aí inclusive amigos meus, opinaram que eu só sabia escrever sociologuês. Resolvi, pois, tomar estas afirmações como desafios. Mas não foram elas os únicos fatores de meu empenho em traduzir para uma linguagem simples idéias que eu já havia escrito em linguagem fechada, hermética, sisuda. Havia também o desafio, e este me provocava ainda maior coceira, de dialogar com jovens, de lhes propor uma nova estratégia de luta, de lhes oferecer elementos para a escolha de uma vida mais feliz.

Ademais, o público que lê português é infinitamente maior do que aquele que lê sociologuês. Perguntei-me, então, insistentemente, se não era chegado o momento de tentar passar para este público uma parte de minha experiência. Fiz-me esta pergunta enquanto educadora. Na profissão de professora universitária, não havia eu desempenhado esta função de explicar, isto é, de tornar simples e compreensíveis conceitos complexos, que denominam fenômenos complicados? Não procedo da mesma maneira quando faço conferências para públicos pouco instruídos e até mesmo analfabetos? Nada justificava, portanto, que eu deixasse de tentar a feitura deste pequeno livro. Assim, lancei-me à luta e dela lhes apresento, agora, o fruto. Caberá a vocês julgar-lhe o gosto.

De minha parte, confesso que a experiência me ensinou muito e me causou enorme prazer. Por vezes, tinha a impressão de estar diante de vocês, em pessoa, batendo papo. Espero que sintam o

mesmo. Mas, se assim não ocorrer, isto significa que ainda devo aprender muito para me comunicar com este público. Embora eu seja bem mais velha que os meus leitores, estarei disposta a começar de novo, tentando outro método de abordagem. Se este for o caso, quem sabe, um dia, chegarei lá.

Este pequeno livro destina-se a todo e qualquer jovem disposto a conhecer um pouquinho sobre fenômenos cruéis, como a discriminação contra a mulher e contra o negro, na sociedade brasileira. Muitos dos fatos aqui abordados não são exclusivos deste país. Lamentavelmente, apresentam-se, com maior ou menor intensidade, em todas as partes do mundo. Sempre que o espaço o permitiu, referências a outras nações foram feitas. O objetivo fundamental desta obra, porém, consiste em levar o jovem a conhecer melhor seu próprio país, o nosso país. Obviamente, o Brasil não está isolado do resto do mundo. E isto tem tanta importância que, sempre que possível, se procurou mostrar como cada nação dança a música tocada no cenário internacional.

E por falar em música, vocês perceberão, através das letras das músicas populares brasileiras que utilizei, como estes fenômenos complicados sobre os quais escrevem sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, estão presentes na vida cotidiana de cada um. Se assim não fora, o poeta, o músico, o artista, não os teriam posto em versos, em telas, em filmes. Quantas lições não se podem tirar de uma ida ao cinema, da atividade de ouvir música, de visitar museus! Basta estar atento e dispor de alguns instrumentos de análise para ir fundo no processo de esquadramento desta nossa realidade social tão injusta, iníqua, hipócrita.

Minha intenção ao escrever este livro foi introduzi-los neste tipo de observação, de raciocínio, de análise. Genericamente falando, os homens não se interessam pela temática feminina. Vocês já se perguntaram sobre o porquê desta indiferença? De um lado, muita gente trabalhou bastante para pôr na cabeça dos rapazes que este assunto diz respeito exclusivamente às mulheres. De outro, os rapazes foram alvo da maciça propaganda que rotula todo e qualquer feminismo através da conotação pejorativa do feminismo radical.

No entanto, a razão mais importante do desinteresse dos homens pela problemática feminina reside no fato de que, em geral, não se lhes mostra a face oculta do "privilégio" do *macho*. E por que não o fazem? Ora, no momento em que o homem entender que também ele é prejudicado pelas discriminações praticadas contra as mulheres, a

supremacia masculina estará ameaçada. E com ela estarão também ameaçados o duplo padrão de moral que alimenta a família burguesa, a própria família, o domínio dos poderosos. O mesmo pode ser dito com relação à discriminação contra negros.

Houve época em que as estudiosas da problemática feminina não constituíam nenhuma ameaça. Tratava-se, segundo a opinião geral, de um assunto secundário que só interessava àquelas feministas tidas e havidas como mal-amadas. Contudo, à medida que se foram produzindo estudos sérios sobre o assunto, este foi deixando de ser inofensivo e foi passando a ser subversivo.

Por que o tratamento dispensado ao tema neste livro é subversivo? Porque não aceita mitos, nem hipocrisias, nem desumanização de homens e mulheres, subverte a ordem estabelecida, questiona-a, transforma-a. E isto, é claro, não ocorre apenas no livro; acontece no dia-a-dia de cada um, nas lutas coletivas, nos movimentos políticos.

O que faço basicamente neste livro é sugerir a todos os jovens — moças e rapazes — um novo caminho, conducente a uma sociedade menos injusta, menos iníqua, menos castradora. Embora este caminho possa não ser o melhor, nem mesmo o único, para a construção de relações igualitárias de gênero, isto é, entre homens e mulheres, e inter-raciais, ou seja, entre representantes de diferentes raças, sem dúvida é muito superior aos modelos que gerações sucessivas vêm repetindo ao longo da história. Desta sorte, a sugestão do caminho está feita. A maneira de trilhá-lo constituirá tarefa de cada um.

1. PAPÉIS SOCIAIS ATRIBUÍDOS ÀS DIFERENTES CATEGORIAS DE SEXO

Introdução

Não é difícil observar que homens e mulheres não ocupam *posições iguais* na sociedade brasileira. Embora este fenômeno não seja exclusivo do Brasil, é sobre esta nação, fundamentalmente, que incidirá a análise aqui desenvolvida.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem.

A socialização dos filhos, por exemplo, constitui tarefa tradicionalmente atribuída às mulheres. Mesmo quando a mulher desempenha uma função remunerada fora do lar, continua a ser responsabilizada pela tarefa de preparar as gerações mais jovens para a vida adulta. A sociedade permite à mulher que delegue esta função a outra pessoa da família ou a outrem expressamente assalariado para este fim.

Todavia, esta "permissão" só se legitima verdadeiramente quando a mulher precisa ganhar seu próprio sustento e o dos filhos ou ainda complementar o salário do marido.

Apenas nas classes dominantes a delegação desta tarefa de socialização dos filhos não necessita de legitimação da *necessidade de trabalhar*. Este tipo de mulher pode desfrutar de vida ociosa, pelo menos no que tange ao trabalho manual que a educação dos filhos exige. Contudo, esta mulher não está isenta de orientar seus rebentos, assim como de supervisionar o trabalho de serviços contratados, em geral também mulheres, para o desempenho desta função.

Nota-se, claramente, que a *vida de mulher* varia segundo a classe social dos elementos do sexo feminino. Se a operária gasta duas horas

por dia no trânsito, mais oito na fábrica, e quatro nos serviços domésticos, a burguesa dispõe de serviços que executam os trabalhos domésticos em sua residência. No seio das classes médias é grande a diferenciação. Nestas classes, dada a enorme variação de renda que comportam, encontram-se desde mulheres donas-de-casa, que se dedicam exclusivamente aos cuidados da residência, do marido e dos filhos, até aquelas que trabalham fora. Dentre estas últimas também há gigantescas diferenças. Há secretárias, cujo irrisório salário não lhes permite contratar nenhum tipo de auxiliar para a execução dos serviços domésticos. Outras trabalhadoras, em virtude de seu nível de renda, só podem contratar empregadas em tempo parcial ou faxineiras. Outras, ainda, por receberem um salário mais alto, contratam serviços para desempenharem, em seu lar, os trabalhos que lhes correspondem enquanto mulheres.

Não obstante todas estas diferenças, que tornam a *vida de mulher* mais ou menos difícil, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino. Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico à mulher. Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costuram, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres.

A sociedade investe muito na *naturalização* deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é *natural* que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é *natural* sua capacidade de conceber e dar à luz.

Todavia, há sociedades nas quais a mulher não interrompe suas atividades extralares, inclusive a função da caça, quando tem um filho. Há tribos indígenas brasileiras cujas mulheres, em seguida ao parto, banham-se nas águas de um rio e retomam imediatamente sua labuta. Nestas tribos, cabe ao pai fazer repouso e observar uma dieta alimentar especial. Este costume chama-se *couvade*. Esta prática revela que o próprio parto, quase sempre entendido apenas enquanto função *natural*, assume feições sociais diferentes no espaço e no tempo. Ou seja, cada sociedade elabora distintos significados para o mesmo fenômeno natural.

Este sentido específico de um fenômeno natural, formulado de diferentes maneiras por distintas sociedades, constitui sua dimensão social, cultural ou sociocultural. Este aspecto não deve jamais ser esquecido, uma vez que ser mulher ou ser homem não é a mesma coisa numa sociedade católica e numa sociedade muçulmana, por exemplo. É exatamente esta dimensão sociocultural que permite compreender a famosa frase de Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo*: “ninguém nasce mulher; torna-se mulher”.

Rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída. Se, diferentemente das mulheres de certas tribos indígenas brasileiras, a mulher moderna tem seus filhos geralmente em hospitais, e observa determinadas proibições, é porque a sociedade brasileira de hoje construiu desta forma a maternidade. Assim, esta função *natural* sofreu uma elaboração *social*, como aliás, ocorre com todos os fenômenos naturais. Até mesmo o metabolismo das pessoas é socialmente condicionado. Pessoas que não foram habituadas a comer determinados alimentos, não raro não conseguem fazê-lo quando se encontram em sociedades que adotaram este tipo de alimentação. Se, porventura, forem obrigadas a ingeri-los, não conseguem metabolizá-los, dado o asco por eles provocado.

É próprio da espécie humana elaborar socialmente fenômenos naturais. Por esta razão é tão difícil, senão impossível, separar a *natureza* daquilo em que ela foi transformada pelos processos socioculturais. A natureza traz crescentemente a marca da intervenção humana, sobretudo nas sociedades de tecnologia altamente sofisticada. Há, portanto, ao longo da história, uma humanização da natureza, uma domesticação da natureza por parte do ser humano. Este processo caracteriza-se, como tudo na vida social, pela contradição. Se, por um lado, revela a capacidade humana de colocar a natureza a seu serviço, por outro, interfere no ecossistema, destruindo, muitas vezes, o equilíbrio ecológico.

Ecologistas e associações de ecologia vêm, insistentemente, alertando as autoridades para as conseqüências desastrosas de determinadas intervenções humanas na natureza. É o caso, por exemplo, do desmatamento indiscriminado, da poluição dos rios por produtos químicos que matam os peixes, do uso de agrotóxicos em culturas alimentares etc.

No momento atual, dada a ação prolongada do ser humano sobre a natureza, praticamente tudo que cerca as populações traz o

carimbo sociocultural. Não basta, entretanto, conhecer a capacidade humana de transformar o reino natural. É preciso atentar para o processo inverso, que consiste em *naturalizar* processos socioculturais. Quando se afirma que é *natural* que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, *naturalizando* um resultado da história.

Dada a desvalorização social do espaço doméstico, os poderosos têm interesse em instaurar a crença de que este papel *sempre* foi desempenhado por mulheres. Para a solidificação desta crença nada melhor do que retirar desta atribuição de papéis sua dimensão sociocultural. Ao se afirmar que *sempre* e em *todos os lugares* as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se os característicos “*naturais*” destas funções.

Tais papéis passam a se inscrever na “natureza feminina”. Desta forma, a ideologia cumpre uma de suas mais importantes finalidades, ou seja, a de mascarar a realidade. Como falar em uma “natureza feminina” ou em uma “natureza masculina” se a sociedade condiciona inclusive o metabolismo das pessoas? Diferentemente dos outros animais, os seres humanos fazem história. Além disso, as gerações mais velhas transmitem esta história às gerações mais jovens, que partem de um acervo acumulado de conhecimentos.

É preciso atentar, porém, para os diferentes significados da história. Do ponto de vista das classes sociais, podem-se distinguir, basicamente, dois sentidos da história: o das classes dominantes e o das classes subalternas. Do ângulo das categorias de sexo, as mulheres, ainda que façam história, têm constituído sua face oculta. A história oficial pouco ou nada registra da ação feminina no devenir histórico. Isto não se passa apenas com mulheres. Ocorre com outras categorias sociais discriminadas, como negros, índios, homossexuais. Deste fato decorrem movimentos sociais, visando ao resgate da memória, geralmente não registrada, destes contingentes humanos que, atuando cotidianamente, ajudaram e ou ajudam a fazer história.

É de extrema importância compreender como a *naturalização* dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos.

A "inferioridade" da mulher

Presume-se que, originariamente, o homem tenha dominado a mulher pela força física. Via de regra, esta é maior nos elementos masculinos do que nos femininos. Mas, como se sabe, há exceções a esta regra. Variando a força em função da altura, do peso, da estrutura óssea da pessoa, há mulheres detentoras de maior força física que certos homens.

Em sociedades de tecnologia rudimentar, ser detentor de grande força física constitui, inegavelmente, uma vantagem. Em sociedades onde as máquinas desempenham as funções mais brutas, que requerem grande força, a relativa incapacidade de levantar pesos e realizar movimentos violentos não impede qualquer ser humano de ganhar seu sustento, assim como o de seus dependentes. Rigorosamente, portanto, a menor força física da mulher em relação ao homem não deveria ser motivo de discriminação. Todavia, recorre-se, com frequência, a este tipo de argumento, a fim de se justificarem as discriminações praticadas contra as mulheres.

A força desta ideologia da "inferioridade" da mulher é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua "fraqueza". Estão de tal maneira imbuídas desta idéia de sua "inferioridade", que se assumem como seres inferiores aos homens.

O mero fato de a mulher deter, em geral, menos força física que o homem seria suficiente para "decretar" sua inferioridade? Os fatos históricos indicam que não. Somente para ilustrar esta questão, evoca-se o fato de que em todos os momentos de engajamento de um povo em uma guerra, via de regra, os homens são destinados ao combate, enquanto as mulheres assumem as funções antes desempenhadas pelos elementos masculinos. Por que são elas capazes de trabalhar em qualquer atividade para substituir os homens-guerreiros, devendo retornar ao cuidado do lar uma vez cessadas as ações bélicas? Ademais, nos últimos anos, vem-se assistindo a uma participação crescente de mulheres em atividades bélicas. Contingentes femininos apreciáveis têm participado não apenas de guerrilhas, mas também têm assumido funções em exércitos convencionais.

A Nicarágua ilustra bem este fato. Tendo participado da guerrilha que levou o atual regime ao poder em julho de 1979, muitas mulheres integram as tropas regulares daquele país. No exército nicaraguense não há mulheres somente nas patentes mais baixas.

Muitas ostentam o título de comandante, comandando efetivamente tropas formadas majoritariamente por homens.

Desta sorte, até na guerra a mulher provou sua capacidade. Lamentavelmente, esta parece ser a atividade que trabalha mais velozmente para minar a idéia de que a mulher é "inferior" ao homem. É lamentável, repita-se, que o ser humano, no caso o homem, só venha a reconhecer na mulher um seu igual através da atividade guerreira, quando há milhares de outros setores de atuação humana em que as mulheres se mostram capazes.

Do ponto de vista biológico, o organismo feminino é muito mais diferenciado que o masculino, estando já provada sua maior resistência. Tanto assim é que as mulheres, estatisticamente falando, vivem mais que os homens. A sobrevida feminina em relação aos homens já alcançou oito anos nos Estados Unidos, estando entre cinco e seis no Brasil. É bem verdade que à medida que se introduzem fatores de risco — tabagismo, tensão nervosa provocada pela competição no trabalho e ou pelo pesado tráfego das grandes cidades, pela duplicação da jornada de trabalho (no lar e fora dele) — as vantagens femininas ficam reduzidas.

Permanece, porém, a defesa natural, organicamente oferecida pelos hormônios femininos contra, por exemplo, as doenças das coronárias, causa número um dos óbitos masculinos. Esta proteção perdura até a menopausa, quando os ovários deixam de produzir hormônios, o que ocorre no intervalo entre os 45 e os 50 anos. Como a incidência de enfartos é muito maior antes dos 50 anos que posteriormente, esta defesa hormonal representa uma notável vantagem para a mulher, em termos de longevidade.

Não se trata, contudo, de desejar provar qualquer superioridade da mulher em relação ao homem. O argumento biológico só foi utilizado a fim de mostrar a ausência de fundamentação científica da ideologia da "inferioridade" feminina. Por outro lado, este argumento serve também para revelar, mais uma vez, a elaboração social de fenômenos orgânicos, portanto, naturais. Ademais, a elaboração ideológica caminha em sentido oposto ao das evidências orgânicas, pois as tábuas de vida da maioria esmagadora dos países mostram que as mulheres são mais longevas que os homens.

São necessários fatores muito específicos para inverter esta tendência. Exemplo disto está em certas regiões da Índia, onde as mulheres, ao se casarem, são obrigadas a se mudar para a comunidade do marido, devendo aprender uma nova cultura que, via de regra, agride profundamente condutas adquiridas na comunidade de origem.

Como o casamento ocorre na fase adulta da vida, os hábitos anteriormente aprendidos por estas mulheres já estão solidamente estruturados, constituindo uma verdadeira violência a obrigação de esquecê-los e substituí-los por novos costumes, típicos da comunidade do marido. Dados estatísticos revelam que mulheres sujeitas a este traumatismo tendem a viver menos que os homens. Trata-se, porém, de um caso muito específico, pois a Índia comporta diferenciações culturais gigantescas, capazes de produzir profundos conflitos, agravados pela existência da família patrilocal.

A patrilocalidade da família define-se pela obrigatoriedade de a mulher passar a integrar a comunidade do marido. Se as diferenças culturais não fossem tão pronunciadas naquele país, certamente as dificuldades seriam menores, podendo não repercutir negativamente na expectativa de vida das mulheres.

Na tentativa de inculcar nos seres humanos a ideologia da "inferioridade" feminina, recorre-se, freqüentemente, ao argumento de que as mulheres são menos inteligentes que os homens. Ora, a Ciência já mostrou suficientemente que a inteligência constitui um potencial capaz de se desenvolver com maior ou menor intensidade, dependendo do grau de estimulação que recebe. Dado o pequeno número de estímulos que recebem, crianças que vivem em instituições destinadas a recolher menores abandonados desenvolvem muito pouco esta potencialidade, à qual se convencionou chamar inteligência.

Isto posto, não é difícil concluir sobre as maiores probabilidades de se desenvolver a inteligência de uma pessoa que freqüenta muitos ambientes, o que caracteriza a *vida de homem*, em relação a pessoas encerradas em casa durante grande parte do tempo, especificidade da *vida de mulher*. Aliás, o dito popular *lugar de mulher é em casa* é eloqüente em termos de imposição da ideologia dominante. Em ficando em casa todo ou quase todo o tempo, a mulher tem menor número de possibilidades de ser estimulada a desenvolver suas potencialidades. E dentre estas encontra-se a inteligência.

O argumento de que há muito poucas mulheres dentre os grandes cientistas, grandes artistas, até grandes cozinheiros, tenta provar que também em termos de inteligência a mulher é inferior ao homem. Os portadores e divulgadores desta ideologia esquecem-se de medir as oportunidades que foram oferecidas, ou melhor, negadas às mulheres. Ao se atribuir a elas a responsabilidade praticamente exclusiva pela prole e pela casa, já se lhes está, automaticamente, reduzindo as probabilidades de desenvolvimento de outras potencialidades de que são portadoras.

Desta forma, a igualdade de oportunidades pressupõe a partilha de responsabilidades por homens e mulheres, em qualquer campo de atividade, aí incluso o espaço doméstico. Não se trata de ensinar os homens a auxiliarem a mulher no cuidado com os filhos e a casa, pois sempre que a atividade de alguém se configurar como ajuda, a responsabilidade é do outro. Trata-se de partilhar a vida doméstica, assim como o lazer e as atividades garantidoras do sustento da família. Nada mais injusto do que tentar disfarçar a dominação dos homens sobre as mulheres através da "ajuda" que os primeiros podem oferecer às últimas.

Esta forma de raciocinar é exatamente igual àquela que considera o trabalho extraluar da mulher como "ajuda" ao marido. Na qualidade de mera "ajudante", à mulher se oferece um salário menor, ainda que ela desempenhe as mesmas funções que o homem. A própria mulher, admitindo seu trabalho tão-somente como "ajuda", aceita como *natural* um salário inferior.

Pode-se, pois, detectar, ainda uma vez, o processo de *naturalização* de uma discriminação exclusivamente sociocultural. A compreensão deste processo poderá promover enormes avanços na caminhada da conscientização quer de mulheres, quer de homens, a fim de que se possa desmistificar o pretensível caráter *natural* das discriminações praticadas contra os elementos femininos.

Do exposto pode-se facilmente concluir que a *inferioridade feminina é exclusivamente social*. E não é senão pela igualdade social que se luta: entre homens e mulheres, entre brancos e não-brancos, entre católicos e não-católicos, entre conservadores e progressistas. Afinal, travam-se, cotidianamente, lutas para fazer cumprir um preceito já consagrado na Constituição brasileira. Efetivamente, desde a primeira Constituição republicana, de 24 de fevereiro de 1891, "Todos são iguais perante a lei" (§ 2.º do artigo 72). Esta igualdade legal, que passou a ser minuciosamente especificada a partir da Constituição de 1934, assim consta da Constituição vigente desde 17 de outubro de 1969: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas" (§ 1.º do artigo 153).

Estruturas de dominação não se transformam meramente através da legislação. Esta é importante, na medida em que permite a qualquer cidadão prejudicado pelas práticas discriminatórias recorrer à justiça. Todavia, enquanto perdurarem discriminações legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, os próprios agen-

tes da justiça tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar à luz do sistema de idéias justificador do presente estado de coisas.

O poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres.

O macho e o poder

A sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira.

A divisão da população em classes sociais, profundamente desiguais quanto às oportunidades de "vencer na vida", representa outra fonte de dominação, considerada absolutamente legítima pelos poderosos e por aqueles que se proclamam neutros, o mesmo se passando com as diferenças raciais e ou étnicas. O capítulo 3 incidirá precisamente sobre a combinação destes três princípios de estruturação da sociedade brasileira.

De modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na "ordem das bicadas" é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres.

O poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem. Homens subjugados no reino do trabalho por uma ou mais mulheres detêm poder junto a outras mulheres na relação amorosa.

A situação mais freqüente no campo do trabalho é aquela que reúne homens e mulheres sob o comando de homens. A sujeição feminina é mais profunda que a masculina, o que pode ser averiguado

através de vários aspectos. Primeiro, os patrões pagam menos às empregadas mulheres, mesmo quando elas desempenham as mesmas tarefas que os homens. Segundo, com freqüência, as mulheres são submetidas a testes vexatórios, visando a controlar sua vida reprodutiva. Quando o teste revela gravidez, a mulher é sumariamente despedida do emprego.

Isto não ocorre somente nas empresas privadas. O próprio poder público, embora em menor escala, procede da mesma maneira. Terceiro, as trabalhadoras são, muitas vezes, obrigadas a prestar serviços de caráter sexual ao patrão, a fim de preservar seu emprego. Não se pense que este procedimento é exclusivo de patrões que dominam operárias, enfim, mulheres de baixo grau de escolaridade. Está presente em todos os ambientes de trabalho, inclusive na Universidade. Não se pense tampouco que esta conduta é típica de países subdesenvolvidos. Ela é freqüente também em nações altamente industrializadas.

Há poucos anos ocorreu um rumoroso caso na Clark University, nos Estados Unidos. O chefe de um departamento condicionou a permanência de uma professora em seu emprego à sua concordância em lhe prestar serviços sexuais. A professora decidiu levar o caso à Justiça. Assim que a denúncia foi feita, outras mulheres, professoras e estudantes da Universidade, encorajaram-se a assumir a mesma postura, pois também haviam sido vítimas das investidas do chefe. Este foi condenado a pagar indenizações às suas vítimas. Entretanto, não apenas não perdeu seu emprego, como também adquiriu nele a tão desejada estabilidade.

A concessão da estabilidade em emprego universitário nos Estados Unidos resulta do julgamento de uma comissão, constituída também por professores. Observe-se a solidariedade dos pares do professor chefe de departamento. Há que registrar, ainda, que o professor habituado a abusar do poder era militante de esquerda. Assim, o poder do macho não é exercido apenas no seio dos grupos conservadores, estando também presente no interior dos contingentes progressistas e até mesmo radicais de esquerda.

É muito freqüente que homens poderosos extravasem seus desejos para além dos limites do poder que o cargo lhes confere. Poderosos no campo das relações de trabalho julgam-se no direito de subjugar sexualmente mulheres que desempenham atividade remunerada sob seu comando. Dispondo de um fantástico instrumento de coação — a ameaça de demissão — obtêm, não raro, êxito em suas

tentativas de usar sexualmente mulheres que dependem do emprego do qual tiram sua subsistência.

Do exposto se conclui que as relações homem-mulher estão permeadas pelo poder.

Poder "versus" prazer

Quer quando o homem desfruta de uma posição de poder no mundo do trabalho em relação à mulher, quer quando ocupa a posição de marido, companheiro, namorado, cabe-lhe, segundo a ideologia dominante, a função de caçador. Deve perseguir o objeto de seu desejo, da mesma forma que o caçador persegue o animal que deseja matar. Para o poderoso macho importa, em primeiro lugar, seu próprio desejo. Comporta-se, pois, como sujeito desejante em busca de sua presa. Esta é o objeto de seu desejo. Para o macho não importa que a mulher objeto de seu desejo não seja sujeito desejante. Basta que ela consinta em ser usada enquanto objeto.

O caso extremo do uso do poder nas relações homem-mulher pode ser caracterizado pelo estupro. Contrariando a vontade da mulher, o homem mantém com ela relações sexuais, provando, assim, sua capacidade de submeter a outra parte, ou seja, aquela que, segundo a ideologia dominante, não tem direito de desejar, não tem direito de escolha.

Pode parecer extravagante recorrer ao estupro, a fim de exemplificar o grau extremo de poder detido pelo homem em relação à mulher. Todavia, é preciso ponderar que: 1) há milhares de estupros ocorrendo diariamente na sociedade brasileira, grande parte dos quais de autoria dos próprios pais das vítimas; 2) há relações amorosas estáveis, legais ou consensuais, no seio das quais o estupro é a norma.

Isto é, dado o poder que a sociedade confere ao homem, julga-se este com o direito de manter relações sexuais com sua companheira, mesmo quando ela não apresenta disposição para tal. Desta forma, o estupro não é representado apenas pelo tipo de relação sexual especificado no Código Penal brasileiro: "Constranger mulher a conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça" (artigo 213).

Ainda que a violência e ou a grave ameaça existam com frequência nas uniões estáveis, basta o poder do companheiro para vencer as resistências da mulher. Aliás, o direito do companheiro ao uso sexual da mulher inscreve-se no capítulo do *dever conjugal*, outrora constante do Código Civil brasileiro e ainda muito presente na

ideologia que legitima o poder do macho. Por *dever conjugal* entende-se a obrigação de a mulher prestar serviços sexuais ao companheiro quando por ele solicitada. Percebe-se, com muita facilidade, a posição de objeto do desejo masculino ocupada pela mulher.

Lamentavelmente, inclusive para os próprios homens, a sexualidade masculina foi culturalmente genitalizada. Ou seja, o processo histórico conduziu o homem a concentrar sua sexualidade nos órgãos genitais. A maioria dos homens nem sequer sabe que seu corpo possui muitas outras zonas erógenas. Ignoram, portanto, que podem desfrutar de muito prazer através da manipulação de outras partes de seu corpo. Isto representa uma perda para eles, da qual é importante tomar consciência, a fim de poder combatê-la.

Desta concentração da sexualidade na genitália deriva a expressão falocracia (falo = pênis), ou seja, o poder do macho. Pode-se também inverter o raciocínio e afirmar que a consolidação da supremacia masculina, ao longo de milênios de história, conduziu ao en Deusamento do pênis, anulando ou pelo menos reduzindo o prazer que o homem pode sentir em outras áreas de seu corpo. Desta sorte, o homem paga um preço pelo poder de que desfruta.

Pode-se adentrar um pouco mais o terreno do preço pago pelo homem para ocupar, quase sempre, posições de mando. O poder é, inegavelmente, o pólo oposto do prazer. Como o homem detém poder nas suas relações com a mulher, só ele pode ser sujeito do desejo. Não resta a ela senão a posição de objeto do desejo masculino. Assim, o máximo de prazer alcançado pelo homem não passa de um "prazer" solitário, isto é, um prazer pela metade, incompleto. Ignorando o desejo (ou carência de desejo) da mulher, o homem é conduzido a "realizar" seu próprio desejo exclusivamente na ejaculação. Isto significa uma redução da sexualidade; logo, representa um empobrecimento.

Tal empobrecimento não se verifica apenas no terreno da sexualidade. Ter na companheira uma serviçal, sempre disposta a preparar-lhe as refeições, a lavar-lhe e passar-lhe as roupas, a buscar-lhe os chinelos, impede a troca, a reciprocidade. E é exatamente no dar e receber simultâneos que reside o prazer. As relações homem-mulher, na medida em que estão permeadas pelo poder do macho, negam enfaticamente o prazer. Esta negação do prazer, embora atinja mais profundamente a mulher, não deixa de afetar o homem. É necessário atentar para este fenômeno se, de fato, se deseja mudar a sociedade em uma direção que inclua melhores condições de realização tanto de homens quanto de mulheres.

A plenitude do prazer só pode ser alcançada quando nenhuma dimensão da personalidade do ser humano — homem ou mulher — é impedida de se desenvolver. Por que não permitir, e mesmo estimular, o desenvolvimento da razão nas mulheres? Por que não incentivar o homem a não reprimir a dimensão afetiva de sua personalidade? Ambos seriam mais completos e, portanto, mais capazes de sentir e dar prazer. Das relações assimétricas, desiguais, entre homens e mulheres derivam prejuízos para ambos. Basta observar atentamente o tipo mais freqüente de relações homem-mulher para se chegar a esta conclusão. Cabe, então, perguntar a quem beneficia este estado de coisas, já que forças poderosas tentam, de todos os modos, impedir que nele se operem mudanças.

2. A QUEM SERVE A RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO DA MULHER PELO HOMEM

Introdução

Já se registrou aqui a consciência de que o fenômeno da subordinação da mulher ao homem atravessa todas as classes sociais, sendo legitimada também por todas as grandes religiões.

No plano das classes sociais, a maioria esmagadora dos homens é constituída de trabalhadores que, em troca de um salário, obedecem às ordens de patrões. Estes constituem a minoria que detém poder econômico. A esta forma de poder associa-se, quase sempre, o poder político. Esta associação permite à minoria impor regras de conduta à maioria. É desta forma que os poderosos disciplinam e controlam a mão-de-obra assalariada, cujo trabalho lhes garante auferir grandes lucros.

Numerosas reivindicações das classes trabalhadoras denotam que o homem sabe que o dispêndio de suas energias na atividade trabalho é desproporcionalmente superior ao seu salário. Ele sabe que uma parte daquilo que ele produz ao trabalhar vai diretamente para os bolsos do patrão. Da consciência de que os lucros são exageradamente altos derivam demandas de trabalhadores por salários menos miseráveis e por outros benefícios tais como redução do número de horas semanais de trabalho, auxílio-transporte, comissões de fábrica etc. Os trabalhadores sabem que os lucros dos patrões ainda permanecerão altos, mesmo se as empresas atenderem a muitas das reivindicações de seus empregados. Por esta razão, os sindicatos estão sempre dispostos a levantar estas bandeiras e por elas lutar.

Cabe, então, perguntar, por que os sindicatos se mostram reticentes e hesitantes quando se trata de encampar bandeiras levantadas por trabalhadoras, como, por exemplo, creches, salário igual para trabalho igual, cumprimento da legislação trabalhista que proíbe as empresas de despedir suas empregadas em razão de casamento ou gravidez etc.?

Além disso, os sindicatos não mostram muita simpatia pela participação de mulheres em suas atividades. A maioria dos sindicatos coloca obstáculos a esta participação, sendo raríssimo encontrar uma mulher membro da diretoria de sua entidade de classe. É infinitésimo o número de sindicatos que incentivam a participação feminina em suas atividades. Nos raros casos em que este fenômeno ocorre, trata-se, em geral, de sindicatos patronais. Estaria isto indicando uma maior discriminação contra a mulher trabalhadora do que contra a mulher mais bem situada na escala de posições sociais? Seriam os trabalhadores mais machistas que os patrões?

Questões como estas devem ser respondidas à luz da complexidade da sociedade moderna. Em nenhuma classe social, o homem abre mão espontaneamente de seus privilégios. Nas camadas privilegiadas, contudo, existe uma consciência mais aguda da identidade dos interesses econômicos entre homens e mulheres. Ainda que o homem não ofereça de mão beijada seus privilégios, a participação feminina em algumas atividades não ameaça o interesse básico comum da família burguesa, isto é, ampliar sua própria riqueza.

Já no seio das camadas trabalhadoras, cuja luta pela sobrevivência é brutal, é ainda muito incipiente, está ainda muito no início o processo de construção da solidariedade. Este processo é lento e difícil, pois as classes dominantes não perdem sequer uma oportunidade de meter nele suas cunhas. Através da ideologia machista, que legitima a dominação da mulher pelo homem, as camadas patronais impedem, ou pelo menos dificultam, a união entre trabalhadores e trabalhadoras.

O trabalhador não chega espontaneamente à consciência de que paga um alto preço pelo poder de mando que detém em relação à mulher. Não é difícil mostrar uma parte deste preço. Todo trabalhador tem vínculos com mulheres: mãe, esposa, filha, irmã, sobrinha, enfim, parentas consanguíneas ou afins. Sempre que uma destas mulheres receber salário inferior ao masculino meramente pelo fato de ser mulher, os prejuízos estendem-se à parte masculina do grupo familiar.

Figure-se o caso de uma família de quatro membros: os cônjuges e um casal de filhos. Suponha-se que todos trabalhem para a manutenção do grupo. Como, em média, a trabalhadora brasileira ganha menos que a metade do que ganha o trabalhador, esta família hipotética tem um nível de vida limitado por menos de três salários: dois salários integrais dos membros masculinos do grupo familiar aos

quais se deve somar menos de um terceiro salário, pois as duas trabalhadoras juntas não chegam a ganhar um salário masculino inteiro. Como o princípio de "salário igual para trabalho igual", consagrado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), fosse observado na prática cotidiana, a família que está servindo de ilustração poderia ampliar seu consumo até o limite de quatro salários integrais.

Através de um simples cálculo aritmético, pode-se concluir que o *poder do macho* no seio das classes trabalhadoras representa uma vitória da classe patronal e não uma conquista do trabalhador. Efectivamente, os empregadores estão desembolsando, no caso da família tomada como exemplo, menos de três salários, quando deveriam pagar quatro, numa sociedade em que homens e mulheres fossem socialmente iguais.

Assim, é claro o prejuízo que a supremacia masculina causa não apenas às mulheres, mas também aos homens das classes trabalhadoras. Mandar na mulher compensa tamanha perda financeira?

Não é demais insistir que a consciência destes fenômenos não brota espontaneamente no seio das classes trabalhadoras. Quem está lutando por um lugar ao sol, competindo por um emprego que lhe garanta a sobrevivência, assim como a de sua família, quem se sente obrigado a prover todas as necessidades do grupo familiar, porque é seu chefe, não tem olhos para a direção em que correm os benefícios deste estado de coisas. Obviamente, a classe patronal tem o maior interesse na existência de categorias sociais discriminadas: mulheres, negros, homossexuais. Quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições e por baixos salários.

Como atualmente as trabalhadoras brasileiras representam cerca de um terço do total da mão-de-obra empregada em atividades econômicas, pode-se calcular com que intensidade a discriminação contra a mulher faz engordar os patrões. Evidentemente, estes últimos trabalham diuturnamente para alimentar o machismo nas classes subalternas. É, pois, necessário mostrar aos integrantes destas últimas — homens e mulheres — que a supremacia masculina beneficia aqueles que detêm as maiores parcelas de poder econômico e político.

Sem dúvida, o machismo do trabalhador volta-se contra ele mesmo: primeiro, porque ele paga um preço excessivamente alto para mandar na mulher; segundo, porque a supremacia masculina impede, ou pelo menos dificulta, o avanço das lutas das classes trabalhadoras.

Como a consciência não se forma espontaneamente, é preciso que ela seja levada às classes trabalhadoras por aqueles que, não

participando diretamente da produção de bens materiais, desfrutam de uma posição a partir da qual é possível chegar a esta análise. Isto é, uma posição que permita a identificação do adversário contra o qual lutar, empregando armas adequadas.

A presença ativa do machismo compromete negativamente o resultado das lutas pela democracia, pois se alcança, no máximo, uma democracia pela metade. Nesta democracia coxa, ainda que o saldo negativo seja maior para as mulheres, também os homens continuarão a ter sua personalidade amputada. E vale a pena atentar para este fenômeno.

A castração do homem

O preço pago pelo homem para dominar a mulher extravasa largamente o terreno econômico. Para agir como o *macho* representado na ideologia dominante o homem deve aceitar, ainda que inconscientemente, sua própria castração. Para demonstrar esta verificação podem-se tomar algumas dimensões da vida.

O *macho* é considerado o *provedor das necessidades da família*. Ainda que sua mulher possa trabalhar remuneradamente, contribuindo, desta forma, para o orçamento doméstico, cabe ao homem ganhar o maior salário a fim de se desincumbir de sua função de chefe. Logo, quer seja o único provedor das necessidades familiares, quer seja o principal deles, não lhe é permitido fracassar. A ideologia dominante impõe ao homem a necessidade de ter êxito econômico, independentemente do número de empregos oferecidos pela economia nacional, do grau de dependência do Brasil em relação às potências altamente industrializadas, da intensidade da intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) na política econômica brasileira.

Obviamente, numa sociedade competitiva, o êxito de alguns poucos constrói-se graças ao fracasso de muitos. Assim, o número daqueles que mal conseguem sobreviver é, no Brasil, muito superior à cifra dos que vivem bem. Através da realização de uma ampla pesquisa, publicada sob o título *Brasil, 2000*. — Para um novo pacto social (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986), Hélio Jaguaribe, cientista político carioca, mostrou que 60% da população brasileira apresenta carências de toda ordem, inclusive níveis profundos de desnutrição.

Este fenômeno, infelizmente, não é exclusivo do Brasil. A miséria existe em todas as sociedades divididas em classes sociais, sejam

elas desenvolvidas ou subdesenvolvidas. A especificidade do subdesenvolvimento reside em graus mais profundos de pobreza, em maiores diferenças socioeconômicas entre as camadas sociais privilegiadas e os trabalhadores pouco ou nada qualificados do ponto de vista técnico, na grande magnitude dos contingentes humanos vivendo em condições de miséria absoluta. Como o país que mais interessa analisar aqui é o Brasil, cabe ressaltar a gravidade da situação atual, em que seis brasileiros, dentre dez, vivem em condições de maior ou menor precariedade. Quando a vida é precária para 60% de uma população, a situação do país é mais do que grave, é gravíssima.

Como, então, exigir de todos os homens que tenham sucesso no campo econômico? Como impor-lhes a necessidade de ganharem seu próprio sustento e o de toda a sua família? Como responsabilizá-los pelo seu "fracasso"? Sem dúvida, é demasiadamente pesado o fardo masculino de *provedor do lar*. Quantos homens não perdem o desejo de viver em face da impossibilidade de cumprir o destino que a sociedade lhes reserva? Quantos não se tornam alcoólatras ao cabo de um longo período de buscas infrutíferas de emprego? Quantos não se tornam sexualmente impotentes pela impossibilidade de desempenhar sua função de *macho*, segundo reza a cartilha das classes dominantes? Quantos não se tornam violentos, espancando mulher e filhos, em virtude do desespero provocado pelo desemprego?

Mas ser *macho* não significa somente ter êxito econômico. Ao *macho* estão sempre associados valores tais como força, razão, coragem. Logo, os raquíticos, os afetivos, os tímidos são solicitados positivamente a se comportarem de forma contrária às suas inclinações. São, pois, obrigados a castrarem certas qualidades por serem estas consideradas femininas, por conseguinte, negativas para um homem. Para não correr o risco de não encarnar adequadamente o papel do *macho* o homem deve inibir sua sensibilidade.

Os artistas, cuja sensibilidade é muito mais aguda que a dos não-artistas, correm sempre o risco de serem tomados como homossexuais. Quantos homens castraram o artista que poderiam ter sido com receio da marginalização destinada aos que não cumprem rigorosamente os preceitos do *macho*!

O homem será considerado *macho* na medida em que for capaz de disfarçar, inibir, sufocar seus sentimentos. A educação de um *verdadeiro macho* inclui necessariamente a famosa ordem: "Homem (com H maiúsculo) não chora". Quantos homens tiveram que engolir lágrimas diante da tristeza, da angústia, do luto, em nome desta norma de conduta! Pesquisas demonstraram que as glândulas lacri-

mais de determinados homens chegam à atrofia em virtude do desuso (Muldworf, Bernard, *La femme à la recherche de sa personne, La femme à la recherche d'elle même*, Paris-Genebra, La Palatine, 1965). Como um televisor, que quase nunca é usado, estraga-se, as glândulas lacrimais de homens que nunca choram deixam de produzir lágrimas. Observa-se, pois, que o processo de castração do homem não é apenas psicológico; é também orgânico.

Visando a produzir a quantidade de mercadorias determinada pelos padrões, homens são robotizados, transformados em quase-máquinas e, portanto, incapacitados para o desfrute do prazer. Há empresas que elevam ao máximo a capacidade de produzir de seus empregados, através da técnica do envolvimento. Vão gradativamente envolvendo o trabalhador e sua família, de modo a levá-los a viver a empresa. Durante a semana, o trabalhador, e eventualmente também sua mulher, trabalham na empresa. Seus filhos freqüentam a escola da empresa. No fim de semana, a família passa seu tempo livre no clube da empresa. As férias são gozadas na colônia de férias mantida pela empresa. Para as esposas dos executivos a empresa oferece cursos, visando, obviamente, a ensiná-las como se comportarem enquanto esposas de executivos daquela empresa. Há empresas que oferecem cursos de planejamento familiar, imiscuindo-se, assim, até mesmo nas decisões dos trabalhadores quanto ao número de filhos que vão ter.

Todas estas atividades implicam despesas. Estariam as empresas que assim procedem dispostas a realizar dispêndios de dinheiro por razões meramente humanitárias? Não seriam elas levadas a fazer estes gastos, visando aos lucros que eles necessariamente trariam, estando o trabalhador tão identificado com as metas por elas fixadas?

O Japão ilustra bem este processo ironicamente chamado de humanização do trabalho. Os trabalhadores japoneses só dispõem, por lei, de seis dias anuais de férias. A identificação do trabalhador com os objetivos da empresa é uma questão excelentemente trabalhada pela ideologia dominante. Em nome desta identificação, muitas vezes o trabalhador deixa de gozar suas reduzidas férias, a fim de não prejudicar as metas da empresa. Graças a este fenômeno, o Japão consegue produzir desde máquinas fotográficas até automóveis por preço inferior ao norte-americano, tendo conquistado uma fatia apreciável do mercado consumidor dos Estados Unidos. Por outro lado, a quem aproveita o alto nível de vida dos japoneses, se a maioria da população não faz outra coisa senão trabalhar?

Como encontrar tempo para desfrutar dos benefícios proporcionados pelos equipamentos que produzem?

Não é de estranhar que o Japão é o país que mais conseguiu desenvolver, e com requintes, o turismo sexual. Trata-se de viagens de fins de semana destinadas exclusivamente ao exercício da sexualidade. Mas de que sexualidade se trata? Não se trata, evidentemente, da sexualidade que pode ser exercitada por pessoas calmas, habituadas ao desfrute do prazer. Ao contrário, dado o alto grau de competição desenvolvido entre os japoneses, as pessoas chegam ao fim de semana excessivamente tensas. Assim, o sexo passa a funcionar como descarga de tensões que se acumularam durante os dias, meses e anos de trabalho. Exercita-se a sexualidade com dia e hora marcados, como manda a indústria do sexo.

Embora ainda bastante distante do modelo japonês, o Brasil caminha a passos largos na mesma direção. As casas de massagem, relaxamento, sauna destinadas a homens de altas rendas propiciam a mecanização do exercício da sexualidade. Também aqui, para certas faixas de renda, a indústria do sexo funciona como a válvula de escape para a tensão nervosa que a competição e o excesso de trabalho geram. Menciona-se este fenômeno com mais ênfase, porque ele parece mais difundido que o uso de drogas pesadas, como a cocaína, para potencializar a capacidade de trabalho, sobretudo de executivos que desejam "vencer" na vida o mais rapidamente possível. Todavia, também este fenômeno parece estar assumindo proporções preocupantes.

Não parece justo, ao discorrer-se sobre as discriminações praticadas contra as mulheres, esquecer os homens. Como no processo de reprodução biológica, também no da reprodução social homens e mulheres são seres complementares. Numa sociedade em que as práticas cotidianas mutilam várias dimensões da personalidade feminina, existem também condutas impostas aos homens, que limitam extraordinariamente seu desenvolvimento. Em outros termos, a mulheres mutiladas correspondem, necessariamente, homens mutilados. É exatamente por isso que a luta das mulheres não diz respeito apenas a elas, mas também aos homens. Seria impensável pretender mudar comportamentos femininos sem redefinir os papéis masculinos. Mas, para que a luta por uma redefinição dos papéis de ambos seja travada adequadamente e alcance resultados positivos é preciso que se conheçam, pelo menos, as discriminações fundamentais de que é alvo, com freqüência, a mulher.

A castração da mulher

Costuma-se explicar a posição social subalterna da mulher brasileira através, principalmente, de dois fatores. O primeiro diz respeito ao subdesenvolvimento econômico do Brasil. Ouve-se, frequentemente, que a igualdade social entre as categorias de sexo virá espontaneamente com o desenvolvimento econômico. Esta maneira de pensar é profundamente enganosa, por duas razões. Uma delas aponta para o fato de que nada, na vida social, ocorre espontânea ou automaticamente. É preciso lutar para promover mudanças. A outra razão é a preservação da inferioridade social da mulher nos países capitalistas altamente industrializados.

Se o raciocínio fosse correto, deveria haver igualdade social entre homens e mulheres nos Estados Unidos, país mais desenvolvido do mundo capitalista. Entretanto, as norte-americanas sofrem toda sorte de discriminações, desde salários muito inferiores aos masculinos, dificuldades para fazer carreira, falta de equipamentos de uso coletivo, como creches, até a violência mais atroz por parte dos homens.

Por conseguinte, não é válido responsabilizar o subdesenvolvimento pela condição inferior da mulher. Os que agem desta maneira ou não compreendem bem o processo histórico ou tentam, propositalmente, desviar deste problema a atenção das pessoas.

Outro fator frequentemente lembrado para explicar a inferioridade social da mulher concerne aos preconceitos milenares, transmitidos através da educação, formal e informal, às gerações mais jovens. Não há dúvida de que existem preconceitos contra a mulher.

Talvez não seja demais deter-se um pouco sobre a idéia de *pre-conceito*. Decompondo-se a palavra, chega-se a pré-conceito, isto é, uma idéia do fenômeno, anterior ao conceito. Ora, o *conceito* é fruto de um processo de análise e de síntese, através do qual se dissecou o fenômeno, na tentativa de compreendê-lo e dar-lhe um nome que contenha a qualidade e o grau desta compreensão. Enquanto o *conceito* pressupõe a utilização de um instrumental teórico que permita o entendimento do fenômeno, o *pré-conceito* nasce do jogo de interesses presente na vida social, da defesa de privilégios, da correlação de forças político-sociais. É, portanto, não-científico, veiculando idéias falsas, ilegítimas, discriminatórias que, exatamente por apresentarem tais características, preservam posições de mando e também, é óbvio, seus ocupantes.

Desta sorte, quando se diz que "negro é sujo", está-se lidando com um *pré-conceito*, pois nenhuma pesquisa demonstrou que o grau de sujeira do negro é maior que o dos brancos. Também se está no terreno do *pré-conceito* quando se diz que a mulher é mais fraca ou menos inteligente que o homem. Objetivamente, nada há que prove estas afirmações. Mas como elas são úteis aos poderosos! Em primeiro lugar, elas são úteis porque impedem, ou pelo menos dificultam, a entrada de negros e mulheres em certos mercados e ambientes, que os *machos brancos* desejam conservar como espaços de sua propriedade, uma vez que foram por eles culturalmente apropriados. Em segundo lugar, estes *pré-conceitos* são úteis porque acabam atuando como "*profecia auto-realizadora*". Ou seja, negros e mulheres, assim como todas as categorias sociais discriminadas, de tanto ouvirem que são inferiores aos brancos e aos homens, passam a acreditar em sua própria "inferioridade".

Assim, torna-se bem claro o processo de *construção social da inferioridade*. O processo correlato é o da *construção social da superioridade*. Da mesma forma como não há ricos sem pobres, não há superiores sem inferiores. Logo, a *construção social da supremacia masculina* exige a *construção social da subordinação feminina*. Mulher dócil é a contrapartida de homem *macho*. Mulher frágil é a contraparte de *macho forte*. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do *macho superior*.

Ficou claro por que não se pode escrever um livro sobre a mulher, deixando de lado o homem? Da mesma maneira, seria impossível escrever sobre o homem sem mencionar a mulher. Se cada um destes seres situa-se, socialmente, em diferentes pólos da relação de dominação-exploração, não se pode abordar um, esquecendo o outro. É a relação que importa, na análise dos fenômenos sociais. E esta relação, quer quando se examinam as categorias de sexo, quer quando se analisa a convivência de distintas raças, no Brasil e em muitos outros países, caracteriza-se como uma *relação de dominação-exploração*.

É muito fácil encontrar pessoas que não negam a existência de preconceitos contra a mulher, contra o negro, contra o homossexual. Mas seria suficiente saber que estes preconceitos permeiam as atitudes de quase todos, homens e mulheres, brancos e negros, heterossexuais e homossexuais? Como a intenção básica deste livro é questionar, propõe-se que o leitor não pare sua busca quando encontrar o

preconceito. Não vale a pena perguntar o porquê de sua sobrevivência numa sociedade em que as mulheres e negros já deram suficientes provas de capacidade em todos os campos da atividade humana?

A manutenção dos referidos preconceitos interessa àqueles que pagam salários irrisórios a negros e mulheres (o salário é ainda menor quando se trata de mulher negra), que os submetem a condições subumanas de trabalho, que se negam a assinar a carteira de trabalho de seus empregados negros e empregadas, a fim de não pagarem encargos trabalhistas. Não é por acaso que tais preconceitos são nutridos, alimentados, cotidianamente, pelos meios de comunicação de massa, cujo controle é detido pelos poderosos.

A televisão exhibe programas em que negros dominam e exploram brancos? Obviamente, não; pois isto seria subverter a *ordem natural das coisas*. Não são, em geral, negros os que carregam as malas dos brancos? Não são, via de regra, negros os que engraxam os sapatos dos brancos? Basta observar e ter-se-á a prova da diuturna inculcação na cabeça de brancos e também de negros da *inferioridade do negro*.

Fenômeno semelhante ocorre com a mulher. Qual é a imagem da mulher nos meios de comunicação de massa? Tome-se, por exemplo, a figura da mulher que anuncia produtos na televisão. A mulher encarna ou a figura da dona-de-casa, fazendo publicidade de produtos de limpeza, alimentos, adornos, ou a figura da mulher objeto sexual, anunciando perfumes, roupas e jóias destinados a excitar os homens. Em qualquer dos casos — o da dona-de-casa e o da mulher objeto sexual — a mulher está obedecendo aos padrões estabelecidos pela sociedade brasileira. Ela pode ser a esposa legal, a namorada oficial, ou pode ser a outra, aquela que proporciona prazer ao homem, mas a quem é negado o direito de ser a mãe dos filhos deste homem.

Aparentemente, estes dois modelos ou arquétipos de mulher são opostos. Na verdade, existem diferenças entre eles. Todavia, o mais importante é mostrar sua identidade básica: esposa legal ou “a outra”, a mulher é sempre escolhida, não escolhe.

Se ao espírito arguto de cientistas sociais feministas não escapa esta identidade fundamental, tampouco ao verdadeiro poeta ela foge. A título de ilustração, tome-se o poema que constitui a letra da música *Uma e outras*, de Chico Buarque de Hollanda, de 1969. Vale a pena transcrevê-la, a fim de mostrar que as pessoas sensíveis — homens ou mulheres — registram, cada qual a seu modo, este tão importante fenômeno.

“Se uma nunca tem sorriso
É pra melhor se reservar
E diz que espera o paraíso
E a hora de desabafar...

A vida é feita de um rosário
Que custa tanto a se acabar
Por isso às vezes ela pára
E senta um pouco pra chorar

Que dia...! Nossa! Pra que tanta conta
Já perdi a conta de tanto rezar...

Se a outra não tem paraíso
Não dá muita importância não
Pois já forjou o seu sorriso
E fez do mesmo profissão...

A vida é sempre aquela dança
Onde não se escolhe o par
Por isso às vezes ela cansa
E senta um pouco pra chorar...

Que dia...! Puxa! Que vida danada
É tanta calçada pra se caminhar

Mas toda santa madrugada
Quando uma já sonhou com Deus
E a outra, triste namorada,
Coitada, já deitou com os seus

O acaso faz com que essas duas
Que a sorte sempre separou
Se cruzem pela mesma rua
Olhando-se com a mesma dor

Que dia...! Cruzes! Que vida comprida...
Pra que tanta vida, pra gente desanimar...”

Não é bonito verificar que gente tão diferente, nas aparências, faz a mesma descoberta? Poeta, cientista social, ser humano anônimo, sensível e observador acabam botando o dedo na ferida: *destino de mulher é ser infeliz*. Foi assim que a sociedade determinou. Não quer dizer isto a tão popular expressão “ser mãe é padecer num paraíso”?

A "outra" não é tida e havida como máquina de proporcionar prazer, sem desfrutar de nenhuma vantagem social? Somadas as vantagens e desvantagens, chega-se a zero, ou seja, "uma" e "outra" são igualmente infelizes. Por quê? Exatamente porque são iguais entre si e diferentes do homem, socialmente falando. Ambas submetem-se ao domínio masculino. Além disso, rejeitam-se mutuamente, não são solidárias na desmistificação deste duplo padrão moral (melhor seria chamá-lo de imoral), que constitui o baluarte da falocracia.

A conclusão óbvia não é nada mais nada menos que a seguinte: enquanto "santas" e "prostitutas" continuarem a representar os papéis que a hipócrita sociedade burguesa lhes atribui, o *status quo*, o estado de coisas presente, encontrará suporte para se manter intacto, incólume, intocável.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels solicitaram: "Proletários de todo o mundo, uni-vos!" O corolário feminista poderia ser: "Santas e prostitutas de todo o mundo, uni-vos!" Alguém duvida de que seria benéfico a homens e mulheres, portanto, à sociedade como um todo, transformar todos os seres humanos — masculinos e femininos — em seres socialmente iguais, destruindo as irrelevantes diferenças entre "uma" e "outra"?

Seguramente, a *construção social da igualdade social entre homens e mulheres* conduziria à felicidade das mulheres e dos homens. E não é esta a grande aspiração de homens e mulheres? Então, por que não tentar esta via, embora a luta seja árdua, dura, longa, se ela pode conduzir a humanidade a relações de troca, de reciprocidade, enfim, de amor? Quem tentar desfrutará. Basta começar com coragem e convicção. Haverá tropeções, tombos, "recaídas", mas a luz continuará acesa no fundo do túnel. Por conseguinte, vale a pena tentar, sobretudo para aqueles que são jovens, que ainda não viveram sequer um quarto de suas vidas. Como se pode afirmar, repetindo Chico Buarque de Hollanda: "Que vida comprida . . . Pra que tanta vida, pra gente desanimar . . .", também se pode dizer:

Que bom que a vida é compriiiiiida . . .

Pois para aprender-praticar dela se precisa

A vida nunca será longa demais

Para destruir os arquétipos que tornam homens e mulheres socialmente desiguais

Cabe registrar, a bem da verdade, que não são apenas os homens e mulheres anônimos ou poderosos, mas sempre preconceituosos que constroem e nutrem estas relações assimétricas, desiguais,

injustas. A própria ciência (com c minúsculo) e sobretudo o uso que dela se faz trazem a marca desta manipulação das mulheres, deste processo de nutrir cotidianamente os preconceitos que permitem uma maior dominação-exploração dos elementos femininos.

Tome-se, por exemplo, a Psicanálise (não merece p minúsculo?) freudiana dogmática, que considera como característicos femininos certos traços de personalidade apresentados por mulheres bem posicionadas na sociedade austríaca, nas primeiras décadas do corrente século. Está neste caso o conceito de *mulher passiva*, por oposição a *homem ativo*. Ainda que na sociedade contemporânea a mulher tenha demonstrado ser profundamente ativa, a concepção de *mulher passiva* continua a ser amplamente utilizada, inclusive pela ciência (com c minúsculo).

Mesmo quando a ciência parece ser mais justa com as mulheres, seus conceitos sofrem manipulações, cujas conseqüências são, irrefutavelmente, discriminações contra os seres femininos. A título de ilustração e para permanecer no terreno da Psicanálise, lembre-se que Freud formulou, dentre outros, dois conceitos importantes: a *inveja do pênis* e a *inveja da maternidade*. Segundo este autor, a capacidade feminina de conceber e dar à luz provoca inveja no homem, cuja participação no ato da reprodução é efêmera, fugaz e até episódica. Por outro lado, segundo o mesmo autor, a mulher é um ser incompleto, na medida em que não possui pênis, sentindo inveja do homem, que o tem. Sobre esta temática há duas interpretações:

1. de caráter biológico, isto é, à mulher falta um pedaço de corpo que possibilita urinar mais longe, com maior força, maior alcance, maior pujança;

2. de caráter social, ou seja, o pênis representa o *poder* desfrutado socialmente pelo *macho*, a *falocracia*, a *supremacia masculina*.

Qualquer que seja a interpretação, e certamente a obra de Freud engloba as duas, a *mulher sente inveja do pênis*, do mesmo modo como o *homem sente inveja da maternidade*. Não há nenhuma razão para que se considere um conceito mais importante que o outro. Entretanto, quase nunca se lê ou se ouve sobre o conceito de *inveja da maternidade*, sendo constantes as alusões, os comentários e abordagens do conceito de *inveja do pênis*.

As Ciências Sociais em geral tendem a ignorar a ação feminina no *fazer história*. A maioria esmagadora das pesquisas lida com dados coletados junto a homens. Procuram-se homens para informar sobre aquilo que o cientista deseja saber sobre a realidade social. Raramente, os cientistas procuram ouvir mulheres. Este fato tem, no m-

nimo, duas conseqüências negativas. Uma delas é negativa para a própria ciência que, trabalhando apenas com informantes masculinos, deixa de lado informações preciosas passíveis de serem fornecidas por mulheres a partir de suas vivências. Assim, a ciência centrada no homem é, no mínimo, uma ciência coxa, manca, pela metade. A outra conseqüência diz respeito ao não-registro da atuação das mulheres no *fazer história*. A necessidade de resgatar esta participação conduziu muitas mulheres a realizarem pesquisas sobre a contribuição feminina na produção material e simbólica de muitas sociedades.

Geralmente, a mulher é associada a valores considerados negativos, tais como, emoção, fragilidade, resignação. Tais valores contêm idéias como: a mulher é incapaz de usar a razão; não é capaz de lutar contra ocorrências adversas, já que se conforma com tudo; é insegura. Estes característicos são apresentados como inerentes à mulher, isto é, como algo que a mulher traz desde o nascimento.

Na verdade, estes traços de personalidade são adquiridos ao longo do processo de socialização. As próprias mulheres acabam acreditando que são menos capazes de fazer ciência que os homens, uma vez que não sabem usar a razão. Acabam por desenvolver desproporcionalmente a dimensão afetiva de sua personalidade, em prejuízo do aspecto racional. Logo, não sentem, via de regra, confiança em si mesmas, o que as impede de lutar mais vigorosamente para mudar a situação. A ideologia machista, que considera o homem um ser superior à mulher, não entra apenas na cabeça dos homens. Também as mulheres, majoritariamente, acreditam nestas idéias e as transmitem aos filhos. Quando proibem os filhos de chorar, alegando que "homem não chora", e exigem que as filhas "se sentem como mocinhas", estão passando aos mais jovens este sistema de idéias que privilegia o homem em prejuízo da mulher.

Contudo, não seria justo responsabilizar exclusivamente a mulher pela perpetuação da supremacia masculina. Os homens, via de regra, omitem-se na educação dos filhos. A omissão é também uma posição, é também um compromisso. Logo, ambos os genitores são responsáveis pelos valores inculcados nos filhos. Não raro, os homens transmitem a suas filhas um padrão de moral dupla: são extremamente liberais com os filhos e rigorosamente moralistas com as filhas. Ademais, muitos mantêm relações extraconjugais estáveis, ao mesmo tempo em que exigem castidade das filhas. Ao alimentarem, assim, os dois modelos de mulher — a santa e a prostituta — trabalham a favor da conservação do estado de coisas que inferioriza socialmente os seres femininos.

A expressão "ser mãe é padecer num paraíso" revela bem a alta dose de masoquismo (chama-se de masoquista a pessoa que gosta de sofrer) contida na educação da mulher. "Mulher gosta de apanhar" é outro dito popular que demonstra ser a mulher masoquista. Não se pode, no entanto, perder de vista que a mulher, assim como o homem, são frutos de uma certa sociedade. Mais do que isto, como as pessoas não são iguais socialmente, há, ao lado de semelhanças, profundas diferenças entre mulheres das classes trabalhadoras, das classes médias e das classes dominantes. De maneira geral, porém, a educação feminina contém uma boa dose de vitimização. Isto é, a mulher é, muito mais que o homem, socializada para encarnar o papel de vítima. Este componente masoquista da educação feminina castra, pela base, as possibilidades de a mulher sentir prazer.

A resignação, ingrediente importante da educação feminina, não significa senão a aceitação do sofrimento enquanto *destino de mulher*. Assim, se o companheiro tem aventuras amorosas ou uma relação amorosa estável fora do casamento, cabe à esposa resignar-se. Não deve ela, segundo a ideologia dominante, revidar na mesma moeda. A esposa, na medida em que se mantém fiel ao marido, ainda que este lhe seja infiel, recebe aprovação social.

Na qualidade de vítima, de sofredora, de quem aceita, sem reclamar, seu *destino de mulher*, merece aplausos por parte da sociedade. Se, contudo, decide infringir a norma e desfrutar do prazer junto a um amante, merece, de acordo com a cartilha da ideologia dominante, ser assassinada pelo marido. Este considera, e o faz legitimamente do ponto de vista da sociedade, ter tido sua própria honra manchada pelo comportamento da mulher. Muitas vezes, a mulher nem sequer chegou a consumir o chamado "mau passo". A partir de uma mera suspeita de que sua esposa se interessa por outro homem, o marido julga-se no direito de ceifar-lhe a vida.

O Código Penal brasileiro prevê dois tipos de homicídio: o simples e o qualificado. Este último é mais grave, já que pode ser cometido por motivo fútil (ciúme, por exemplo) ou torpe (para obter vantagens de ordem material, por exemplo), e pode ser praticado com crueldade ou em circunstâncias que deixam a vítima totalmente indefesa. De acordo com o Código Penal, a pena para o homicídio qualificado por qualquer das razões mencionadas é mais alta.

Entretanto, mesmo quando o assassinio de mulheres por homens pode ser tipificado como homicídio qualificado, os matadores permanecem, geralmente, impunes. O fato de ser gigantesco o número de

assassinos de mulheres que são absolvidos pela justiça oficial incentiva este tipo de "justiça" praticada pelas próprias mãos. Isto deriva do fato de que o adultério, embora legalmente seja considerado crime para ambos os cônjuges, na verdade, só constitui ato criminoso quando praticado por mulheres.

A sociedade não apenas aceita o adultério masculino como também encontra sempre uma maneira de justificá-lo através de condutas da esposa. A mulher acaba, quase sempre, sendo culpabilizada pelo seu próprio sofrimento. Se apanhou do marido, se foi por ele assassinada, é porque assim o mereceu. A polícia, a justiça, enfim, a sociedade transforma a vítima em ré, até depois de sua morte.

Desta sorte, a educação dispensada à "mulher de bem" na sociedade brasileira deixa muito pouco espaço ao gozo do prazer. Sendo obrigada a assumir o papel de vítima, a encarnar a figura da sofridora, a mulher sente-se culpada quando se pilha desfrutando do prazer. Assim, o prazer transforma-se em desprazer. Por vias distintas, tanto o homem quanto a mulher são castrados na dimensão prazerosa da vida, ainda que o saldo negativo seja incomparavelmente maior para os elementos femininos. Com homens e mulheres educados desta maneira integrando a família patriarcal, seria surpreendente se eles fossem capazes de educar seus filhos para o desfrute do prazer.

A "família" unida na castração do prazer

Teoricamente, a família é constituída de um homem e uma mulher que se amam e que, através do ato de amor, se reproduzem, oferecendo à sua prole não apenas os meios materiais de subsistência, mas também e sobretudo um ambiente de carinho, no qual a criança possa desenvolver sua dimensão afetiva.

Na prática, contudo, tendo em vista o já exposto, são muito raras as famílias que cumprem adequadamente estas funções. Os homens são ensinados a competir permanentemente: por um emprego, por um salário melhor, pela promoção na carreira, até pelas atenções de uma mulher. A competição constitui, pois, o traço fundamental da personalidade masculina destinada a desempenhar o papel do *macho*. Não se pode esquecer a agressividade como componente básico da personalidade competitiva. Ademais, a agressividade também integra, necessariamente, o modelo do *macho*. Dito de outra maneira, cabe a ele tomar iniciativas, assumir sempre uma posição ofensiva. Cabe-lhe, ainda, ser intransigente, duro, firme.

A mulher impõe-se a necessidade de inibir toda e qualquer tendência agressiva, pois deve ser dócil, cordata, passiva. Caso ela seja o tipo *mulher despachada*, deve disfarçar esta qualidade, porquanto esta característica só é considerada positiva quando presente no homem. *Mulher despachada* corre o risco de ser tomada como *mulher-macho*. Estes modelos — mulher passiva e homem ativo — são chamados estereótipos. Isto é, uma espécie de molde que pretende enquadrar a todos, independentemente das particularidades de cada um.

Quando se diz que "a mulher consegue tudo do marido se for habilidosa, se souber usar do jeitinho", na verdade, está-se afirmando que a mulher deve sempre ficar na sombra. Se for mais culta que o marido, deve calar-se em público, a fim de não humilhá-lo. Se tiver, porventura, um salário superior ao dele, deve manter o fato em segredo, pois seria inadmissível rebaixar o marido, que é, inclusive legalmente, o chefe da família. Se for segura de si e de suas convicções, deve fingir hesitação, de modo a deixar parecer que as decisões são tomadas por ele.

Quando a mulher é deste tipo deve, seguindo o modelo que lhe é imposto, disfarçar suas qualidades, a fim de não entrar em competição com o marido e muito menos colocar em xeque a autoridade do chefe supremo do grupo familiar. Sempre que a mulher se anula para que o homem reine soberanamente (e o inverso, ainda que raríssimo, é igualmente verdadeiro), o casal não apresenta condições de propiciar aos filhos o ambiente do qual as crianças necessitam para alcançar um desenvolvimento harmônico.

O pai pode omitir-se em tudo, mas resguarda sua autoridade. Mesmo quando cabe à mulher total responsabilidade pela educação dos filhos, é ela mesma que, diante de uma traquinagem dele, ao invés de aplicar-lhe o castigo devido, omite-se, ameaçando-o com o famoso "contarei tudo a seu pai quando ele chegar". A autoridade, assim, permanece nas mãos daquele que não educa. A responsabilidade cabe àquela que não detém autoridade. Desta forma, fica extremamente difícil, senão impossível, mostrar às crianças os limites de sua atuação, os limites do permissível.

Pior fica ainda a educação dos filhos quando se estabelecem cumplicidades entre um dos genitores e as crianças. Estas passam, então, a explorar a fenda que descobriram na relação entre os pais. Estas cumplicidades tendem a estabelecer-se entre mãe e filhos, que são as partes sem autoridade no grupo familiar, quando o chefe da família é muito autoritário. Mas podem ocorrer também entre pais e filhos, quando estes descobrem que a corda arrebenta do lado mais

fraco, ou seja, do lado feminino. Qualquer que seja o genitor — pai ou mãe — com o qual a criança estabelece cumplicidades, estas são extremamente perigosas, pois a conduzem para a prática da chantagem. A chantagem pode situar-se no terreno material, levando a criança a aderir ao genitor capaz de dar-lhe o maior número de presentes. Estando ou não presente a chantagem material, a chantagem de caráter emocional reina nestas situações.

Ao contrário do que a sociedade apregoa, a criança não é inocente, percebendo, com profundidade, os momentos corretos para introduzir suas cunhas na relação entre seus genitores. A Psicanálise sabe muito bem que a criança não apresenta a inocência que se lhe atribui. A título de ilustração, transcreve-se um pequeno trecho do livro de Eduardo Mascarenhas, *Emoções no divã* (Ed. Guanabara, 1985):

“Só que a psicanálise não considera as crianças anjinhos ou querubins. Desde o berço, a cabecinha do bebê está a mil. Desde o nascimento a criança é extremamente generosa, mas extremamente cruel. É sujeita a grandes amores e grandes ódios. A um só tempo, é dócil e temperamental, crédula e desconfiada, ingênua e maliciosa”.

Se este fenômeno da não-inocência da criança é registrado pela Ciência, não deixa de sê-lo também pela Arte. No filme *Cria cuervos*, Carlos Saura mostra, com clareza meridiana, a capacidade de a criança perceber as fissuras existentes nas relações entre os membros adultos da família e de agir de acordo com este contexto. Cercada de rivalidades, traições, malícia, presentes nas relações entre os adultos, a criança pode praticar atos nada inocentes como, por exemplo, matar. Como o próprio título do filme indica, a família tem tudo para criar corvos prontos a abater sua presa. Via de regra, a família reúne menos condições para criar anjinhos. E poderia ser de outra forma, se as relações entre homem e mulher são de dominação-exploração? A criança percebe que, mesmo quando a mulher ganha na argumentação, é sempre o homem que tem razão, porque ele é o chefe, é ele que manda.

Cabe, a esta altura, perguntar: quais são os elementos que unem a família? A dependência financeira, a dependência emocional, os sentimentos de culpa, as cumplicidades estabelecidas entre uns contra outros, as chantagens, constituem traços de união em geral muito mais fortes do que os laços de amor, de carinho, de solidariedade.

E por que são estes, muito mais que os afetivos, os laços que unem os membros da família? Porque homem e mulher não são socialmente iguais, não gozam, na prática, dos mesmos direitos. O homem domina a mulher, que, por sua vez, domina os filhos, ameaçando-os ainda com a autoridade paterna.

A supremacia, de qualquer forma, é garantida ao macho adulto. Tanto assim é que à medida que os filhos vão entrando na idade adulta, vai-se estabelecendo o domínio do irmão sobre a irmã, numa repetição do modelo parental. Como poderia um grupo constituído desta maneira cultivar a alegria de viver, o prazer? Parece claro que o gosto bom da vida advém, sobretudo, da relação entre iguais.

Os subalternos podem proporcionar conforto e tempo livre aos superiores, mas não o verdadeiro prazer, que é sempre partilhado, dividido com alguém. E este alguém precisa, necessariamente, ser um igual. Entre desiguais não pode haver senão a partilha do desprazer, das rivalidades, da amargura de viver. Assemelhando-se muito mais a um vespeiro do que a um ninho de amor, a família torna, com frequência, inviável o prazer. Tal como está constituída, com base na relação de dominação-subordinação, a família não reúne as condições fundamentais para educar as novas gerações para o desfrute do prazer.

Do exposto pode-se facilmente concluir que ambos — pai e mãe — contribuem para a perpetuação do poder masculino e adulto. Os medos de que são portadores homens e mulheres colaboram grandemente para que cada um observe a receita de como ser homem ou mulher. Os homens temem ser considerados menos *machos* se forem flexíveis, pacíficos e generosos. As mulheres temem ser tomadas como pouco femininas, incapazes de conservar o “amor” do companheiro, se se revelarem empreendedoras, dinâmicas, bem-sucedidas.

Os estereótipos têm, realmente, a força do molde. Quem não entrar na fôrma corre o risco de ser marginalizado das relações consideradas “normais”. O conceito de “normal” é socialmente construído pelo costume. As inovações são temidas, porque nunca se sabe aonde levarão. Este lado frágil do medo existe quer nos homens, quer nas mulheres. Mas só estas últimas podem manifestá-lo, pois pertencem a uma categoria conhecida pelo nome de “sexo frágil”. O sexo forte deve negar o medo, ainda que possa senti-lo agudamente. Se encarnar o estereótipo consiste na maneira mais fácil de viver, porque basta obedecer ao modelo, entrar na fôrma, é preciso que se reconheça o caráter repressivo desta “opção”. Se cada ser humano é diferente de todos os demais, é óbvio que modelar todos os membros de cada

categoria de sexo segundo o estereótipo correspondente significa violentar as particularidades de cada pessoa.

Em outros termos, o estereótipo funciona como uma máscara. Os homens devem vestir a máscara do *macho*, da mesma forma que as mulheres devem vestir a máscara das submissas. O uso das máscaras significa a repressão de todos os desejos que caminharem em outra direção. Não obstante, a sociedade atinge alto grau de êxito neste processo repressivo, que modela homens e mulheres para relações assimétricas, desiguais, de dominador e dominada.

Embora se deva pagar um alto preço pela rejeição do modelo imposto, vale a pena cotejá-lo com o custo pessoal da repressão exigida pelo uso da máscara. Quando alguém se recusa a submeter-se ao estereótipo, arrisca-se a ser posto à margem das relações consideradas normais. Todavia, além de poder encontrar muitos adeptos ou simpatizantes, podendo criar espaços mais livres, realiza um maior número das potencialidades que traz. E talvez valha a pena experimentar. Todo processo é válido quando caminha na direção da verdade, da autenticidade, da igualdade; porque, enfim, trata-se de democracia.

E é exatamente esta democracia plena, que não inclui apenas a liberdade de ir e vir, a liberdade de expressão, a igualdade formal, que é difícil construir. Na sociedade capitalista, não se trata somente de uma dificuldade, mas de uma impossibilidade. O capitalismo é incompatível com a igualdade social. Para não mencionar o problema das classes sociais, pedra fundamental do capitalismo, este sistema socioeconômico não admite tampouco a igualdade entre as diferentes raças e entre as distintas categorias de sexo. Esta questão merece todo um capítulo.

3. A SUPREMACIA MASCULINA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Introdução

O capitalismo é um sistema de produção baseado na exploração da mão-de-obra assalariada, com o auxílio de tecnologia crescentemente sofisticada. Nas sociedades escravocratas e feudais, os pobres também eram explorados. Nas primeiras, os escravos nem sequer eram considerados pessoas. Eram tidos como coisas de propriedade de um punhado de senhores, que levavam vida ociosa. Nas segundas, os servos deviam obediência e lealdade absolutas aos seus senhores, que não tinham obrigação de trabalhar, e tinham até o direito de deflorar as noivas antes que seus maridos pudessem recebê-las para a vida conjugal. Nestes dois tipos de sociedade, as pessoas não eram, nem na prática, nem na lei, consideradas iguais. Ao contrário, eram socialmente desiguais, tendo o senhor direito de vida ou morte sobre seus escravos.

Assim, desde que se estabeleceu a propriedade privada dos meios de produção (tudo aquilo que é preciso pôr à disposição dos trabalhadores para tornar possível a produção de bens e serviços), uma minoria vive às custas do trabalho da maioria.

O início do capitalismo pode ser datado do século XVI, quando a concentração das riquezas em poucas mãos permitiu a esta minoria pagar salários para que os pobres produzissem quantidades cada vez maiores de mercadorias. Mercadorias são bens e serviços que se vendem no mercado. Com o regime de salariado, a própria força de trabalho (energias físicas e mentais utilizadas na atividade trabalho) passou a ser uma mercadoria. Os não-proprietários dos meios de produção vendem sua força de trabalho. Isto é, o patrão tem direito de usar a força de trabalho do empregado por um determinado espaço de tempo, pagando-lhe o salário combinado. Assim, o que o trabalhador vende não é trabalho, mas sua capacidade de trabalhar, que é usada pelo patrão durante o tempo legalmente determinado.

No Brasil, o trabalhador é obrigado, por lei, a trabalhar 48 horas semanais. No passado, este número de horas foi muito maior, tendo, gradativamente, sofrido reduções em decorrência das lutas sociais. A conquista da jornada de trabalho de oito horas foi estendida a todos os trabalhadores em 1943, com a CLT. Legalmente, o Brasil ainda tem uma semana de trabalho de seis dias. Há anos, muitas categorias ocupacionais vêm lutando pela implantação da chamada "semana inglesa", constituída de cinco dias de trabalho e adotada por numerosos países. Há mesmo algumas nações que reduziram este tempo, tendo umas poucas chegado a 35 horas semanais.

Cabe, neste momento, perguntar: a redução da jornada de trabalho não provoca a diminuição dos lucros do patrão? Nisto reside a particularidade do capitalismo. Diferentemente do escravismo e do feudalismo, regimes que não contavam com o auxílio de tecnologia, o capitalismo desenvolveu avançadas técnicas de produção. A tecnologia permite ao trabalhador produzir quantidades maiores de mercadorias no mesmo espaço de tempo. Por exemplo, imagine-se uma fábrica em que vinte trabalhadores produzem, com o auxílio de um tipo de máquina, mil pneus por dia. Substituindo-se estas máquinas por outras mais avançadas, os mesmos trabalhadores poderão produzir dois mil pneus por dia. Neste exemplo, a produtividade dos trabalhadores foi duplicada. Mesmo que o patrão aumente um pouco o salário de seus empregados, ainda conseguirá fazer crescer bastante seus lucros, graças, portanto, ao auxílio de equipamentos.

Nos regimes escravista e feudal, percebe-se facilmente a exploração de que são alvo os trabalhadores. Dentre várias razões, cabe ressaltar duas: 1.^a) trabalhadores e patrões não são iguais perante a lei; 2.^a) a jornada de trabalho é muito longa para permitir aos trabalhadores a produção de uma quantidade de bens e serviços muito superior às necessidades do senhor de escravos e do senhor feudal. A parte das riquezas que vai além destas necessidades chama-se excedente de produção. Este excedente era consumido, fundamentalmente, em guerras entre diferentes povos ou entre senhores feudais. Desta forma, não existia propriamente um processo de acumulação de riquezas que, submetidas à ação do trabalhador, pudessem criar novas riquezas.

Ao longo da história, foi ocorrendo um processo de concentração das riquezas em mãos de um punhado de pessoas que, a partir do século XVI, foram, crescentemente, promovendo a expansão destas riquezas graças à exploração do trabalho assalariado. Foi, entretanto, com a Revolução Industrial, no século XVIII, que o capitalismo se

consolidou. A técnica, com sua capacidade de aumentar a produtividade do trabalho humano, tornou possível o crescimento do excedente de produção. Este excedente deixou de ser consumido improdutivamente pelo patrão e passou a ser investido na própria produção. Ou seja, passou a ser usado para aumentar a produção. Por exemplo, o proprietário de uma fábrica não consome todos os lucros gerados pela produção fabril.

Os lucros são tão altos, que ele pode desfrutar de vida de rico, assim como sua família, aplicando o que sobra na ampliação de sua empresa. Assim, compra mais um prédio, contrata mais trabalhadores, compra mais equipamentos e mais matérias-primas, passando a produzir uma quantidade muito maior de mercadorias destinadas ao comércio interno ou à exportação. Ao mesmo tempo em que o capitalista aumenta sua produção, pode também provocar um aumento de produtividade dos trabalhadores por ele contratados. Basta, para isto, comprar máquinas que aumentam a produtividade do trabalho humano.

Aumento de produção é diferente de aumento de produtividade. Tomando-se o exemplo acima, podem-se figurar duas hipóteses. A primeira consistiria na duplicação do espaço física da fábrica, das matérias-primas, da energia, do número de trabalhadores e dos equipamentos, mantendo-se a mesma técnica. A quantidade de mercadorias produzidas seria duas vezes maior.

A segunda hipótese envolveria não apenas uma ampliação do mesmo gênero, mas a adoção, na nova unidade produtiva, de tecnologia mais moderna, capaz de aumentar a produtividade do trabalho humano. Nesta segunda fábrica, o mesmo número de trabalhadores seria capaz de consumir quantidades maiores de matérias-primas, transformando-as em quantidades também maiores de mercadorias prontas para o comércio. Nesta segunda unidade produtiva, a produtividade do trabalho seria maior, isto é, o mesmo número de trabalhadores seria capaz de produzir maior quantidade de mercadorias no mesmo espaço de tempo. Na primeira hipótese tem-se apenas aumento de produção; na segunda têm-se aumento de produção e aumento de produtividade. A diferença fundamental entre o capitalismo, de um lado, e o escravismo e o feudalismo, de outro, é o uso de tecnologia capaz de elevar a produtividade do trabalho humano. Graças a isto, o patrão pode aumentar os salários de seus empregados, aumentar-lhes as férias, reduzir-lhes a jornada de trabalho e, assim mesmo, elevar seus lucros. Daí a dificuldade de se perceber a intensidade da exploração de que é vítima o trabalhador.

Ademais, trabalhadores e patrões são iguais perante a lei. O trabalhador assalariado, ao contrário do escravo e do servo, é livre. Mas é preciso bem compreender esta liberdade. Trata-se apenas de liberdade formal. Na prática, que significado tem a liberdade para quem deve vender sua força de trabalho, sujeitando-se às leis do mercado? Em momentos históricos nos quais a oferta de empregos é baixa e o número de pretendentes a estes postos é alto, os salários diminuem. Nestas situações, não resta ao trabalhador senão a aceitação de salários baixos, pois ele sabe que há outros candidatos àquele emprego. Nos países capitalistas nunca há o chamado pleno emprego, isto é, nenhum desempregado. Sempre há um certo número de trabalhadores que procuram, mas não encontram emprego.

Convém explicitar que pode haver, ao mesmo tempo, desemprego e falta de trabalhadores. O Brasil atravessa atualmente uma situação deste tipo. A recessão econômica que durou de 1974 a 1984, tendo atingido seu ponto mais crítico no período de 1981 a 1984, provocou uma grande queda na oferta de empregos, uma vez que se reduziram muito os investimentos produtivos. O nível de desemprego, portanto, cresceu bastante, deixando fora do mercado de trabalho um número excessivamente grande de trabalhadores homens e mulheres. Estes desempregados faziam "bicos", a fim de garantirem sua sobrevivência. Não exercendo a atividade para a qual estavam qualificados, acabaram perdendo, muitas vezes, esta qualificação. Por outro lado, dada a falta de empregos, as pessoas não eram incentivadas a se qualificarem para esta ou aquela ocupação.

O Plano Cruzado desencadeou uma onda consumista na população que, antes, acreditava estar ganhando dinheiro com a correção monetária. Para atender à demanda de produtos industriais, as fábricas estão expandindo suas atividades. Dada a profundidade da recessão mencionada, só agora, passado mais de ano de instituição do cruzado, alguns setores da indústria atingiram o nível da produção do ano de 1983. De qualquer modo, a indústria está oferecendo um número muito maior de empregos do que aquele que vinha oferecendo nos anos de economia recessiva.

No momento, fala-se muito em falta de mão-de-obra. Esta carência é verdadeira, mas é preciso que ela seja especificada. Falta, efetivamente, mão-de-obra qualificada para certos setores da economia, o que se caracteriza como herança da recessão. Porém, isto não significa que, no Brasil atual, não haja desemprego. A falta de trabalhadores qualificados coexiste, isto é, convive com o desemprego. A reorientação da economia para a produção, sobretudo de bens

industrializados, provoca o aumento da oferta de empregos no setor industrial, com uma correspondente queda do nível de emprego nas atividades financeiras. Cerca de uma centena de milhares de bancários perdeu seus empregos em cinco meses de vigência do Plano Cruzado. Sem entrar no mérito das medidas monetárias de 28 de fevereiro de 1986, podem-se verificar as dificuldades de adaptação desta mão-de-obra à nova situação. Os bancários não estão qualificados para o desempenho de atividades produtivas, sem se mencionar o fato de que se sentiriam desprestigiados em aceitar uma função fabril, por exemplo.

Cabe lembrar que o avanço tecnológico propicia a substituição de trabalhadores por máquinas. No setor da informática, é muito claro o processo de mecanização das atividades. Um computador pode realizar em segundos o trabalho que um homem gastaria dias para fazer. Também na indústria os trabalhadores vêm sendo substituídos por robôs. Metalúrgicos da Grande São Paulo têm-se pronunciado contra este processo, pois têm consciência do desemprego que provoca. No Rio, já existe até um robô orientando o trânsito.

Este processo de mecanização tem criado situações difíceis para trabalhadores agrícolas que, perdendo a possibilidade de trabalharem no campo, mudam-se para as cidades, na esperança de aí poderem ganhar o pão de cada dia. No entanto, grandes contingentes destes trabalhadores não encontram trabalho nas zonas urbanas, seja porque é pequena a oferta de empregos, seja porque não apresentam qualificação para empregos citadinos. Este deslocamento de populações rurais para as cidades dá origem a gigantescos bolsões de miséria na periferia, não apenas das grandes cidades, mas também das de porte médio. Durante os dez anos da última recessão econômica aumentou grandemente este fenômeno, que também se traduz em elevadas taxas de mortalidade infantil e baixos níveis de saúde, derivados de graus mais ou menos profundos de subnutrição. Aliás, a miséria constitui um dos pólos do processo de acumulação capitalista.

De fato, como já se mencionou mais atrás, é graças à elevação dos lucros extraídos do trabalho dos assalariados que os capitalistas conseguem acumular quantidades crescentes de capital. Sob a forma de dinheiro, de equipamentos, de matérias-primas, de tecnologia, de edifícios, o capital extrai lucros do trabalho assalariado. Deste modo, o capital, que assume diferentes formas, é uma relação social. Nem sempre o dinheiro é capital. O dinheiro aplicado em caderneta de poupança não é capital, pois é incapaz de estabelecer uma relação

social. Ao contrário, o dinheiro aplicado na construção de uma fábrica, na agricultura, na pecuária, constitui capital, porque cria uma relação de exploração de empregado pelo patrão no processo de produção de mercadorias.

Como já se analisou, o trabalhador gera um excedente econômico que pertence ao proprietário dos meios de produção. Uma pequena parte deste excedente destina-se ao consumo pessoal do patrão. A outra parcela destina-se a investimentos, ou seja, é usada para criar mais riquezas. Isto equivale a dizer que há um processo de acumulação de capital. O número de capitalistas é diminuto em comparação com o número de trabalhadores assalariados. A este processo de acumulação de riquezas, que empregadas como capital geram novas riquezas, corresponde um processo de empobrecimento de pelo menos parcela das classes trabalhadoras. Acumulação e miséria são, portanto, pólos de um mesmo processo, faces de uma mesma moeda.

Ouve-se, com frequência, que a miséria só existe em países subdesenvolvidos. Isto não é verdadeiro. Nas nações subdesenvolvidas, a parcela da população atingida pela pobreza é maior do que nos países altamente industrializados. Todavia, nestes também existem contingentes populacionais vivendo em níveis variáveis de miséria.

Nos Estados Unidos, por exemplo, há milhões de famílias, dentre as quais predominam os negros, vivendo com rendas inferiores à considerada mínima para uma vida decente. Recentemente, pesquisadores norte-americanos provaram a existência de milhares de famílias sem moradia. Isto é tanto mais grave quando se pensa no inverno rigoroso da maior parte do território daquele país. Além disto, não se pode esquecer que os países industrializados em geral e especialmente os Estados Unidos exploram os chamados países dependentes, sendo capazes, através deste mecanismo, de reduzir os contingentes de miseráveis dentro de suas fronteiras. De qualquer forma, eles existem. E não é por acaso que nos Estados Unidos os mais pobres são negros, contra os quais se praticam discriminações atrozes, imigrantes de fala espanhola (mexicanos, colombianos, cubanos, haitianos, porto-riquenhos etc.), imigrantes asiáticos e mulheres. Dentre as famílias mais miseráveis cabe lembrar as chefiadas por mulheres, cujos salários são, em média, muito inferiores aos masculinos.

Para enriquecer a discussão, adicionam-se dados presentes no documento preparado por bispos católicos dos Estados Unidos, inti-

tulado *Justiça econômica para todos*, e publicados na *Folha de S. Paulo*, de 15 de novembro de 1986:

“O documento, preparado durante três anos (...), defende a ação imediata da empresa privada e do Estado para ‘acabar com a miséria no país mais rico do mundo’. Segundo as estatísticas citadas no documento, existem entre 20 e 30 milhões de habitantes nos EUA cuja renda os situa entre os necessitados além dos 33 milhões abaixo da linha de pobreza”.

Foram oferecidas ao leitor algumas coordenadas à luz das quais devem ser examinados os três esquemas básicos de dominação-exploração atuantes na sociedade brasileira atual. Embora eles estejam presentes em todas as sociedades capitalistas (e também nas sociedades socialistas, em certo grau), não constituindo, portanto, “privilegio” nacional, cabe analisar, mais de perto, a sociedade brasileira. Tais sistemas de dominação-exploração serão analisados na ordem cronológica de seu aparecimento na história da humanidade.

O patriarcado

Calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios. São múltiplos os planos da existência cotidiana em que se observa esta dominação. Um nível extremamente significativo deste fenômeno diz respeito ao poder político. Em termos muito simples, isto quer dizer que os homens tomam as grandes decisões que afetam a vida de um povo.

Nas sociedades contemporâneas a participação política da mulher pode ser considerada ínfima. Além de Lídia Gueiler, que ocupou a presidência da Bolívia em 1979, em circunstâncias excepcionais, apenas duas outras mulheres chegaram à presidência da república: Isabelita Perón, na Argentina, e Corazón Aquino, nas Filipinas. A primeira, por ter sido eleita vice-presidente em chapa integrada por seu marido, após a morte deste. A segunda foi eleita muito mais em razão do que representou seu marido, assassinado pela ditadura de Ferdinand Marcos, do que pelo trabalho de oposição política ao regime totalitário, que realizou após haver enviuvado. Assim, estas duas mulheres, que chegaram ao mais alto posto político de uma república, fizeram-no com o auxílio do prestígio desfrutado pelo nome de seus companheiros.

São pouquíssimos os casos de mulheres que desempenharam ou desempenham a função de primeiro-ministro, como Indira Gandhi, Golda Meir e Margaret Thatcher. No mundo inteiro, o número de mulheres nos órgãos legislativos (no Brasil, câmara de vereadores, assembléia legislativa, câmara federal e senado) é insignificante. O mesmo se pode afirmar sobre a presença feminina nos partidos políticos. No caso destes, quando a mulher participa, em geral se encarrega de funções menores, sendo rara sua presença em cargos de mando.

No Brasil, data de poucos anos a participação política da mulher, que geralmente se situa na base. Nos diretórios municipais, estaduais e nacionais dos partidos políticos é irrisória a presença feminina. E isto ocorre também nos partidos de esquerda. Ou seja, discriminar a mulher não constitui um característico apenas dos conservadores. Trata-se de prática diária também dos tidos e havidos como progressistas.

A mesma situação pode ser verificada em sindicatos, isto é, nos órgãos políticos das diferentes categorias ocupacionais. Tem aumentado a participação feminina nas associações de classe, sobretudo na grande São Paulo, mas raramente a mulher é membro da diretoria.

A grande participação política das brasileiras tem-se dado nos movimentos sociais: associações de mães, movimento contra a carestia, luta por creches, movimento feminino pela anistia etc. Convém lembrar que o espaço de luta destes movimentos não é o da política institucional. Isto é, estes movimentos ocorrem fora do espaço parlamentar, fora do espaço dos partidos políticos. Trata-se de lutas travadas em torno de certas reivindicações que seus militantes esperam ver atendidas pelo poder municipal, estadual ou federal; ou ainda pelo empresário privado. Faz parte da natureza destes movimentos a fluidez, isto é, o baixo grau de estruturação. Isto facilita a cooptação destes movimentos por parte de partidos políticos. Explicando melhor, com freqüência, partidos políticos ou facções políticas servem-se de militantes de movimentos sociais, transformando-os em massas de manobra, capazes de elevar o número de votos de certos candidatos a postos do Poder Legislativo e ou Executivo.

A subordinação da mulher ao homem, contudo, não existe tão somente no terreno político. Ela é marcante no campo econômico. Deixando de lado as ocupações oferecidas pelo sistema de produção capitalista, que já mereceram comentários, a presença da mulher

é relativamente muito maior que a masculina nas atividades não estruturadas segundo o modelo capitalista, no segmento comumente conhecido como mercado informal de trabalho.

Trata-se de setores de atividades que os capitalistas não tiveram interesse em explorar, porque o capital busca os ramos mais rentáveis da economia, as atividades que podem render mais lucros. Assim, quase todo o setor do emprego doméstico está ocupado por mulheres, cuja presença é também maciça no trabalho a domicílio, geralmente à margem dos benefícios da legislação trabalhista. O primeiro tipo de emprego é regido por legislação especial, que só garante filiação obrigatória à previdência social e apenas 20 dias de férias após a prestação de serviços a uma mesma pessoa ou família por um período ininterrupto de 12 meses. As empregadas domésticas não têm direito à licença-maternidade, ao 13.º salário, ao PIS, a 30 dias de férias anuais, a férias proporcionais. Nem sequer está prevista a folga semanal remunerada nesta legislação que rege o trabalho doméstico assalariado. Se, por um lado, a maioria das patroas concede uma ou mais folgas semanais remuneradas, é ainda muito pequena a quantidade das que registram suas empregadas. Desta forma, enormes contingentes de empregadas domésticas não desfrutam sequer da assistência médica oferecida pelo INAMPS, de férias, de aposentadoria.

Múltiplas formas de trabalho clandestino existem no Brasil. Elas absorvem homens e mulheres, mas estas últimas são mais numerosas nestes tipos de trabalho. Pode-se afirmar que no mínimo a metade das trabalhadoras brasileiras não está coberta pela legislação trabalhista, uma vez que não tem carteira profissional assinada.

Nas zonas rurais, é freqüente encontrarem-se trabalhadoras cujas carteiras de trabalho ficam com o patrão. Elas não são assinadas. Ficam nas mãos do patrão para assinatura, o que ocorre apenas se aparecer a fiscalização. Como esta é omissa ou se vende, a maioria esmagadora das carteiras de trabalho nunca é assinada.

A legislação que rege o trabalho rural discrimina a mulher numa medida muito mais profunda do que a legislação urbana. A trabalhadora rural só tem direito à aposentadoria se não for casada. Na prática, isto significa que a mulher é posta diante do seguinte dilema: escolher entre o casamento e a aposentadoria. Suponha-se um casal que haja trabalhado, durante 50 anos, na enxada. Embora, no presente momento, tramite no Congresso Nacional um projeto de lei que eleva o salário dos aposentados para 95% do salário mínimo,

atualmente, e no caso em questão, o homem aposenta-se recebendo apenas meio salário mínimo, não tendo a mulher nem sequer este direito. O casal deve, pois, viver seus últimos anos com apenas a irrisória quantia de meio salário mínimo. A esta tragédia deve-se acrescentar o fato de que poucos trabalhadores rurais têm carteira de trabalho assinada. Em 1984, 9,4% dos homens estavam neste caso, enquanto esta proporção caía para apenas 1,8% dentre as mulheres. Assim, as atividades agrícolas, ao lado dos "bicos" que se fazem nas zonas urbanas, são desenvolvidas, quase sempre, na clandestinidade.

Nas cidades, as mulheres constituem as grandes vítimas do trabalho clandestino. Muitas destas atividades podem ser exercidas a domicílio, o que permite à mulher complementar a renda do marido sem deixar de executar as tarefas do lar. Quando as atividades são exercidas fora da casa, apresentam, geralmente, maior flexibilidade de horário. Isto também favorece a absorção de mulheres nestas atividades, já que horários não-rígidos são mais compatíveis com os afazeres de dona-de-casa.

Quando marido e mulher trabalham na mesma atividade, o que é muito comum na agricultura, a mulher deixa de reivindicar seu direito ao registro em carteira para não prejudicar o marido. Aceita, muitas vezes, trabalhar clandestinamente, porque o patrão ameaça-a com a despedida, não apenas a sua, mas também a de seu marido. Como o desemprego, além de suas conseqüências financeiras negativas, é considerado vergonhoso para o homem, cabe à mulher, segundo o estereótipo, abrir mão de seus direitos.

No seio da família, a dominação masculina pode ser observada em praticamente todas as atitudes. Ainda que a mulher trabalhe fora de casa em troca de um salário, cabe-lhe realizar todas as tarefas domésticas. Como, de acordo com o modelo, os afazeres domésticos são considerados "coisas de mulher", o homem raramente se dispõe a colaborar para tornar menos dura a vida de sua companheira. Não raro, ainda se faz servir, julgando-se no direito de estrilar se o jantar não sai a seu gosto ou se sua mulher não chega a tempo, trazendo-lhe os chinelos.

Isto posto, pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico.

Tanto a dona-de-casa, que deve trazer a residência segundo o montante do marido, quanto a trabalhadora assalariada, que acumula muitas jornadas de trabalho, são objeto da exploração do homem, no plano da família. Na qualidade de trabalhadora discriminada, obrigada a aceitar menores salários, a mulher é, no plano mais geral da sociedade, alvo da exploração do empresário capitalista. Desta sorte, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração. A compreensão das duas faces deste fenômeno torna-se importante para a análise que terá lugar no último item deste capítulo.

Todos os tipos de discriminação favorecem a maior exploração por parte dos empregadores. Isto pode ser observado não apenas no que tange ao preconceito de sexo, mas também no que respeita às discriminações raciais. Convém, pois, que se comentem estas últimas.

O preconceito racial

A Constituição brasileira penaliza criminalmente o preconceito racial. Efetivamente, pode-se ler no parágrafo 1.º do artigo 153: "Será punido pela lei o preconceito de raça". Além disto, a Lei Afonso Arinos, de 1950, reforça a penalização criminal do referido preconceito. Apesar disto, discriminações de todo tipo são diariamente praticadas contra negros e mulatos neste país.

Diz-se, à boca miúda, que no Brasil há democracia racial. Nada seria mais inverídico do que esta afirmação. Basta examinar as estatísticas para se verificar que os negros estão nas ocupações menos prestigiadas e mais mal remuneradas, que apresentam graus baixos de escolaridade, que não participam do poder político. Existem clubes que não admitem negros como seus filiados. Há restaurantes que não aceitam servir negros, barrando-os na porta ou fazendo-os esperar indefinidamente à mesa.

Alguns ditos populares expressam eloqüentemente o preconceito de que é alvo o negro brasileiro: "Negro, quando não suja na entrada, suja na saída"; "A situação está negra"; "Ele é um negro de alma branca". Mesmo pessoas que se dizem não-preconceituosas negar-se-iam a contrair matrimônio com pessoa de cor.

Para justificar as discriminações praticadas contra negros e pardos, evocam-se, freqüentemente, fatos do gênero "negro é sujo", "negro é pouco inteligente", "negro é supersticioso". Rigorosamente, deve-se inverter o raciocínio, pois tais características, ao invés de

terem sua origem na raça, são conseqüências da desigualdade social entre os brancos, que dominam, e os negros, que sofrem a dominação.

Obviamente, se um grupo social tem menor número de oportunidades na vida, em função dos preconceitos que pesam sobre ele, encontram-se em seu interior maior número de miseráveis, grandes contingentes de analfabetos e de pessoas pouco escolarizadas, massas imensas de pessoas vivendo em condições de promiscuidade. Assim, se os negros forem, efetivamente, proporcionalmente mais sujeitos que os brancos, este fenômeno deriva das condições sociais em que vivem. Tomar banho diariamente é fácil para aqueles que dispõem de água corrente em casa. Não encontram a mesma facilidade aqueles que residem em favelas, sem água encanada, sem energia elétrica. Assim, a higiene pessoal não é reflexo da raça, mas sim das condições sociais de existência. Quando ao negro se oferecerem boas condições de desenvolvimento, ele poderá revelar-se tão bom ou melhor que o branco.

Na sociedade brasileira não são apenas os negros e mulatos que sofrem discriminações. Estas existem contra índios, contra asiáticos e, até mesmo, às vezes, contra europeus. Cabe, entretanto, ressaltar os preconceitos contra negros e mulatos, já que, somados, eles perfazem cerca de 45% da população nacional.

Na "ordem das bicadas" neste país, a mulher negra ocupa a última posição. Ela é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra. De acordo com o modelo oficial, cabem-lhe, fundamentalmente, dois papéis: o de empregada doméstica e o de objeto sexual. Sugere-se ao leitor que preste atenção na publicidade de produtos de limpeza na televisão. Geralmente, o produto é recomendado à patroa branca por uma empregada negra. Nas novelas, nas peças de teatro, as empregadas domésticas são, quase sempre, representadas por atrizes negras.

Obviamente, na novela *Roque santeiro*, não caberia "presentear" Porcina com uma empregada de cor, uma vez que Porcina não encarnava o papel da verdadeira senhora branca. Ao contrário, aproximava-se muito mais do pólo da prostituta. Logo, como a própria personagem de Porcina fugia ao modelo consagrado de senhora branca e rica, nascida na classe dominante e bem-educada, sua empregada podia ser branca. Ademais, as relações entre Porcina e Mina eram totalmente atípicas, isto é, fugiam à regra que estabelece a *distância social* entre estas duas figuras. Enquanto mulher do povo, de origem pobre, não-treinada nas chamadas "boas maneiras", Porcina era basicamente igual à sua empregada Mina.

Mereceria um livro a atitude de mulheres que assistiram à referida novela. A identificação com Porcina era generalizada. Por quê? Ora, porque Porcina se comportava como muitas e muitas mulheres gostariam de se comportar. Por repressão, as mulheres situadas no pólo da santa e identificadas com a figura de Porcina, viviam através desta personagem aquilo que não podiam viver pessoalmente. Quando um aluno está distraído na sala de aula, diz-se que ele está só de corpo presente. Pois aqui, no caso da identificação de mulheres-santas com Porcina, o "pecado" só não foi cometido pelo corpo. A alma "pecou", "pecou", "pecou". Isto se chama realização vicária. Ou seja, no caso, muitas mulheres viviam vicariamente, através de Porcina, papéis sociais, fundamentalmente de caráter sexual, que não podiam vivenciar com seu próprio corpo, reprimido pela educação marcadamente patriarcal. Cabe assinalar também que muitas mulheres se sentiram vingadas por Porcina. Já que não podiam, por razões de educação, ter amantes, como fazem os homens, rigozjavam-se quando Porcina aumentava os chifres do machão Sinhozinho Malta. Foi um desopilar de fígado infundável.

Retomando o caso da mulher negra, cabe salientar que o homem branco construiu o mito da negra ou mulata sensual. Embora nenhuma pesquisa haja demonstrado que a negra ou a mulata seja mais sensual do que a branca, é assim que a mulher de sangue negro é socialmente considerada. Interessa ao homem branco alimentar este mito, pois, por tradição, está habituado a "usar sexualmente" negras ou mulatas. Os meios de comunicação exploram muito este mito. Quando a televisão mostra cenas do carnaval, não procura quase sempre focalizar negras e mulatas? Mulata de corpo escultural já é produto de exportação deste país! Sargentelli não está explorando este mito quando escolhe mulatas para seu show?

Evidentemente, a relação de dominação-exploração aqui pode deixar de ser um fenômeno de mão única para se transformar em fenômeno de mão dupla. Muitas mulatas, em virtude de suas características físicas, podem ganhar melhores salários e desfrutar de mais alta posição social, trabalhando em shows do que se empregando como secretárias, vendedoras de balcão, babás. Ora, já que o homem branco "precisa" do mito da mulata sensual, por que não faturar mais, dançando com pouca roupa, mostrando as curvas, obrigando o dominador a olhar de baixo para cima?

Aliás, cabe refletir um pouco sobre a atuação do dominado consciente de sua condição de subordinado. Da mesma forma como a criança não é inocente, o dominado consciente realiza todas as

trapaças que pode realizar. Em linguagem simples, o dominado consciente dá o troco ao dominador sempre que pode fazê-lo. Não há donas-de-casa com caras de santa que botam cascas de banana no caminho do marido mulherego? Não há negros que trapaceiam brancos? Não há lindas mulatas que faturam bem exibindo seu corpo aos olhos gulosos do homem branco? Esta reação da pessoa situada no pólo da subordinação constitui mais uma razão para se demonstrar o quão prejudicial é a relação de dominação-exploração, não apenas para os dominados-explorados, como também para os dominadores-exploradores, cuja supremacia está permanentemente ameaçada. Como pode desfrutar do prazer o homem que deve vigiar constantemente a conduta da mulher que lhe é subordinada? Como pode ele saber se ela está ou não tramando contra seu domínio?

Assim, a desconfiança permeia todas as relações entre seres humanos socialmente desiguais. O branco sempre desconfia do negro, o homem sempre desconfia da mulher. *Confiança* só existe entre iguais. Enquanto houver diferenças sociais entre negros e brancos, entre homens e mulheres, o clima das relações entre uns e outros e entre uns e outras trará sempre esta componente da *desconfiança*. E há maior desmancha-prazeres do que estar sempre de pé atrás, do que se sentir permanentemente ameaçado, do que ter de vigiar? Não é, pois, difícil concluir pela adequação da luta que visa a tornar socialmente iguais todos os seres humanos, independentemente da cor, do sexo, da crença religiosa, da ideologia política. Não é fácil compreender que se alguém instrumentaliza outra pessoa, pode ser instrumentalizado por esta mesma pessoa? O exemplo das mulatas do Sargentelli poderá ser útil.

Aparentemente, a afirmação de que a mulata é o modelo ideal de sensualidade soa como elogio. Rigorosamente, entretanto, a atribuição de uma sensualidade específica à mulata constitui instrumento de manipulação usado pelo branco, que situa esta mulher na posição de satisfazer os seus desejos. Se, todavia, a mulata tomar consciência da instrumentalização de que é objeto, buscará, sempre que lhe for possível, “aproveitar-se” do mito. Ou seja, a instrumentalização da mulher por parte do homem pode gerar a instrumentalização do homem por parte da mulher. E isto não é suficiente para mostrar que ninguém é feliz neste jogo de instrumentalizações? Sempre que um ser humano é usado como instrumento para a obtenção de uma meta, anula-se sua humanidade. Só quando o outro é considerado igual pode-se evitar a instrumentalização e, portanto, o desprazer.

Se, de um lado, as mulheres de cor, de mulatas a negras, foram colocadas no “pedestal” da sensualidade, de outro, a representação social do estupro é encarnada pelo homem negro. Embora os dados estatísticos não provem haver maior incidência de estupro entre os negros que dentre os brancos, a sociedade continua alimentando a imagem do negro como estupro. Esta ideologia cala tão fundo nas consciências, que mulheres brancas temem muito mais serem violentadas por negros do que por brancos. Trata-se de puro preconceito, já que os dados da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, criada em agosto de 1985, na cidade de São Paulo, revelam que a maioria dos estupros tem por autores (seria melhor dizer agressores) os próprios membros masculinos da família: pais, padrastos, tios etc.

Com a finalidade de desfazer outro equívoco, fruto também de preconceito, é bom que se diga não serem as classes mais pobres aquelas que praticam mais violência, aí incluída a de natureza sexual. Assim, não há, nas camadas menos privilegiadas da população, um número relativamente maior de estupros. Isto prova que a violência não é “privilégio” de pobre. Os membros das classes médias e da burguesia são também violentos. A violência masculina contra a mulher atravessa toda a sociedade, estando presente em todas as classes sociais. Não importa que um zé-ninguém mate sua mulher com um machado, enquanto Doca Street assassinou barbaramente Ângela Diniz, usando um revólver. O resultado objetivo é o mesmo: o homicídio de mulheres por seus companheiros. Como a justiça reflete as diferenças entre as classes sociais, a tendência será a de julgar mais severamente o assassino que usou o machado e mais brandamente o homicida que utilizou o revólver.

Qualquer que seja o tipo de discriminação que pese contra uma categoria social, serve para introduzir o fenômeno da diferenciação dentre os candidatos a empregos. Assim, a mão-de-obra em seu conjunto não é uniforme, é heterogênea. Esta heterogeneidade não diz respeito apenas ao grau de qualificação profissional das pessoas aptas para o trabalho. Estabelecem-se outras diferenças — como as de sexo e de raça — sobre as quais seus portadores não têm controle.

Assim, é fácil pagar salários menores a um negro e a uma mulher. Mais fácil ainda será pagar salários ínfimos a uma mulher negra. Mal remunerada, esta mulher passará de duplamente discriminada para triplamente discriminada: mulher, negra e miserável. Cabe, pois, analisar, mesmo sucintamente, o problema das classes sociais.

As classes sociais

A população brasileira, assim como todas as que vivem sob o regime capitalista, está dividida em classes sociais. Os que dominam econômica e politicamente constituem as classes dominantes. Usa-se, aqui, a expressão no plural, porque as classes dominantes compõem-se de diferentes segmentos sociais. Embora estes distintos setores costumem unir-se na defesa de seus interesses, há, em muitas situações históricas, conflitos de interesses entre a burguesia industrial e a burguesia financeira, por exemplo. Os conflitos podem existir entre os interesses da burguesia agrária e os da burguesia industrial. Interesses imediatos da burguesia agrária podem conflitar com interesses da burguesia financeira.

Enfim, as classes dominantes não são homogêneas. Ou seja, apresentam diferenciações internas que não se podem ignorar. O traço comum entre os distintos segmentos das classes dominantes consiste em sua capacidade, em sua competência para dominar e explorar as classes subalternas. A subordinação daqueles que vendem sua força de trabalho no mercado é absolutamente necessária para que haja exploração.

A disciplina que os trabalhadores precisam observar no ambiente de trabalho é atingida através deste processo de domesticação das classes dominadas. Quem estaria disposto a submeter-se a oito horas diárias de trabalho, apertando parafusos de uma roda de automóvel, não fora esta subordinação dos que nada possuem em relação aos proprietários dos meios de produção? A ideologia do êxito econômico auxilia este processo que transforma os seres humanos em quase-máquinas. A necessidade de sobreviver desempenha, é óbvio, um papel fundamental nesta domesticação dos trabalhadores homens e mulheres.

Tampouco as classes dominadas apresentam homogeneidade. Elas se constituem de trabalhadores com diferentes graus de qualificação, inseridos de distintas maneiras no sistema produtivo e percebendo salários muito desiguais. Assim, o nível de consumo permitido pelo salário de um torneiro mecânico é muito mais alto que o possibilitado pelo ganho de um bóia-fria, ou seja, trabalhador volante da agricultura. Uma faxineira ganha menos do que uma secretária bilíngüe, o que repercute no padrão de vida de ambas.

Entre os que produzem mercadorias em troca de um salário e os proprietários das empresas (explorações agropecuárias, empresas fabris) há interesses contraditórios. O interesse dos patrões reside

em aumentar progressivamente a produtividade do trabalhador, a fim de maximizar, isto é, elevar ao máximo seus lucros. O interesse imediato do trabalhador consiste em se apoderar de uma fatia maior daquilo que ele produz. Ou seja, ele deseja ter seu salário aumentado.

No plano mediato, interessa ao trabalhador a socialização dos meios de produção. Em outras palavras, as classes trabalhadoras em seu conjunto lutam, a longo prazo, para destruir o regime da divisão da sociedade em classes sociais. Desta forma, há uma profunda contradição entre os interesses das classes trabalhadoras e os das classes dominantes. Ainda que estas últimas sejam minoria, prevalecem seus interesses, por serem elas detentoras do poder econômico e do poder político. Historicamente, esta situação foi radicalmente alterada em alguns países, através de revoluções socialistas. Nas nações que realizaram semelhantes revoluções, os interesses da maioria passaram a prevalecer sobre os da minoria.

A questão das chamadas classes médias é bem mais complexa. Trata-se de setores populacionais integrados por trabalhadores não diretamente ligados à produção material. São profissionais liberais, executivos, trabalhadores de escritório, do comércio, da área de comunicação etc. Trata-se de trabalhadores incapazes de, diretamente, gerar lucros para seus patrões. Com seu trabalho, estes setores médios da população contribuem para que o trabalhador diretamente engajado na produção material se torne crescentemente mais produtivo, aumentando, assim, os lucros dos patrões.

Estes patrões do campo da produção material repassam uma parte de seus lucros aos patrões dos campos de trabalho improdutivo. Um exemplo esclarecerá esta questão. Um engenheiro mecânico, que inventa uma máquina capaz de multiplicar por dois a produtividade dos operários têxteis, merece um alto salário, já que está colaborando para ampliar os lucros dos proprietários de indústrias do ramo. O professor que ensina a ler aqueles que vão fabricar tecidos recebe um salário do proprietário da escola em que trabalha. O lucro gerado na produção fabril é repassado pelo patrão ao proprietário da escola, que não paga aos professores a soma total que lhe é paga pelos estudantes. Ora, tanto o operário quanto o engenheiro são frutos de um sistema educacional. Assim, a atividade do professor, a do engenheiro, a do executivo, a da secretária não cria novos lucros. Por esta razão, estas atividades são chamadas de improdutivo. Mas improdutivo não significa desnecessária. A atividade do professor, como a do médico, do dentista, do contador, do programador de computador, do analista de sistemas etc. é improdutivo.

Porém, a produção material jamais teria atingido o estágio atual sem as atividades destes profissionais improdutivos. Eles são, pois, profundamente necessários ao bom funcionamento da produção material.

Mais um exemplo será oportuno para mostrar como estes trabalhadores, além de necessários, promovem a divisão dos lucros entre patrões dos ramos produtivo e improdutivo. Suponha-se uma fábrica de calçados. O industrial encarrega-se de contratar os empregados que produzirão os sapatos, mas não comercializa, no varejo, esta mercadoria. Vende-a ao comerciante que, por sua vez, contrata balconistas para vendê-la a clientes individuais. Uma parte do lucro criado na produção de sapatos é repassada pelo industrial ao comerciante. Assim, este pode pagar as instalações e despesas de sua loja e os salários de seus empregados, reservando uma parcela para seu consumo individual e o de sua família. Fica, pois, clara a função de repartição dos lucros desempenhada por esta atividade improdutiva, ou seja, o comércio.

Os trabalhadores das classes médias apresentam este traço em comum: são trabalhadores improdutivos. Todavia, há uma gigantesca diferenciação entre eles no que tange aos salários recebidos. Um vendedor em uma loja ganha muito menos que um alto executivo. Um médico ganha muito mais do que um bancário. Um arquiteto tem rendimentos muito mais altos que um datilógrafo.

Os trabalhadores de classe média são chamados de colarinhos brancos, por oposição aos colarinhos azuis, assim chamados porque, em muitas fábricas, sobretudo nos Estados Unidos, os uniformes dos operários têm esta cor. Grande parte dos trabalhadores de classe média usa camisa social. Daí a expressão colarinho branco. Esta expressão é conhecida, no Brasil, por causa do grande número de fraudes praticadas por funcionários, principalmente de empresas estatais e do próprio governo, que se enriquecem às custas do dinheiro do povo. Como é difícil reunir provas de semelhantes crimes, geralmente os fraudadores permanecem impunes. Basta lembrar aqui as assombrosas somas subtraídas do INAMPS, através de ações fraudulentas de hospitais conveniados, freqüentemente auxiliados, na falsificação de documentos, por pessoas poderosas, politicamente influentes e "azeitadas" com uma parte dos ganhos ilegais.

A grande aspiração dos membros das classes médias é subir na vida, através da conquista de um bom emprego que lhes assegure altos rendimentos. Desta forma, ainda que as classes médias tenham

em comum com as classes subalternas o fato de que ambas são dominadas pelas diferentes frações da burguesia, dos detentores dos meios de produção, tentam acentuar as desigualdades que as separam dos que realizam trabalho manual. Este corte entre trabalho manual e trabalho intelectual é típico das sociedades capitalistas. O trabalho não-manual goza de maior prestígio social, o que leva muitas pessoas a preferirem um emprego mal remunerado em escritório em prejuízo de um emprego que paga melhor, mas exige trabalho manual. Assim, as classes médias não se definem apenas por seus rendimentos, mas também por sua educação, pelo prestígio de suas ocupações não-manuais, por sua identificação com altos padrões de consumo, por uma ideologia geralmente conservadora. Dado seu desejo de ascensão social, as classes médias freqüentemente manifestam-se favoráveis à conservação da sociedade de classes.

Em situações históricas que ameaçam as classes médias com perda de *status*, de posição social, de rendimentos, verifica-se uma tendência de união entre estes setores e as classes oprimidas. Tão logo, entretanto, as classes médias vislumbrem a possibilidade de ascensão social, retomam sua ideologia conservadora, de aprovação do esquema de dominação-exploração típico das sociedades de classes. Fica, portanto, patente que as classes médias tendem ao conservadorismo. Temem mudanças aspiradas pelas camadas mais oprimidas, pois tais alterações da ordem social ameaçam as posições sociais alcançadas por estes setores médios. As classes médias funcionam, assim, como uma espécie de pára-raios, amenizando os choques entre as classes subalternas e as classes dominantes. Deste modo, contribuem enormemente para atrasar as conquistas das classes trabalhadoras.

A análise, ainda que ligeira, dos três sistemas de dominação-exploração, em separado, deve ter deixado clara a complexidade da situação da mulher na sociedade brasileira. Há, porém, que prosseguir nesta análise, a fim de se explicitarem as formas de interação entre estes três sistemas, tomados até aqui, para fins analíticos, isoladamente. Como, na realidade, eles operam juntos, é oportuno analisá-los em sua globalidade.

Patriarcado-Racismo-Capitalismo

Já se viu que, historicamente, o patriarcado é o mais antigo sistema de dominação-exploração. Posteriormente, aparece o racismo, quando certos povos se lançam na conquista de outros, menos preparados para a guerra. Em muitas destas conquistas, o sistema de dominação-exploração do homem sobre a mulher foi estendido aos povos vencidos. Com frequência, mulheres de povos vencidos eram transformadas em parceiras sexuais de guerreiros vitoriosos ou por estes violentadas. Ainda na época atual isto ocorre. Quando um país é ocupado militarmente por tropas de outra nação, os soldados servem-se sexualmente de mulheres do povo que combatem. Este fenômeno aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, dele resultando muitos filhos de soldados norte-americanos com mulheres japonesas. O mesmo se passou durante a guerra do Vietnã, havendo lá deixado os soldados norte-americanos muitos frutos destas uniões sexuais esporádicas e sem compromisso.

Desta sorte, não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que "inventou" o patriarcado e o racismo. Para não recuar demasiadamente na história, estes já existiam na Grécia e na Roma antigas, sociedades nas quais se fundiram com o sistema escravocrata. Da mesma maneira, também se fundiram com o sistema feudal. Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração, acima analisados separadamente. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo.

Há quem use expressões como capitalismo patriarcal, patriarcado capitalista, capitalismo racial, racismo capitalista. Neste livro, rejeitam-se estes conceitos pelas razões a seguir expostas.

Quando se usa um destes sistemas de dominação-exploração na forma substantiva e outro na forma adjetiva, como, por exemplo, na expressão capitalista patriarcal, está-se atribuindo maior importância ao capitalismo, deixando em plano secundário o patriarcado. O mesmo se passa com a expressão capitalismo racista. No primeiro caso, o patriarcado apenas qualifica o capitalismo, assim como no segundo o racismo exerce esta função de qualificação. Há também

quem tome o patriarcado, o mais antigo sistema de dominação-exploração, e o qualifique com os sistemas de produção surgidos ao longo da história. Nesta linha de raciocínio, têm-se o patriarcado escravista, o patriarcado feudal e, finalmente, o patriarcado capitalista. Neste caso, privilegia-se o patriarcado, em prejuízo dos sistemas produtivos com os quais ele foi-se fundindo através dos tempos. Como se verá mais adiante, o ato de atribuir prioridade a um dos três sistemas mencionados tem sérias conseqüências do ponto de vista das estratégias de luta dos contingentes humanos oprimidos, dominados, explorados.

Há uma razão muito forte para que não se proceda pelo raciocínio da priorização, do privilegiamento de um sistema de dominação-exploração. É que, na realidade concreta, observa-se, de fato, uma simbiose entre eles. Esta fusão ocorreu em tal profundidade, que é praticamente impossível afirmar que tal discriminação provém do patriarcado, ao passo que outras se vinculam ao sistema de classes sociais e ou ao racismo.

Se o patriarcado fosse regido por leis específicas, independentes das leis capitalistas, o homem continuaria a ser o único provedor das necessidades da família, não havendo mulher trabalhando remuneradamente. Pelo menos, não haveria mulher trabalhando fora do lar, podendo ganhar algum dinheiro com trabalho no domicílio. Ora, foi o capitalismo que, com a separação entre o local de moradia e o local de trabalho, criou a possibilidade de as mulheres saírem de casa para trabalhar. Isto não significa que as mulheres, antes do advento do capitalismo, fossem ociosas. Ao contrário, trabalhavam na produção e conservação dos alimentos, teciam, confeccionavam roupas, enfim, realizavam atividades hoje executadas pela indústria. À medida que estas atividades foram sendo industrializadas, as mulheres tiveram necessidade de sair de casa para ganhar seu sustento e o de seus dependentes, ou, então, para colaborar no orçamento doméstico.

Assim, é correto afirmar-se que as mulheres se transformam, crescentemente, em trabalhadoras extraluar. Não é correto dizer-se que as mulheres penetraram no mundo do trabalho a partir do advento do capitalismo, pois isto significaria que elas não exerciam tarefas produtivas em outros regimes. Nestes, que precederam historicamente o capitalismo, não apenas as mulheres, mas também os homens desenvolviam muitas atividades-trabalho no interior da

casa e em seus arredores. Além das atividades desenvolvidas no seio da família, há que se mencionar o trabalho agrícola, realizado, na época, nas imediações da casa, uma vez que as sociedades de então eram eminentemente agrárias.

Por outro lado, se as leis capitalistas vigorassem independentemente do patriarcado e do racismo, o desemprego dentre os homens seria muito mais alto que dentre as mulheres. Para provar a validade deste argumento, nem se necessita recorrer ao fato de que as mulheres aceitam trabalhar em péssimas condições e por salários aviltados. Basta pensar que, dado o treinamento que recebem para a execução de tarefas tidas como exclusivamente femininas, as mulheres têm maior agilidade nos dedos. Em virtude disto, são muito requisitadas para o desempenho de atividades nas quais o rendimento do trabalho aumenta em função da mencionada agilidade. Pode-se lembrar, também, que a atividade de educar, na medida em que é entendida como um prolongamento da função de socializar os filhos, absorve grandes contingentes de mulheres. O mesmo se passa no setor da saúde. Não fora, pois, a forte ideologia que situa o homem como o chefe da família e seu provedor, os interesses empresariais na contratação de trabalhadoras teriam grandes probabilidades de se realizar. Tal conduta deixaria à margem do mercado de trabalho um gigantesco contingente masculino. Há que se ponderar, porém, que as vantagens oferecidas por mulheres no desempenho de certas atividades não derivam nem de sua anatomia, nem de sua fisiologia. São, ao contrário, vantagens adquiridas ao longo do processo de socialização a que são submetidas.

Estes comentários revelam como é impossível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação-exploração fundidos no patriarcado-racismo-capitalismo pelas discriminações diariamente praticadas contra mulheres. De outra parte, convém notar que a referida simbiose não é harmônica, não é pacífica. Ao contrário, trata-se de uma unidade contraditória. Se o patriarcado e o racismo contêm elementos capazes de permitir a maximização dos lucros capitalistas, estes mesmos elementos contêm o consumo das classes trabalhadoras dentro de limites bastante estreitos. Ora, sobretudo num país de economia dependente como o Brasil, a comercialização de produtos industriais realiza-se, principalmente, no mercado interno. Para dar escoamento a estes produtos é, pois, necessário elevar a capacidade aquisitiva, o poder de compra das classes trabalhadoras.

Ao exaltar as qualidades sexuais das mulheres negras, o branco não apenas transformou-as em objeto da satisfação de seus desejos, mas também produziu o mulato. Este produto híbrido, que atualmente constitui cerca de 39% da população brasileira, introduziu cunhas na supremacia do branco sobre o negro. Ele constitui a lembrança permanente de que o branco acasalou-se com negras, o que debilita muitíssimo as justificativas para as discriminações contra não-brancos. O mulato mostra, assim, uma violenta contradição do patriarcado-racismo-capitalismo. Não obstante sua lógica contraditória, este sistema simbiótico de dominação-exploração continua vivo. Cabe, pois, indagar sobre as forças de sua conservação.

Quem são os beneficiados desta simbiose?

Já deve ter ficado claro que, no seio das classes dominadas, não há nenhuma vantagem na preservação do patriarcado-racismo-capitalismo. Aparentemente, os homens são vitoriosos, pois detêm poder sobre as mulheres. Mas que preço pagam pelo exercício desta dominação?

Ademais, é preciso considerar não apenas os prejuízos que afetam direta ou indiretamente o homem, como também os que atingem as mulheres e os filhos. No fundo, os trabalhadores enquanto classe social pagam por estas enganosas parcelas de poder depositadas pela sociedade em mãos masculinas. A castração do prazer — fenômeno que afeta a mulher, o homem e seus filhos — constitui um instrumento de fundamental importância na domesticação da mão-de-obra. E nesta mão-de-obra estão presentes homens, mulheres (estas enquanto donas-de-casa e ou trabalhadoras) e as novas gerações dos dois sexos. Na verdade, a domesticação da mão-de-obra é simultaneamente a domesticação da família. Isto significa que os próprios trabalhadores e trabalhadoras, aceitando o tipo de família que lhes é imposto, colaboram extraordinariamente para perpetuar a domesticação das classes trabalhadoras.

Em troca do poder de dominar as mulheres, os homens se deixam amputar na dimensão mais prazerosa da vida: a da troca afetiva, transmitindo aos filhos esta mesma maneira de agir. A mulher também colabora neste sentido, pois dá educação diferenciada aos filhos e filhas. Afirma-se, com frequência, que a mulher é a maior responsável pela transmissão destes padrões de comportamento. Esta afirmação é extremamente perigosa. Culpabilizam-se as mulheres por

quase tudo que sai errado na família. A mulher, ainda que possa ter consciência de sua não-responsabilidade, assume a culpa, uma vez que foi treinada no masoquismo, foi socializada para assumir o papel de vítima, foi ensinada a sofrer em silêncio. Aquela afirmação aumentará, sem dúvida, o sentimento de culpa das mulheres. E não se trata de culpabilizar alguém por condutas, cujos significados ideológicos escapam à consciência da pessoa. Ao contrário, trata-se de conscientizar homens e mulheres dos malefícios que o patriarcado-racismo-capitalismo acarreta para ambos, sobretudo para os que integram as classes subalternas.

As classes dominantes usufruem da simbiose dos três sistemas de dominação-exploração, na medida em que esta simbiose consolida o poder do macho branco e adulto. Às mulheres das classes privilegiadas é dado o direito de usufruir da riqueza que possuem, riqueza esta amealhada graças à exploração das classes trabalhadoras em geral, e especificamente da mais intensa exploração de mulheres e negros destas camadas. Mais do que isto, a burguesia formula normas de conduta através das quais subordina os trabalhadores, mas não se submete a elas. Esta é uma verdade válida para todos os campos da vida humana, dela não escapando o terreno sexual.

A regra da fidelidade conjugal, respeitada, em geral, somente por mulheres, é, com frequência, burlada por mulheres da burguesia. Embora isto ocorra em outras classes sociais, há evidência de que esta conduta incide mais nas camadas ricas. Isto não significa que a mulher burguesa não é oprimida pelo homem. Sua infidelidade é, muitas vezes, fruto desta opressão. O que é oportuno entender é o caráter mais frouxo da moral sexual burguesa refletida nos comportamentos da burguesia. Mantidas as aparências de conduta moral "correta", a mulher pode, às escondidas, relacionar-se sexualmente com outros homens. Claro que a discricção constitui exigência fundamental, a fim de não se abalar a imagem do todo-poderoso chefe. Em muitas famílias burguesas é mais importante *parecer a mulher de César* do que *ser a mulher de César*. Isto é, as aparências contam mais do que os atos efetivamente praticados. Verifica-se, mais uma vez, o caráter hipócrita da moral burguesa. Desde que a prole seja legítima, pois a ela cabe herdar legal e legitimamente a herança do pai, a mulher tem certo grau de liberdade para exercer sua sexualidade. Rigorosamente, portanto, o macho burguês não abre mão do controle de sua companheira enquanto reprodutora, mas é menos inflexível, menos duro, menos patrão, no que tange ao

comportamento desta mulher nas relações sexuais extraconjugais que não produzem filhos.

Nas classes trabalhadoras, já é mais difícil encontrar-se esta preocupação com as aparências. As uniões desfazem-se com mais facilidade, já que não há bens a dividir. As classes médias sempre se preocuparam muito com "o que vão dizer os outros". Em nome disto, preservavam uniões legais, que escondiam maus relacionamentos. Nos últimos anos, este comportamento tem sofrido profundas mudanças. Um número apreciável de casais vem assumindo separações legais e ou de fato, cada um buscando reconstruir sua vida com outra pessoa.

Era já muito grande o número de uniões consensuais, sem documento legal, quando foi aprovada, em dezembro de 1977, a lei que permite o divórcio, no Brasil. O Senador Nelson Carneiro lutou durante praticamente três décadas, tentando fazer aprovar projetos de lei neste sentido. O parlamento, contudo, resistia, pois grande parte de seus membros sempre foi constituída de elementos conservadores. Ademais, é preciso ressaltar a influência da Igreja Católica, cujas pressões junto a parlamentares retardaram a aprovação da lei do divórcio.

Convém ressaltar que a prática da união consensual estava já transformada num costume quando o divórcio se tornou possível no país. Além disso, muita gente foi percebendo que o importante é um bom relacionamento entre homem e mulher ficando em segundo plano a certidão de casamento. Tanto assim é, que muitos jovens preferem viver juntos sem se casarem, só legalizando a união quando chegam os filhos. A necessidade de legalizar a vida conjugal, contudo, é muito maior quando há patrimônio, isto é, quando o casal possui bens que serão transmitidos aos filhos. Ainda que estes bens possam transmitir-se aos filhos mesmo quando os pais não são legalmente casados, a certidão de casamento facilita este processo. Muitas vezes, a necessidade de legalizar a união conjugal deriva do fato de as pessoas envolvidas terem filhos de mais de um casamento. A legalização, neste caso, facilita a divisão da herança.

Embora, no Brasil, a mulher que vive maritalmente com um homem adquira, após cinco anos de vida conjugal, direitos de esposa legal para fins de partilha da herança, conhecem-se muitos casos em que a concubina (nome legal da companheira vivendo maritalmente com um homem) está lutando, há anos, pela pensão do companheiro morto, tendo sido preterida pela justiça em favor da

ex-esposa legal, da qual o homem estava, de há muito, separado. Assim, embora sabendo que a certidão de casamento não contribui em nada para um bom relacionamento entre homem e mulher, muitos casais se casam legalmente para evitar transtornos para a mulher que enviúva. Aqueles que se rebelam contra este sistema legal, recusando-se a contrair matrimônio, têm, não raro, muita dor de cabeça.

Dada a inexistência de patrimônio, as uniões conjugais fazem-se e desfazem-se com maior facilidade no seio das camadas menos favorecidas. Mas há, também, no interior das classes trabalhadoras, muitos adeptos da ideologia dominante, segundo a qual é melhor manter as aparências, ainda que as relações do casal sejam más. Nestes casos, em geral, a mulher leva a pior, pois dela é exigida a fidelidade ao marido, enquanto este tem a aprovação da sociedade quando se comporta como dom-juan, conquistando outras mulheres.

Nas classes privilegiadas, cuja herança a transmitir aos filhos é grande, da mulher se exige fidelidade absoluta nas relações sexuais destinadas à procriação. Ou seja, é preciso que o pai tenha certeza — e esta certeza é sempre relativa, nunca absoluta — de que os filhos são seus, foram concebidos através de uma relação sexual de sua esposa com ele e não com outro homem. É por isso que não se encontram, no seio da burguesia, mulheres com filhos de diferentes pais, como é bastante comum dentre pessoas pobres.

Homens que não têm herança a transmitir não precisam ter um grande grau de certeza sobre a paternidade de seus filhos.

De outra parte, há também uma grande dose de irresponsabilidade destes homens, que fazem filhos em diferentes mulheres, sem nunca assumir a paternidade destas crianças. Em virtude disto, cresce, no mundo inteiro, o número de mulheres chefes de família. Famílias chefiadas por mulheres atingiam, em 1984, no país, quase um quarto do total de famílias. São grupos familiares compostos apenas de mãe e filhos, podendo a mãe ser solteira, separada de fato ou legalmente, divorciada. Como as mulheres ganham, em média, salários mais baixos que a média dos salários masculinos, e, muitas vezes, os pais não pagam pensão aos filhos, a incidência da pobreza dentre as famílias chefiadas por mulheres é muito alta.

Não se pode minimizar, isto é, diminuir o significado da dominação masculina sobre a mulher nas classes altas. Com frequência, em processos de separação legal de casais possuidores de bens, o homem encontra várias formas de lesar a mulher, no momento da

partilha, da divisão dos bens. Procede a vendas fictícias, a fim de esconder certos bens da partilha legal, ou efetivamente vende determinados bens, ocultando o dinheiro auferido através da renda. Todavia, é preciso reconhecer a maior dificuldade de viver, enfrentada pela mulher pobre abandonada pelo marido. Enquanto a burguesa no momento fica menos rica, a mulher pobre pode estar exposta à fome, o mesmo ocorrendo com seus filhos.

Assim, embora haja muito em comum na vida de todas as mulheres, há diferenças de classe social que amenizam ou intensificam determinados sofrimentos. De maneira muito simples, talvez se possa explicar estas diferenças, afirmando que ser mulher rica, devendo obediência ao marido, ainda é menos mau do que ser homem das classes trabalhadoras. Sem sombra de dúvida, é também menos mau do que ser mulher pobre, negra ou mulata.

Desta forma, fica claro que o patriarcado-racismo-capitalismo beneficia, em primeiro lugar, o homem rico, branco e adulto. Em segundo plano, na ordem dos beneficiados, vem a mulher rica, branca e adulta. Esta segunda posição é bastante diversa da primeira, uma vez que envolve a dependência da mulher em relação ao homem. De qualquer forma, a mulher burguesa sofre em situação de maior conforto que a mulher pobre.

Por conseguinte, o machismo, presente tanto na cabeça dos homens quanto na das mulheres, contribui enormemente para a preservação do estado de coisas vigente no Brasil, pleno de injustiças, qualquer que seja o ângulo do qual for examinado: das relações homem-mulher, das relações entre as etnias, das relações entre as classes sociais. Estes três sistemas de dominação-exploração fundiram-se de tal maneira, que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais. Disto decorre o fato de que todas as atitudes machistas reforçam a fusão do trio da dominação-exploração. Convém, pois, que se medite profundamente sobre esta questão, se se tem interesse em transformar a sociedade brasileira na direção da menor injustiça. Será possível levar avante esta luta através da tomada de consciência dos prejuízos coletivos e individuais deste estado de coisas, assim como por meio da desmistificação da ideologia liberal.

4. CONTRADIÇÕES DA IDEOLOGIA LIBERAL

Introdução

A pedra fundamental da ideologia liberal consiste na igualdade de todos perante a lei. Já se observou que esta igualdade é meramente formal, pois, na prática, alguns são mais iguais que outros. Mas, efetivamente, consta da lei esta igualdade entre todos. Ora, se todos são iguais, tanto o êxito quanto o fracasso são atribuídos às qualidades, ou ausência delas, de cada indivíduo.

Ora, todos sabem que ricos e pobres não têm as mesmas oportunidades, o mesmo ocorrendo com brancos e negros, homens e mulheres. O homem branco e bem-nascido, pertencente a família abastada, entra no processo de competição com enormes vantagens, sendo, portanto, muito maiores suas possibilidades de êxito.

As diferenças sociais e culturais atuam sobre o ser humano desde seu nascimento. Quando o casal, ou pelo menos o marido, espera que o bebê por nascer seja um menino, a decepção é grande se o recém-nascido for mulher. Não é preciso que se diga alguma coisa neste sentido para que a criança, ainda enquanto um bebê recém-nascido, perceba que não preenche os desejos do pai e ou da mãe. Como a maioria das mulheres é constituída por machistas, que acreditam na sua inferioridade e na superioridade masculina, muitas gestantes desejam ter filhos do sexo masculino. Acrescente-se a isto o fato de que a ideologia prescreve que os homens devem comer bastante e, as mulheres, pouco, pois os primeiros devem ser fortes e, as segundas, frágeis. Este contexto ideológico induz as mães a alimentarem, seja através do aleitamento ao seio, seja com outros alimentos, mais os bebês homens que os bebês mulheres. Este fenômeno foi bem demonstrado, através de pesquisa, pela italiana Elena Giannini Belotti, estando seus resultados publicados no livro *O descondicionalismo da mulher* (Petrópolis, Vozes, 1975). Assim, o próprio ato da alimentação é socialmente condicionado, propiciando a reali-

zação dos modelos prescritos pela ideologia dominante: *mulher frágil, homem forte*. Com efeito, se as meninas recebem menos alimentos que os meninos, não podem tornar-se tão fortes quanto estes. Percebe-se, facilmente, que se trata de um círculo vicioso, que é preciso romper a fim de transformar a realidade social.

Tome-se a questão do rendimento escolar no Brasil. Apenas 6,2% da população haviam conquistado a escolaridade de primeiro grau, ou seja, oito anos, em 1984, sendo de somente 4,6% a proporção dos que conseguiram doze ou mais anos de escolarização. Os estudantes universitários não atingem, atualmente, no país, sequer 2%. Deixando de lado o fato de que existem milhões de crianças brasileiras fora da escola, as que conseguem vagas não se apresentam nas mesmas condições. A maioria é subnutrida. Dentre estas, muitas já tiveram o cérebro comprometido pela falta de alimentos. Esta carência alimentar é, freqüentemente, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. A criança come as quantidades de alimentos que sua família pode comprar. E, muitas vezes, estas porções são insuficientes. Por outro lado, existem dietas alimentares baratas e caras. Estas últimas incluem carnes, laticínios, frutas. As outras compreendem, fundamentalmente, alimentos ricos em carboidratos, isto é, substâncias contidas em massas, doces, mandioca, batata etc. Há milhões de famílias brasileiras que só se alimentam deste tipo de produto. Logo, o desenvolvimento orgânico e mental destas pessoas é muito inferior ao daquelas cuja dieta alimentar é rica em proteínas animais e vitaminas.

Numerosos cientistas já demonstraram que a alimentação, durante o primeiro ano de vida de uma pessoa, é decisiva. Se a ela faltarem os nutrientes adequados, tanto seu organismo quanto sua inteligência não terão as mesmas probabilidades de desenvolvimento apresentadas pelas pessoas bem alimentadas. A renda familiar, portanto, determina a quantidade e a qualidade dos alimentos oferecidos às crianças e, por conseguinte, suas condições básicas para aprender aquilo que lhes é ensinado na escola.

A qualidade da dieta alimentar, entretanto, não depende apenas da renda familiar. Também esta é altamente influenciada pela publicidade. Tomar sucos de frutas frescas é muito melhor para a saúde. Todavia, a presença, no país, das multinacionais dos refrigerantes, com toda a propaganda que fazem pela televisão e outros meios de comunicação de massa, leva as crianças e até os adultos a preferirem tomar, por exemplo, coca-cola. O açúcar, o gás e os

preservativos químicos contidos nos refrigerantes só prejudicam a saúde.

Ao lado deste costume, tão difundido na sociedade brasileira, assiste-se ao fenômeno de se deixarem apodrecer nas árvores milhões de laranjas, quando o preço de mercado não agrada aos produtores desta fruta. Isto é decorrência normal das chamadas economias de mercado. Dentre milhares, pode-se pinçar um outro exemplo. A coelhada feita em casa, além de ser muito mais barata, é melhor para a saúde, uma vez que não contém os conservantes químicos presentes nos iogurtes industrializados. Também neste ramo da produção estão presentes as empresas multinacionais cobrando fortunas por pequenos potes de iogurtes industrializados.

Por que se faz no Brasil, há algum tempo, uma campanha em favor do aleitamento materno? As multinacionais do leite em pó, especialmente a Nestlé, derramaram sua propaganda em todo o mundo, levando as mães a acreditarem que seu leite é mais fraco que o leite em pó. Como a taxa de mortalidade infantil cresceu no país nos últimos anos e a maioria das famílias não dispõe de renda suficiente para comprar leite em pó, partiu-se para ensinar as mães a retornarem ao velho hábito de aleitarem seus filhos ao seio. É preciso lembrar que muitos profissionais, sobretudo da área da saúde, não comprometidos com as multinacionais do leite em pó, contribuíram para desencadear a referida campanha. Ainda que milhões de mães que amamentam seus filhos não sejam bem nutridas, os bebês serão amplamente beneficiados pela restauração deste antigo hábito.

Obviamente, uma criança bem alimentada apresenta melhor rendimento na escola do que aquela que come insuficientemente ou come alimentos inadequados. Desta forma, não é difícil desmistificar, desmascarar a ideologia liberal. Como pode uma pessoa ser responsável pelo seu fracasso, pelo seu insucesso na escola e na profissão, por sua baixa capacidade de competir, se a ela a sociedade injustamente negou as condições básicas para se obter êxito? São culpados os trombadinhas, que não receberam afeto, comida, escola? São culpados a mãe e o pai destas crianças por não terem conseguido bons empregos, salários decentes, acesso aos métodos anticoncepcionais? É culpado o pai ou mãe de família que furta comida para alimentar os filhos? É culpado o adolescente que furta uma motocicleta por não poder comprar uma, se a moda é andar de moto?

Estas são algumas das perguntas que os adeptos da pena de morte se devem formular. A sociedade brasileira, na tentativa de "validar" a ideologia liberal, situa o êxito econômico como um objetivo passível de obtenção por qualquer pessoa. Basta ter força de vontade, coragem para trabalhar, afirma a ideologia liberal. Como pode um ser humano subnutrido ter a mesma garra para vencer na vida que tem o bem-nascido, bem alimentado, vivendo em casa confortável e recebendo todas as vacinas destinadas a proteger as crianças de moléstias fatais?

Pobres e ricos partem, pois, de condições muito diversas em sua luta pela vida. Muitas diferenças de tratamento podem ser verificadas entre homens e mulheres. E são estas diferenças que produzem o homem e a mulher que aqui se conhecem. Há campos profissionais, por exemplo, destinados, exclusivamente ou quase, aos homens. A mulher pode estudar Engenharia Civil, como pode estudar Geologia. Mas quando chega o momento de procurar emprego, enfrentará, seguramente, a discriminação. "Não fica bem para uma mulher freqüentar uma obra e lidar com peões da construção civil", diz-se. Tampouco é reconhecida como própria para uma mulher a profissão de geóloga.

Convém lembrar que as discriminações contra a mulher não são praticadas apenas pelas empresas privadas. A Petrobrás realizou concursos para admissão de funcionários, tendo como candidatos geólogos formados pela Universidade de Brasília. Homens e mulheres que se submeteram às provas de seleção haviam recebido exatamente a mesma formação, na mesma Universidade. Todavia, aos candidatos permitiu-se que concorressem às vagas para o desempenho da função de geólogo, só se permitindo às candidatas que se inscrevessem para as provas que conduziam ao emprego de paleontóloga. Paleontólogas estudam os solos, os fósseis neles contidos, a natureza das formações rochosas etc., mas não fazem perfurações buscando encontrar petróleo. Enquanto ao geólogo é permitido ganhar altos salários com prospecção do solo, visando à detecção de petróleo, as paleontólogas devem-se contentar em analisar amostras de rochas em laboratório, em ser funcionárias de museus de antropologia, em trabalhar dentro de quatro paredes. Ir a campo, lidar com peões, mandar em homens, constituem atividades vedadas, inteiramente ou quase, às geólogas.

A título de ilustração, mencionem-se alguns exemplos de discriminação praticada pelo Estado. A Prefeitura de Salvador, na Bahia, submetia as garis a testes mensais de detecção de gravidez.

A Prefeitura de São Paulo recusou-se a contratar professoras grávidas. Isto (e muito mais) acontece ao arripio da lei, cuja "intenção" é proteger a maternidade. Parece, pois, oportuno discorrer, ainda que brevemente, sobre esta questão.

As leis e sua não-implementação

O Brasil é conhecido como não cumpridor de leis. De fato, a nação tem milhares de leis que são sistematicamente descumpridas, não implementadas. Diz-se, vulgarmente, que aqui há leis "que pegam" e leis "que não pegam". Mas, por que há leis "que não pegam", se ao Estado, em seus vários níveis — municipal, estadual e federal — cabe zelar pelo cumprimento rigoroso da legislação? As leis não existem, segundo a ideologia liberal, para garantir os direitos dos cidadãos? Na medida em que há leis "que não pegam", que não são observadas, garante-se, na verdade, o direito de uns em detrimento, em prejuízo, do direito de outros.

Para os propósitos deste livro, cabe selecionar alguns exemplos de leis que, não implementadas, deixam correr soltas as discriminações contra não-brancos e mulheres.

Não obstante o artigo 153 da Constituição brasileira, proibindo a discriminação com base na raça e penalizando-a criminalmente, e a Lei Afonso Arinos, expressamente formulada para impedir a marginalização do negro, este elemento sofre toda sorte de injustiças neste país. Se dois candidatos a um emprego, um branco e um negro, apresentarem a mesma qualificação, as probabilidades de o elemento branco ser selecionado são muito maiores do que as do negro. Esta regra, que vigora para quase todos os empregos, é mais fortemente observada nos empregos mais prestigiosos, mais bem pagos e, sobretudo, naqueles que exigem "boa apresentação". Quando anúncios de empregos trazem esta exigência, são vãs as tentativas de negros de obterem tais postos. Por trás da "boa apresentação" esconde-se a discriminação contra as pessoas negras, e a fórmula adotada impede a criminalização penal do anunciante, já que não explicita o preconceito racial. Basta, contudo, ter ouvidos para conhecer o gigantesco número de negros e negras que, tendo tido seus currículos aprovados pela empresa na qual pleitearam emprego, foram descartados após a entrevista. Se, por um lado, não se exige a menção da cor do candidato a emprego no currículo, por outro, esta se revela na entrevista, o que permite eliminar negros.

No que tange especificamente à mulher, as negras são, geralmente, preteridas em favor de brancas nos cargos que exigem tratamento com o público. Até mesmo no emprego doméstico remunerado, setor em que as negras predominam, encontram-se brutais discriminações. Para a verificação deste fenômeno basta ler as fichas das patroas que buscam empregadas domésticas. Muitas delas especificam que só aceitarão empregadas brancas. No caso de babás, este fenômeno é ainda mais agudo.

Não custa ao leitor se perguntar quantas negras já viu atuando como executivas de empresas, como aeromoças, como recepcionistas em bancos, como secretárias de alto nível, como enfermeiras de alto padrão. Mais rara ainda é a presença de negras nos campos profissionais considerados essencialmente masculinos, como a Agronomia, a Geologia, a Engenharia etc. Também dentro de um mesmo setor profissional há uma "especialização sexual", agravada pela cor negra. Por exemplo, se é verdade que as mulheres penetraram bastante no terreno da Medicina, nos últimos anos, não é menos verdadeiro que, em geral, são ginecologistas e obstetras, pediatras, enfim, especializam-se em lidar com mulheres e crianças. Raramente se vêem mulheres em outras especialidades médicas. No setor de cirurgia, a presença feminina é ínfima. É menor ainda quando se trata, por exemplo, de neurocirurgia. Observa-se, no setor de Neurologia, que há médicas cuja função reside em fazer o pré-diagnóstico. Caso o paciente precise de cirurgia, é encaminhado ao neurocirurgião, quase infalivelmente um homem. Se a penetração nestes setores é extremamente difícil para as mulheres em geral, esta dificuldade aumenta consideravelmente quando se trata de mulheres negras. Milhares de fenômenos deste tipo poderiam ser mencionados com o propósito de demonstrar que o acesso de negros e de mulheres a certos setores profissionais não é o mesmo do homem branco, apesar da legislação que proíbe a discriminação na base da raça e do sexo.

Será oportuno, agora, examinar o preço pago pelas mulheres pela possibilidade biológica e pelo direito de ter filhos. Racionalmente falando, a sociedade inteira deveria pagar os custos da reprodução humana, entendendo-se por isto não apenas a reprodução biológica, mas também a reprodução social, isto é, a socialização das gerações imaturas. A sociedade é a maior interessada nesta reprodução, pois dela depende sua própria sobrevivência. Se os casais deixarem de ter filhos, as sociedades desaparecerão com a morte de seus membros adultos.

A proteção à maternidade faz parte da ideologia liberal. Tanto assim é que a CLT oferece esta proteção abstrata à gestante. Vale a pena transcrever alguns artigos que, teoricamente, garantem os direitos das gestantes:

“Art. 391. Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

Parágrafo único. Não serão permitidas em regulamentos de qualquer natureza convenções coletivas ou contratos individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.

Art. 392. É proibido o trabalho da mulher grávida no período de 4 (quatro) semanas antes e 8 (oito) semanas depois do parto.

Art. 393. Durante o período a que se refere o artigo 392, a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com a média dos 6 (seis) últimos meses de trabalho, bem como os direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava”.

O estudo do Direito Comparado mostra que a legislação brasileira é bastante avançada. Nos Estados Unidos, por exemplo, não existe licença-maternidade na maioria dos Estados, que lá têm autonomia para legislar sobre este assunto. No Brasil, o trabalho assalariado é regulamentado pelo governo da União, federal, não podendo os Estados intervir nesta legislação, nem tampouco fiscalizar sua implementação, seu cumprimento.

Como se costuma dizer, contudo, na prática a teoria é outra. Pesquisa realizada por entidades sindicais na região do ABC, onde se concentra maciçamente a indústria paulista, revelou que mais de 90% das empresas não cumprem os artigos da CLT, anteriormente transcritos. A mulher é sistematicamente despedida quando se casa ou quando engravida. Poucas empresas deixam de dar preferência às solteiras e sem filhos. Tendem a cumprir a legislação as indústrias que não podem substituir facilmente a operária demitida.

A indústria de confecções, para efeito de análise deste fenômeno, pode ser dividida em dois segmentos. Um deles é o de confecções em série, que abrange desde a roupa chamada de carregação até as confeccionadas em tecidos mais finos. Esta indústria caracteriza-se pela presença maciça de tecnologia avançada, que permite

um alto grau de automação. O tecido é cortado por máquinas próprias e para a confecção vários outros tipos são utilizados. Para trabalhar costurando roupas neste tipo de indústria a mulher não precisa ser costureira, pois há uma grande divisão do trabalho. Há operárias que só pregam bolsos, há outras que só costuram o colarinho da camisa, há outras que só pregam botões. Estas operárias não sabem costurar uma peça de roupa inteira e, muito menos, cortar o tecido. Muitas costureiras que, a domicílio, costuravam sob medida para suas freguesas, desaprenderam este ofício depois de algum tempo trabalhando para a indústria de confecções. Isto é, sua força de trabalho sofreu o chamado processo de desqualificação, típico do capitalismo, cujo emprego de tecnologia moderna exige grande divisão do trabalho. Saber pregar bolsos não é saber costurar. Assim, milhares de costureiras que sabiam costurar foram transformadas em costureiras que não sabem costurar. Desqualificaram-se para o trabalho que, no passado, garantiu seu sustento.

Quando a indústria, através do uso intensivo de tecnologia, divide o trabalho em pequenas tarefas, pode contratar qualquer pessoa para o desempenho destas funções, uma vez que bastam algumas horas para ensiná-las a executar o trabalho. Desta forma, a tendência deste tipo de indústria é conservar na fábrica apenas mulheres solteiras e sem filhos, pois é muito fácil encontrá-las no mercado de trabalho. Às casadas este tipo de indústria fornece trabalho a ser realizado na residência da trabalhadora, sem nenhum ônus trabalhista para a empresa.

Há, entretanto, outro gênero de indústria de confecções. Trata-se de empresas que se especializaram no modelo exclusivo, de alto custo. Para a realização deste tipo de roupa são necessárias costureiras capazes de montar a peça inteira e realizar o trabalho de agulha exigido pela alta costura. Esta mão-de-obra não se substitui facilmente, por duas razões. Uma delas diz respeito ao processo já mencionado de desqualificação da força de trabalho promovido pela automação da produção industrial. A outra vincula-se às mudanças ocorridas no processo de socialização das mulheres.

É raro, atualmente, que as famílias ensinem as filhas a costurar. Ou se trata de famílias muito pobres, cujas filhas se destinam ao trabalho agrícola ou ao emprego doméstico, ou as famílias procuram dar o máximo de escolaridade às filhas, a fim de prepará-las para o desempenho de uma ocupação moderna. Há, portanto, uma pronunciada tendência em não se ensinar o ofício de costureira às

filhas. Ao longo do tempo, esta tendência produziu uma escassez de profissionais deste ramo. Assim, como as indústrias de alta costura teriam dificuldade para substituir as costureiras que se casam ou engravidam, tendem a adotar uma política social de preservação de suas operárias. Forçadas pela escassez de mão-de-obra qualificada no mercado, estas indústrias tendem a cumprir a legislação de proteção à maternidade. Fica, pois, claro que o cumprimento da legislação em exame depende das condições do mercado de mão-de-obra.

Na grande maioria dos casos, as empresas tampouco cumprem os dispositivos legais no que tange à guarda dos filhos de suas empregadas. O artigo 389 da CLT prescreve, em seu § 1.º:

“Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação”.

Segundo o disposto no § 2.º do mesmo artigo:

“A exigência do § 1.º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais”.

Estes dispositivos legais merecem críticas. Em primeiro lugar, não se define com precisão o lapso de tempo em que tais creches seriam obrigadas a receber os filhos das empregadas. “Período de amamentação” constitui uma expressão vaga, pois há mães que não amamentam, outras que amamentam durante um ou dois meses, outras ainda que amamentam durante um ano ou mais. Em segundo lugar, a possibilidade de as empresas manterem creches conveniadas dá margem à chamada “creche fantasma”. Ou seja, a creche existe, mas está situada a 10 km da empresa e a outros 10 km do local de residência da empregada, tornando impossível seu uso. Outras críticas deste gênero poderiam ser feitas a estes dispositivos legais.

Para os propósitos deste livro, contudo, interessa mais discutir a “justiça” de uma legislação protetora da maternidade, que reforça o velho hábito de atribuir à mulher a responsabilidade pela guarda e socialização dos filhos. Se a sociedade inteira tem interesse em sua

própria reprodução, nada mais justo que pensar em uma legislação que obrigue as empresas a oferecer creches aos filhos de seus empregados, independentemente de serem eles homens ou mulheres. Seria um bom começo para se instaurar, na sociedade brasileira, a paternidade responsável, entendendo-se por paternidade irresponsável aquela que não é assumida pelo homem.

Nesta mesma linha de raciocínio, que é o da partilha da vida por homens e mulheres que decidem constituir família, caberia reivindicar licença-paternidade. Se, no caso do pai, não há razões de ordem biológica para embasar esta reivindicação, há, e muitas, razões de caráter social. Se o recém-nascido chora a noite toda, impedindo seu pai de dormir, a fim de restaurar suas forças, não é justo exigir que este homem trabalhe no dia seguinte. Esta questão não deve, contudo, ser encarada apenas do ângulo dos deveres, porquanto é também muito importante enxergá-la da perspectiva dos direitos.

Por que privar o pai de um convívio estreito com o recém-nascido, se isto pode proporcionar ao homem muito prazer, além de ser benéfico para o bebê? Por que não reconhecer ao pai o direito de participar do desenvolvimento de seu filho? A figura paterna é, do ponto de vista social, tão importante quanto a materna. Com frequência, podem-se observar crianças e adolescentes com problemas de personalidade em razão da omissão paterna. Homens mais sensíveis perceberam o quão castradora é a ideologia machista e já estão reivindicando direitos só concedidos às mulheres. Por exemplo, já há homens que, quando se separam legalmente, reivindicam a guarda dos filhos. Os docentes da PUC de São Paulo obtiveram o direito à licença-paternidade de uma semana. Embora seja ainda muito pouco, não deixa de ser uma grande conquista, se medida pelo seu significado social em termos de capacidade de minar a ideologia machista.

Urge, portanto, provocar mudanças na legislação em pauta. Até que isto venha a ocorrer, entretanto, é preciso exigir o cumprimento das leis em vigor. A implementação destas leis cabe ao governo federal. Ora, que autoridade moral tem um governo para exigir das empresas privadas o cumprimento de leis que ele próprio desprezita? Quantas são as repartições públicas e as empresas estatais que mantêm creches para os filhos de suas empregadas? A nível estadual, a realidade não é menos sombria, o mesmo podendo afirmar-se

com relação ao plano municipal. Assim, não é difícil concluir que estas leis fazem parte daquele conjunto de "leis que não pegaram", simplesmente porque contrariam frontalmente interesses das classes dominantes. E estas sabem atuar, quer através de seus representantes diretos, quer através do Estado, em favor de seus interesses.

Deve o direito ser igual para todos?

Se todos os membros da sociedade tivessem as mesmas oportunidades, partissem das mesmas condições no processo de luta pela vida, as leis deveriam ser iguais para todos. No Brasil, onde 60% da população apresenta carências alimentares, é evidente que as pessoas não são iguais. Seria, pois, injusto distribuir às famílias abastadas os alimentos que, de vez em quando, são oferecidos pelo Estado às populações famintas. Também seria injusto que o Estado fornecesse merenda escolar às escolas destinadas a crianças pertencentes às classes dominantes.

Sabendo-se que há preconceito racial no país, que o negro é marginalizado de ocupações rendosas e prestigiosas, que é objeto de gahofas, de brincadeiras que o diminuem, que o fazem cair no ridículo, seria correto deixar de elaborar uma legislação que pune criminalmente tais discriminações? Embora estas leis sejam amplamente desrespeitadas, sua mera existência já provoca uma redução dos abusos dos brancos contra os negros. A legislação paira como uma ameaça contra brancos que discriminam negros, pois estes podem a ela recorrer, a fim de defender seus direitos de cidadãos. Pode-se, portanto, afirmar que a situação de marginalização do negro seria ainda pior se não houvesse uma legislação específica, proibindo práticas discriminatórias contra ele. Como na prática brancos e negros não são iguais, faz-se necessária uma legislação que proteja os socialmente mais fracos, funcionando, pelo menos, como ameaça aos socialmente mais fortes.

Processo semelhante ocorre com as mulheres. Socialmente fragilizadas pelas brutais discriminações praticadas contra elas, necessitam ser protegidas por uma legislação particular, que garanta, por exemplo, seu direito ao trabalho. Já foi visto o alto grau de inobservância, de descumprimento da legislação protetora do trabalho feminino e da maternidade. Também foi ressaltada a necessidade de se lutar pela implementação destas leis e até mesmo de uma luta espe-

cífica para melhorá-las. Mas, pergunta-se, deveriam as leis ser iguais para homens e mulheres, quando se sabe que estas últimas sofrem as mais vexatórias discriminações?

Parece clara a necessidade de um Direito desigual no tratamento de seres humanos socialmente desiguais, com o objetivo de eliminar, ou pelo menos reduzir, as desigualdades. Se as mulheres já se defrontam com grandes dificuldades de reter seus empregos quando se casam ou engravidam, qual seria sua situação caso as leis não proibissem sua demissão em razão do casamento e da gravidez? Seguramente, a condição da mulher seria pior. Nas circunstâncias vigentes no Brasil, pelo menos as funcionárias públicas e uma pequena parcela das trabalhadoras de empresas privadas gozam, efetivamente, do direito à licença-maternidade. Isto, sem dúvida, é melhor que nada. Todavia, o fato de este direito ser desfrutado apenas por uma parcela das trabalhadoras brasileiras constitui motivo suficiente para justificar lutas, visando ao cumprimento integral da legislação protetora do trabalho feminino e da maternidade. Outras lutas, como a que visa à igualdade da mulher na família, são da maior importância, merecendo o respeito e a contribuição de todos. Pelo menos os membros das classes trabalhadoras e das classes médias deveriam entender a relevância de sua participação, pois, como se demonstrou, são estas as classes altamente prejudicadas pela discriminação contra a mulher.

Tome-se, por exemplo, a questão da violência masculina contra a mulher. Dada sua formação de *macho*, o homem julga-se no direito de espancar sua mulher. Esta, educada que foi para submeter-se aos desejos masculinos, toma este "destino" como *natural*. A criação das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher resultou desta idéia de que pessoas consideradas desiguais pela sociedade não devem ser tratadas pelas mesmas leis. As delegacias especializadas no atendimento de mulheres vítimas de violência criaram condições para que estas vítimas denunciem seus algozes. Diferentemente de uma delegacia de polícia tradicional, as delegacias especializadas não admitem funcionários homens. Todas, desde as investigadoras, passando pelas escrivãs, até a delegada titular, são mulheres. Só este fato já promove sérias mudanças, que estimulam as vítimas de violência a denunciar os que, de uma maneira ou outra, lhes infligem sofrimentos físicos. Numa delegacia especializada, onde só trabalham mulheres, o ambiente é de solidariedade para com as vítimas, ao contrário do que

ocorre nas delegacias comuns. Nestas, as vítimas, já grandemente fragilizadas pela violência sofrida, são objeto de chacotas com base na crença de que “mulher gosta de apanhar” ou “mulher que apanha agiu incorretamente”. O dito popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher” mostra eloqüentemente a atitude machista de não tocar na sagrada supremacia do *macho*.

Não obstante as leis que prevêem penas para os agressores, os policiais, investigadores, delegados omitem-se nestes casos. Não cumprindo o que está estabelecido pelas leis, a polícia torna-se cúmplice do agressor masculino. Este “não meter a colher em briga de marido e mulher” cria condições para homicídios. Conhecem-se centenas de casos de mulheres que, estando sendo ameaçadas de morte pelo companheiro, solicitaram proteção à polícia. Como esta não deu a menor importância à solicitação destas mulheres, elas acabaram sendo assassinadas pelos companheiros. Os tribunais, lamentavelmente, não se comportam de forma diferente. Mulheres vítimas de violência são, freqüentemente, transformadas em réis, inclusive depois de mortas.

O tratamento que as mulheres recebem nas delegacias tradicionais é ainda pior, quando se trata de casos de estupro. O *poder do macho* leva os policiais, os investigadores, os delegados a se atribuírem o direito de propor manter relações sexuais com a mulher violentada, pois esta é considerada uma mulher disponível, uma mulher para uso e abuso de todos. A crença que está por trás desta conduta é a de que a mulher não é propriamente violentada, mas de que ela se comporta como sedutora. Na medida em que, na cabeça dos homens em geral e especificamente dos agentes da lei — policiais, juízes, promotores — a mulher é diabólica, seduzindo o homem inocente, ela é imediatamente convertida de vítima em ré. E é nesta última condição que normalmente é posta, recebendo o tratamento correspondente.

Sabe-se que a violência masculina contra a mulher, no Brasil, é extremamente alta. Todavia, não se conhecem as cifras correspondentes a este fenômeno, pois ele é amplamente escondido, não denunciado. Com a criação das delegacias especializadas, começa-se a ter idéia da situação alarmante em que vivem as mulheres brasileiras. Milhares delas são espancadas pelos companheiros, em todas as classes sociais.

Já que não há condições para a mulher denunciar seus agressores nas delegacias tradicionais, não se justifica a criação de delega-

cias especializadas? Trata-se de um Direito desigual para lidar menos injustamente com seres humanos profundamente desiguais em termos do gozo efetivo dos direitos que cada um e todos têm garantidos, em tese, pela lei.

Dadas as dificuldades que as mulheres encontram de penetrar na política, de se elegerem para cargos legislativos e executivos, alguns países estabeleceram o sistema de cotas. Reserva-se, por exemplo, um certo número de cadeiras do Parlamento para mulheres. As candidatas mais bem votadas preenchem estas cadeiras, embora haja candidatos com um número muito superior de votos. Esta questão foi amplamente discutida por feministas brasileiras. Optou-se pela não-reivindicação do estabelecimento do sistema de cotas, uma vez que não se trata meramente de substituir homens por mulheres nos postos legislativos e executivos. Ao contrário, o sexo do político não interessa. O que importa são as bandeiras que ele ou ela defende durante a vigência de seu mandato. Há nações, contudo, como é o caso do Egito, em que tal sistema, parece, se fazia necessário. Em países muçulmanos, a subordinação da mulher ao homem, além de ser profunda, é legitimada pela religião.

Haja vista o que ocorreu no Irã. Com a deposição do xá Reza Pahlevi, cujo governo não merece nenhuma defesa, houve uma retomada feroz das tradições religiosas, voltando as mulheres a usar o véu. Embora fosse altamente discutível a modernização em processo sob o regime do Xá, uma vez que era sinônimo de ocidentalização, houve, com a instauração do regime do aiatolá Khomeini, um retrocesso no incipiente processo de redução do poder masculino sobre a mulher.

Rigorosamente, o estabelecimento de privilégios para minorias discriminadas (as mulheres não constituem minoria, mas são tratadas enquanto tal) visa à instauração da igualdade. O sistema de cotas no campo político objetiva a recuperação do atraso em que se encontram as mulheres. Toda e qualquer legislação que oferece proteção a discriminados tem por finalidade, exatamente, pelo menos reduzir as diferenças sociais.

As medidas de combate às discriminações raciais e sexuais possíveis nas sociedades capitalistas não eliminam tais injustiças. Mas, sem dúvida, contribuem para tornar menos má a situação das minorias marginalizadas. A longo prazo, portanto, semelhantes medidas vão introduzindo cunhas no patriarcado-racismo-capitalismo. Em outras

palavras, as conquistas burguesas, permitidas pela ideologia liberal, preparam o caminho para lutas mais radicais, visando ao estabelecimento da igualdade de fato entre homens e mulheres e entre diferentes etnias. Já que colocam as minorias em melhores condições de lutar pela igualdade social, as referidas medidas são importantes, merecendo todo respeito.

Todavia, é difícil elaborar leis protetoras de minorias, porque é difícil estabelecer o grau adequado de protecionismo. Esta questão merece um exame, ainda que ligeiro, já que sobre ela recai muita controvérsia.

Dosagem da "proteção" legal

Todas as leis protecionistas são, simultaneamente, leis discriminatórias. Quando um trabalhador, seja um negro, seja uma mulher, recebe proteção legal, a lei que o protege representa uma ameaça para seu empregador. Um exemplo esclarecerá esta problemática. De acordo com a lei, as funcionárias públicas têm direito a quatro meses de licença-maternidade, sendo de 84 dias a duração desta licença para as trabalhadoras contratadas pela CLT, tanto em empresas públicas quanto em empresas privadas. Ainda que esta legislação seja grandemente descumprida, a ameaça de sua implementação paira sobre a cabeça do empresário. Desta forma, o empregador prefere empregar homens, quando tem a possibilidade de escolher.

Muitas mulheres defendem a ampliação da licença-maternidade, sem perceberem que este seria um caminho rápido e eficiente para aumentar as discriminações que contra elas se praticam. Esta reivindicação esteve presente no último congresso da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas), realizado em 1985. Ora, as trabalhadoras rurais nem sequer são registradas, trabalhando clandestinamente e, portanto, não usufruindo dos poucos benefícios que lhes são assegurados por lei. Não seria mais lógico lutar pela implementação da legislação em vigor, discutindo e amadurecendo novas reivindicações? Não tem prioridade a mudança da legislação no sentido de conceder aposentadoria à trabalhadora rural casada?

Se as trabalhadoras já são altamente discriminadas, desfrutando de um direito legal que lhes concede doze semanas ou quatro meses de licença-maternidade, que lhes sucederia se a duração de tal licença fosse ampliada? Evidentemente, as possibilidades de obter e con-

servar o emprego seriam altamente diminuídas para as mulheres. Mesmo em alguns países socialistas, onde as discriminações contra as mulheres tendem a ser de menor vulto, a ampliação da licença-maternidade não tem beneficiado a mão-de-obra feminina.

Tome-se, por exemplo, a Hungria. Neste país, a trabalhadora tem direito a três anos de licença quando do nascimento de um filho. Ainda que nem todo este período seja remunerado, assegura-se à mulher o direito de retornar ao posto anteriormente ocupado. Para efeito de raciocínio, imagine-se uma mulher que, em quatro anos, teve três filhos: um em 1980, o segundo em 1982 e o terceiro em 1984. Esta trabalhadora poderá permanecer em casa, em licença-maternidade, de 1980 a 1987, portanto, oito anos. Neste exemplo hipotético o período é apenas de oito anos, porque o intervalo entre os filhos é de dois anos. Se este intervalo fosse maior, o período de licença também o seria. Voltando ao exemplo imaginado, a mulher que permaneceu no lar durante oito anos, resolvendo retornar à vida economicamente ativa após este longo período, terá perdido sua qualificação. Por um lado, ela ter-se-á esquecido ou pelo menos perdido a prática de como realizar suas funções profissionais.

Por outro lado, os avanços da tecnologia terão provocado mudanças no processo de trabalho que não foram acompanhadas por esta mulher recolhida ao lar. É normal que isto ocorra em qualquer campo profissional, dada a velocidade das mudanças de caráter técnico. Se é menos difícil reaprender a realização de uma tarefa ou aprender uma nova para uma operária, o mesmo não se pode dizer de uma profissional, cujos conhecimentos devem ser permanentemente atualizados. Que aconteceria a uma médica, a uma professora, a uma arquiteta, que retornassem ao trabalho depois de oito anos cuidando apenas da casa e dos filhos? É claro que os conhecimentos destas profissionais estariam inteiramente desatualizados, não detendo elas o domínio das novas técnicas surgidas no período em que estiveram em recesso.

Assim, não é difícil entender que a proteção à maternidade deve restringir-se ao mínimo indispensável para permitir à mãe se recompor do parto e dispensar cuidados ao recém-nascido. Em lugar de se reivindicar extensão da licença-maternidade, o que contribuiria amplamente para intensificar a discriminação contra a mulher, dever-se-ia imprimir mais força às lutas por equipamentos de consumo coletivo, tais como creches, pré-escolas, escolas em tempo integral no

ensino de primeiro grau, restaurantes a preços módicos, lavanderias populares etc.

Além de não se exagerar na dose de proteção à maternidade e ao trabalho feminino, é preciso voltar a enfatizar a necessidade da partilha. As crianças não são apenas filhas da mãe, mas também filhas do pai. Ao assumir a paternidade dos filhos, o homem estará partilhando a vida com a mulher. E isto não constitui apenas um dever; é, sobretudo, um direito. O homem deve refletir sobre esta dimensão da vida, que não inclui apenas o trabalho de alimentar as crianças, banhá-las, trocar-lhes as fraldas. Inclui também atividades extremamente prazerosas, como conviver com a criança, observar seu desenvolvimento e para ele contribuir, apreender a perspectiva dos filhos, suas ansiedades, suas carências, suas angústias. E isto é muito importante para que o adulto possa repensar sua própria vida, trabalhar seus "grilos", desreprimir seus afetos. Assim, este convívio entre pai e filhos não é benéfico apenas para as crianças, mas também para o homem.

Nesta medida, trata-se mais de um direito do que de um dever, quando se fala em participação na criação dos filhos. Muitos homens já estão revelando suficiente sensibilidade para reivindicarem menos trabalho e mais tempo livre a ser destinado ao convívio com os filhos. Que imagem paterna pode construir uma criança cujo pai sai para o trabalho enquanto ela ainda dorme e retorna ao lar depois que ela já foi posta para dormir? Obviamente, a imagem será a de um ausente. Logo, esta imagem terá uma conotação negativa, daquilo que não é, daquilo que nunca está presente.

É evidente que a ideologia machista endeará este pai que, como provedor das necessidades da família, gasta dez ou mais horas por dia com a atividade-trabalho. Algum dia os homens pararam para refletir sobre a amputação que isto representa em suas vidas? Quem se beneficia com este estado de coisas? Seguramente, não serão os trabalhadores, obrigados a gastar todas as suas forças e todo seu tempo para ganharem seu sustento e o de suas famílias. Tampouco serão beneficiados os filhos destes trabalhadores, a quem faz falta a figura paterna, a figura masculina. Tampouco, ainda, serão beneficiadas as mães, que carregam sozinhas a responsabilidade pela criação e educação dos filhos. Assim, mais uma vez, não é difícil reconhecer que os beneficiados por tal sistema são os econômica e politicamente poderosos.

A penetração da ideologia das classes dominantes nas cabeças dos membros das classes dominadas permite que o processo de domesticção da mão-de-obra se desenvolva no seio da própria família, pois enquanto a menina tender a repetir o papel da mãe, o menino tomará o pai como modelo. Desta forma, perpetua-se o sistema de poder que privilegia o homem branco e adulto, em prejuízo das mulheres, dos não-brancos e das crianças e adolescentes. Nunca é demais afirmar: *o poder é branco, masculino e adulto*. Em outras palavras, subordinam-se ao *macho branco e adulto* mulheres, negros e não-adultos. Não se pode esquecer, porém, que se todo macho branco e adulto detém alguma parcela de poder em relação às mulheres, aos não-brancos e às crianças, a maioria dos homens brancos e adultos sofre a dominação de outros machos brancos e adultos, cujo poder deriva de sua pertinência às classes dominantes.

Observa-se quão complicada é a situação, uma vez que os três sistemas de dominação-exploração, anteriormente separados para efeito de análise, não correm paralelamente, mas atuam conjuntamente, formando um só sistema de poder, ainda que com uma lógica contraditória. O bom entendimento dos mecanismos de atuação do patriarcado-racismo-capitalismo determina a direção para a qual se conduzem as lutas sociais. E de um adequado encaminhamento das lutas depende o grau de seu sucesso, assim como a velocidade de suas conquistas.

5. UMA ESTRATÉGIA DE LUTA

Introdução

Não existe uma única maneira de lutar contra as discriminações raciais e sexuais. Diferentes grupos de negros e de mulheres, com consciência das discriminações sofridas, enfrentam de formas diversas este sistema de dominação-exploração. Este fenômeno é normal se pensado como decorrência das diferentes posições ocupadas por cada um na estrutura de poder, da filiação das pessoas a distintos partidos políticos, das desigualdades entre as escalas de valores dos militantes.

Para tomar o caso dos negros brasileiros, certas ações, consideradas como formas adequadas de luta por seus praticantes, são qualificadas como de subserviência, de aceitação da sujeição aos brancos ou, para usar uma expressão já consagrada, de "branqueamento". O "branqueamento" significa a adesão de negros à ideologia dos brancos, o que facilita aos negros ocupar certas posições na estrutura de poder construída pelos brancos. Em outros termos, negro poderoso é branco. Portanto, o processo de "branqueamento" tem natureza social. Isto é, embora o poder exercido por determinados negros não lhes altere a cor da pele, propicia-lhes um tratamento igual ou semelhante àquele dispensado aos brancos.

Como a categoria social *negros* não é homogênea, pois inclui ricos, remediados, pobres, miseráveis, assim como homens e mulheres, para não mencionar as diferentes tonalidades de pele, não são tampouco homogêneas as estratégias de luta.

O mesmo fenômeno da heterogeneidade encontra-se no seio da categoria social *mulheres*. Em todas as classes sociais há mulheres. Logo, aquilo que interessa a mulheres de uma classe social pode não interessar a mulheres de outra classe social. Além disso, as mulheres diferenciam-se também quanto à etnia. No Brasil, cabe ressaltar as diferenças de tratamento dispensado a brancas e a não-brancas. Assim, o que constitui prioridade número um para um grupo de mulheres

brancas pode receber o número dez na ordem de prioridade de um grupo de mulheres negras e vice-versa.

É importante frisar a heterogeneidade das categorias sociais que recebem tratamento de minoria, como negros, mulheres. As próprias classes dominantes incentivam a manutenção desta heterogeneidade. Mais ainda, estimulam o surgimento de maior grau de diferenciação interna destas categorias sociais. Graças a esta heterogeneidade, as classes dominantes podem, facilmente, dividir movimentos reivindicatórios destas categorias sociais, de modo a enfraquecê-los.

Cabe salientar a impossibilidade de um movimento contra as discriminações raciais capaz de congregar todos os negros. Haverá sempre um contingente que julga mais interessante o caminho do "branqueamento". Da mesma forma, seria impossível obter a adesão de todas as mulheres a uma luta contra as discriminações sexuais. Existirá sempre um certo número de mulheres que, embora dominadas por homens, sentir-se-ão recompensadas através de seus privilégios de classe. Ademais, há que se ressaltarem, dentre as que estão dispostas a combater a inferioridade social da mulher, as diferenças de óticas, de pontos de vista, de perspectivas. Assim, não se pode esperar que todas as mulheres se congreguem em torno das mesmas bandeiras. Isto não significa que não haja bandeiras capazes de irmanar, isto é, tornar irmãs, tornar mais iguais, um grande número de mulheres. O Movimento de Luta por Creches na cidade de São Paulo conseguiu congregiar milhares de mulheres: não apenas aquelas que tinham filhos em idade pré-escolar e, portanto, potenciais usuárias deste equipamento de uso coletivo, como aquelas que, podendo pagar empregadas ou pré-escolas para os filhos, compreenderam as enormes dificuldades das menos privilegiadas.

Se um grande número de mulheres pode ser reunido em torno de uma reivindicação reconhecidamente justa, este fenômeno é muito mais difícil quando se trata de provocar mudanças profundas na estrutura de poder da sociedade, visando a alterações também profundas na condição feminina. Neste caso, muitas mulheres esbarram com os interesses da classe social à qual pertencem ou com o medo de receberem o carimbo de "mal-amadas", "solteironas", "lésbicas", frequentemente utilizado por aqueles com interesses na manutenção do *status quo*, isto é, da situação vigente. Neste contexto, nada mais oportuno do que fazer aqui alguns comentários sobre as escalas de

prioridades dos diferentes grupos de militantes contra a discriminação das mulheres.

Reexame da priorização das lutas

Invariavelmente, todas as lutas intestinas que deságuam em cisões, nos chamados “rachas” dos movimentos feministas, têm por origem a maior importância atribuída a uma luta, em detrimento de outras. Assim, grupos dividem-se ou desfazem-se porque uma parcela das mulheres prioriza a luta de classes, outra, o combate ao patriarcado, outra, ainda, a batalha contra os preconceitos raciais. Em geral, dada a baixa participação de negras em movimentos feministas (o que parece decorrer grandemente do preconceito das brancas, que não levam em conta a especificidade da condição da mulher negra), as cisões, as dissensões, os desacordos derivam da necessidade de uma de priorizarem as chamadas lutas gerais e da necessidade de outras de atribuírem maior importância ao combate da dominação da mulher pelo homem.

Quer estejam presentes as três contradições, quer apenas duas, o erro apresenta a mesma natureza. Como separar o patriarcado, o racismo e o capitalismo se, na prática, na realidade cotidiana, na luta diária pela sobrevivência, não é possível distinguir como independentes, capazes de atuação autônoma, estes três sistemas de dominação-exploração que se fundiram ao longo da história? Para ilustrar a ilusão de se poder lutar separadamente contra cada um destes sistemas de poder, toma-se um exemplo muito corriqueiro na sociedade brasileira.

As pessoas situadas na esquerda política, e especialmente as comunistas, não admitem a luta contra o patriarcado e contra o racismo em pé de igualdade com a luta de classes. Privilegiam, incontestavelmente, esta última. Este privilégio deriva da crença na maior importância da contradição entre as classes como princípio estruturador das sociedades caracterizadas pela presença do patriarcado-racismo-capitalismo. No fundo, acredita-se que, abolindo-se as classes sociais através da socialização dos meios de produção, ou seja, da eliminação da propriedade privada dos meios de produção, chega-se, com menor esforço, à igualdade racial e entre as categorias de sexo.

Esta crença, que determina a estratégia de luta de priorização do combate às classes sociais, visando à sua eliminação, deriva de uma apreensão atomizada, em separado, dos três sistemas, fundidos em um só, de dominação-exploração. A cabeça das pessoas que participam desta crença funciona como se a realidade se sentisse obrigada a se enquadrar em seu esquema de pensamento. Ora, passa-se exatamente o inverso, pois é o pensamento que deve amoldar-se à realidade, a fim de bem apreendê-la, sem deformá-la. Há, portanto, uma inversão dos termos no raciocínio das esquerdas em geral.

Estes grupos políticos não hesitam em rotular de lutas menores, secundárias, e até de desvios ideológicos, os movimentos que contrariam os interesses do *poder masculino, branco e adulto*. Alegam que a luta de classes é uma luta maior, porque beneficia a um número maior de pessoas. Afinal, as classes dominantes são minoritárias. As lutas contra o racismo e contra o patriarcado, ao contrário, para estas esquerdas, são específicas, pois o racismo só diz respeito aos negros e a supremacia masculina só atinge as mulheres.

Sartre tinha toda razão quando afirmava que o problema dos negros era um problema dos brancos. Nesta mesma linha de raciocínio, pode-se, sem medo de errar, dizer que o problema das mulheres é também um problema dos homens, porquanto a análise anterior demonstrou quão maléfica é para os homens esta dominação que a sociedade os obriga — para que sejam *machos* — a exercer sobre as mulheres.

Disto deriva que a luta pela igualdade sexual e a luta pela igualdade racial não são, de nenhuma maneira, lutas específicas, separadas e diferentes das chamadas lutas gerais. Nesta última categoria — a das lutas gerais — coloca-se, infalivelmente, a democracia. Mas que democracia é esta que considera secundárias as lutas contra o patriarcado e contra o racismo? Será, seguramente, uma democracia incompleta, com “d” minúsculo, pois deixa intactas a subordinação da mulher ao homem e a sujeição do negro ao branco. Para tomar o caso das relações de gênero, isto é, entre homens e mulheres, como pode haver democracia numa sociedade cuja família estrutura-se em termos de atribuir todo o poder ao homem adulto, ao seu chefe, obrigando a mulher e os filhos a respeitar a autoridade paterna, ou seja, a obedecer ao todo-poderoso machão, quaisquer que sejam os conteúdos de suas ordens e opiniões?

A democracia considerada como luta geral, prioritária, mais importante, não passa de um engodo, de uma triste ilusão. O geral enquanto tal só existe no pensamento, na cabeça das pessoas. É o pensamento que empresta aos fatos singulares um caráter geral. A democracia é constituída de condutas, fatos, eventos, todos, absolutamente todos, singulares, específicos. A democracia só pode existir em função da simetria, da igualdade entre todos, quer se trate de trabalhadores manuais ou intelectuais, de homens ou mulheres, de brancos ou negros.

Além de uma ilusão para os ingênuos, a democracia em geral, que não se materializa em comportamentos efetivos e diários, constitui também uma farsa. E é nesta fogueira da democracia enquanto farsa, enquanto mentira, enquanto engodo, que os poderosos, interessados na preservação do estado de coisas vigente, deitam lenha para, comodamente, observar as labaredas e com elas se divertir. As referidas esquerdas, portanto, não fazem senão o jogo da direita, pois a inadequação de suas estratégias de luta fortalece os conservadores e reacionários.

Nada melhor do que a priorização de uma luta para adiar por séculos a solução das que foram deixadas para trás, porque consideradas secundárias. Além disso, cabe, aqui, levantar uma dúvida: chegar-se-á à superação das contradições consideradas secundárias, menores, menos importantes, se elas não mereceram a mesma atenção dada à contradição tida como fundamental? Será possível, um dia, chegar lá, isto é, estabelecer relações sociais de igualdade entre brancos e negros, entre homens e mulheres, nas sociedades que priorizaram a luta de classes? Esta conquista é, no mínimo, altamente discutível. E, até o presente momento, nenhuma sociedade demonstrou ser viável esta trajetória. Isto é, não há nenhuma sociedade que se tenha ocupado, com prioridade, da luta pela eliminação das classes sociais e, em seguida, podido, também por meio de lutas, implantar a democracia racial e a democracia sexual. Dada a importância desta questão, a ela se dedicam alguns comentários.

Lições da História

Todas as sociedades chamadas socialistas ou em vias de construir o socialismo privilegiaram a luta de classes. Acreditaram excessivamente numa ilusão, qual seja, a de poder produzir facilmente,

uma vez abolidas as classes sociais, ou pelo menos reduzidas as diferenças socioeconômicas entre seus membros, as democracias racial e sexual. Implícita nesta ilusão está a crença de que o racismo se reduz a preconceito racial e de que patriarcado se reduz à ideologia machista. Na verdade, esta crença não passa também de uma ilusão. Tanto o racismo quanto o patriarcado são estruturas de dominação-exploração, que garantem relações sociais do mesmo gênero, isto é, também de dominação-exploração.

Um exame, ainda que superficial, das relações sociais cotidianamente praticadas nas sociedades socialistas mostra que nenhuma delas resolveu os problemas do racismo e da inferioridade social da mulher. Alegam seus líderes e outros defensores que são necessários séculos para eliminarem-se preconceitos milenares, como o racial e o sexual. Teme-se que estas sociedades jamais cheguem a extirpar de seu seio estes dois cânceres, se persistirem em considerá-los meramente enquanto ideologias. Efetivamente, o preconceito contra a mulher inscreve-se na ideologia machista, enquanto o preconceito contra o negro, o judeu, o asiático, o árabe etc. inscreve-se na ideologia da supremacia do branco, de cabelos louros, de olhos claros, cristão, altamente qualificado para vencer na vida através do processo da competição.

Impõe-se, portanto, a constatação de que não se trata, pura e simplesmente, de preconceitos. Estes são idéias preconcebidas, falsas, mentirosas, que só podem sobreviver se forem alimentadas. Se se tratasse de meros preconceitos, sem as estruturas de poder que os sustentam, certamente o machismo e a discriminação racial já teriam sido extirpados das sociedades socialistas. Mas não é este o caso, pois existem estruturas de poder, traduzidas por relações sociais de dominação-subordinação, que não se alteram enquanto forem tratadas, de maneira simplista, como preconceitos.

É evidente que os preconceitos estão presentes. Todavia, eles não representam todo o fenômeno da dominação de uma raça sobre a outra e da subordinação de uma categoria de sexo a outra. Mais do que isto, o preconceito não é sequer a dimensão mais importante do fenômeno em apreço. Ele simplesmente acoberta, esconde, dissimula relações de poder que não mereceram suficiente atenção, no momento histórico adequado.

As evidências históricas são todas no sentido de mostrar que a democracia plena, com "D" maiúsculo, capaz de eliminar as diferen-

ças sociais, só se constrói quando se atacam, simultaneamente, as três contradições fundamentais, ou seja, as desigualdades entre as classes sociais, entre as etnias e entre os sexos.

A bem da justiça, é preciso reconhecer que o ponto de partida das sociedades socialistas foi de má qualidade em dois níveis: o científico e o da realidade histórica. As condições materiais destes países eram bastante precárias. Além disso, dados a estrutura de poder e o regime de propriedade, tais nações estavam muito longe dos inícios da modernização. Com variações apenas de graus, este fenômeno estava presente em todos os países que realizaram a chamada revolução socialista, exceção feita à Alemanha e, em menor escala, à Tchecoslováquia. Estas duas nações já estavam trilhando o caminho da industrialização quando começaram a implantar o regime socialista, fenômeno não existente nas demais regiões que também o implantaram.

Há que reconhecer a enormidade das dificuldades enfrentadas por nações pobres, atrasadas e, muitas vezes, contendo brutais desigualdades socioeconômicas, na construção de sociedades menos injustas. Acrescente-se a isto o caráter adverso do cenário mundial, no qual nações poderosas, seguidas por países dependentes, desencadearam uma verdadeira guerra política, econômica e ideológica contra o comunismo. A imagem do comunista é, ainda hoje, para muitos, a imagem do bicho-papão a ser temido e evitado para a preservação da democracia liberal. Para liberais e conservadores, comunismo é sempre sinônimo de totalitarismo. Não convém a estas posições políticas reconhecer as diferentes nuances entre os distintos países socialistas, nem tampouco entre fases históricas de uma mesma nação em vias de construir o socialismo.

No que tange especificamente à mulher, são muito recentes os estudos que permitem compreender, com maior profundidade, sua posição em diferentes tipos de sociedades. Efetivamente, eram muito poucos os estudiosos que se dedicavam à temática feminina até quase três décadas atrás. Na década de 60, começaram a aparecer estudos, chamando a atenção para as injustiças sociais de que são vítimas as mulheres. Foi, todavia, a partir do Ano Internacional da Mulher — 1975 — que um número crescente de cientistas, em geral mulheres, passou a dedicar-se ao estudo da condição feminina.

Na segunda metade da década de 60, começaram a surgir os movimentos feministas que, cada um a seu modo, passaram a lutar pela igualdade nas relações de gênero. É preciso tomar cuidado com

o termo *feminismo*. Rigorosamente, não existe um só feminismo, pois há diferenças de bandeiras levantadas, de ênfase posta numa ou noutra reivindicação, de estratégias de luta. Tais distinções decorrem do enfoque político dado por cada grupo ou movimento feminista à questão feminina. E há diferenças apreciáveis entre os vários feminismos. Embora a tendência majoritária seja a de respeitar os homens, que são considerados frutos da educação que receberam, e de lutar pela conscientização de homens e mulheres sobre a necessidade de se criarem condições nas quais ambas as categorias de sexo possam receber igual tratamento, a palavra feminismo ainda tem hoje uma conotação negativa, pejorativa.

Às vezes por ignorância das diferenças profundas entre as várias correntes feministas, outras vezes por má intenção, toma-se um movimento feminista totalmente inexpressivo, minoritário e separatista — mulheres que se julgam auto-suficientes, recusando os homens e até mesmo a maternidade — e generaliza-se, de modo a criar antipatias em relação a toda e qualquer luta pela melhoria da condição feminina. Assim, com base em casos não-representativos da maioria das mulheres que lutam por seus direitos, procede-se à “pichação” do feminismo. Em geral, as feministas temem autodenominar-se através deste termo, em razão desta má interpretação intencional.

Ora, da mesma forma como mulheres burguesas não pensam, geralmente, da mesma maneira que operárias, há distintas perspectivas de análise da situação da mulher e de luta por melhorá-la. O engano ou engodo reside em colocar no mesmo cesto todas as tendências feministas, atribuindo-lhes as características de uma corrente minoritária, capaz de despertar resistências e ódios em homens e em mulheres. Portanto, é preciso cuidado! A maioria das feministas deseja uma vida melhor tanto para mulheres quanto para homens e não a guerra contra os homens.

Quando os países socialistas fizeram suas revoluções, só puderam valer-se dos textos marxistas clássicos sobre a questão feminina. Tais textos, à luz das conquistas das Ciências Sociais nestes últimos vinte anos, revelam-se pobres. Tal pobreza não diz respeito apenas ao conteúdo das análises marxistas clássicas. Ela também está presente no que tange à utilização do método conhecido como materialismo histórico ou materialismo dialético. Este método, exatamente por permitir a compreensão e explicação da natureza contraditória da realidade social, permitiu a Marx, Engels e outros a realização de

brilhantes análises da sociedade capitalista. Todavia, a sociedade europeia do século XIX (Alemanha, Inglaterra, França) era excessivamente machista, patriarcal, androcêntrica, para permitir a estes autores a utilização adequada do método dialético (materialismo histórico ou dialético) na análise da questão feminina.

Desta forma, imbuídos da ideologia machista e praticando efetiva e cotidianamente a dominação sobre as mulheres, tais autores consideraram da mesma natureza as contradições que regem as relações entre as classes sociais e as que presidem as relações de gênero. Há pelo menos vinte anos, este tipo de análise é considerado um grave equívoco.

Desta sorte, entende-se que os recursos científicos disponíveis à época das revoluções socialistas eram bastante precários. O que não se pode, contudo, admitir é que nos dias de hoje estas sociedades continuem a pautar suas ações por conceitos esclerosados, cujo uso não conduziu a uma situação de igualdade social entre homens e mulheres.

Deixa-se aqui para discussão a tese de que a verdadeira Democracia só pode ser instaurada quando se destrói o trio patriarcado-racismo-capitalismo. Enquanto o patriarcado e o racismo forem considerados meramente como ideologias e não enquanto relações de poder que são, será impossível chegar-se a uma democracia racial e sexual. Da mesma forma como o patriarcado e o racismo se fundiram com o capitalismo, podem sobreviver a este, fundindo-se com o regime chamado socialista. Aliás, a História mostra como esta sobrevivência ocorreu, assim como a mencionada simbiose ou fusão.

A concepção da simbiose patriarcado-racismo-capitalismo muda inteiramente a estratégia de luta das classes trabalhadoras. Basta que estas tomem consciência de sua própria heterogeneidade racial e sexual e dos prejuízos que colhem das discriminações étnicas e contra mulheres. Esta problemática merece reflexão e discussão, uma vez que estão em jogo os interesses das próprias classes trabalhadoras. Ao que tudo indica, o ataque simultâneo às três contradições fundamentais da sociedade brasileira, expressas na simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, revela-se a estratégia mais adequada para a construção de uma Democracia plena. Tal estratégia, ao atribuir exatamente a mesma importância às três referidas contradições, demonstra um enorme respeito pelo ser humano, quaisquer que sejam sua cor, seu sexo, suas posses.

A dignidade do ser humano

O mero fato de se tratar de um ser humano deve bastar para que a ele se confira toda dignidade. Atributos, qualidades, características genéticas, como são os casos do sexo e da cor, só qualificam negativamente os seres humanos em situação de desigualdade social, marcada por relações de dominação-subordinação. O mesmo se pode afirmar com relação à posse de riquezas, embora não se trate de algo genético. É preciso, entretanto, lembrar que a propriedade se transmite por herança. Por meio desta lei social, e não natural, alguns nascem ricos e muitos nascem pobres. Enquanto estes últimos são obrigados a gastar suas energias para ganhar o pão de cada dia, os primeiros já dispõem, ao nascer, dos elementos necessários ao estabelecimento de sua dominação sobre os que vendem sua própria força de trabalho.

A rigor, atributos naturais, como cor e sexo, são racionalmente utilizados para a intensificação da dominação-exploração. Os resultados só são positivos para os machos brancos, adultos e ricos, ainda assim se medidos em termos de possibilidades de aumento de riquezas. Nem sequer para o macho branco, adulto e rico, semelhante sistema de dominação-exploração resulta em enriquecimento destes poderosos em termos de seres humanos. Ao contrário, o exercício do poder reduz e até elimina dimensões extremamente humanas da personalidade dos que dominam e exploram. Tais seres, exatamente em função do domínio que exercem, são castrados em suas possibilidades de trocas com seus dominados. Uma relação verdadeira, alimentada pela troca, nutrida pelo dar e receber, só se pode estabelecer entre iguais. Jamais serão possíveis entre desiguais, entre dominadores e dominados.

Ao modelo do dominador macho, branco, adulto e rico deve-se acrescentar a característica de heterossexual. A fôrma, o padrão, o modelo não admitem o homossexualismo, pelo menos explícito. Este pode até ser tolerado, desde que bem disfarçado, discreto, elegante. Assim, a imagem do machão inclui a heterossexualidade, independentemente dos pendores do homem que está sendo educado segundo o modelo.

A respeito desta temática, vale a pena transcrever mais um excerto do mencionado livro de Eduardo Mascarenhas:

“Desconfio que, se acaso existe alguma inclinação heterossexual de nascença, ela é tão fraca que pode perfeitamente ser

apagar, conforme as experiências de cada um. Tanto é assim que a sociedade construiu uma das maiores campanhas publicitárias de que se tem notícia contra a homossexualidade. Se computássemos o quanto de esforço a humanidade vem despendendo para demonstrar que ser heterossexual é que é bom, enquanto ser homossexual não é, e transformássemos essa venda de imagem, no último milênio, em dólares, a quantia daria folgadoamente para pagar dez vezes a dívida externa do Brasil e ainda sobraria dinheiro para fazermos desse país uma das maiores superpotências de que se tem notícia!

Ora, se a heterossexualidade fosse tão natural e determinada pelo instinto assim, alguém se daria ao trabalho de enaltecê-la tanto e de combater tanto o seu oposto?

A questão da moral é sempre a mesma: ela só se importa em enaltecer o que não é ponto pacífico e só trata de condenar o que representa algum grau de tentação. (...)

Logo, o próprio empenho da moral e do preconceito em louvar a heterossexualidade e execrar a homossexualidade demonstra que a natureza humana não é tão heterossexual assim. Diga-me o que você condena, que lhe direi o que você teme desejar..."

É esta a opinião de um psicanalista conceituado que, por definição, entende do assunto. Sua conclusão merece, pois, pelo menos, reflexão, visando à compreensão dos que se rebelam contra o molde, contra a fôrma, contra o modelo de heterossexual. Afinal, este livro não se propõe a questionar os arquétipos? Não se trata de construir situações sociais em que cada um possa desenvolver suas potencialidades? Por que, então, "pichar" aqueles que não obedecem a modelos? Democracia não significa a convivência de diferentes opiniões, díspares pontos de vista, distintas perspectivas? Como, então, ignorar a conclusão à qual chegou um psicanalista submetido ao processo de análise durante treze anos e com longos anos de experiência na análise dos conflitos de seus pacientes? Enfim, abertura é abertura, sem medo de enfrentar o que der e vier.

A mulher, o índio, o negro, o mulato, o homossexual, o bissexual constituem contingentes que, por definição, não podem aspirar a posições de mando. Cabe também lembrar que, na medida em que o macho poderoso é adulto, tampouco podem aspirar àquelas posições as crianças, os jovens e os velhos, ainda que possam ser homens. Se ao adulto se atribui o direito de dominar crianças e jovens em

nome de sua maior experiência, como se justifica a marginalização do velho se, em geral, este acumulou mais experiência? Pode-se discutir esta questão pensando-se que crianças, jovens e velhos dependem economicamente daqueles que estão na idade produtiva, na idade de trabalhar, na fase adulta da vida. Enquanto o ser humano não pode ainda contribuir para a produção, por carecer de qualificação e ou maturidade, ou quando já não pode mais fazê-lo pelo peso da idade, não tem direito a opinar, a sugerir, a tentar contribuir. Deve obedecer ao adulto produtivo, sujeitar-se ao seu domínio.

Ora, se, por um lado, a experiência do velho pode ser de extrema utilidade, por outro, num mundo de mudanças rápidas, o jovem, dada sua maior facilidade de absorção do novo, pode oferecer contribuição inestimável à sociedade. Toda a sociedade teria a ganhar se a assimetria das relações sociais fosse substituída pelo diálogo: entre crianças, jovens, adultos e velhos; entre homens e mulheres; entre brancos, mulatos, negros, índios etc. São tantas as possibilidades de redefinição das relações humanas, que nada impede que se tente eliminar a assimetria, a desigualdade, visando a um maior bem-estar das pessoas enquanto seres humanos, plenos de potencialidades.

Nesta linha de raciocínio, tendo como meta a justiça social, seria mais fácil desenvolver a solidariedade em lugar da competição, os laços de amizade em lugar das rivalidades, o amor em lugar do rancor. Neste tipo de sociedade, seguramente, as pessoas seriam mais felizes, porque iguais, capazes de trocar, de dar e receber. Seriam tantas as vantagens, que isto merece reflexão.

6. VALE A PENA LUTAR?

Introdução

O feminismo tal como é encarado neste livro pode ser chamado de uma perspectiva político-científica. Isto significa que se identificaram as contradições fundamentais da sociedade e sua interação simbiótica, como um só sistema de dominação-exploração, que prejudica a maioria esmagadora dos membros da sociedade. Trata-se, pois, na luta política, de saber se se deseja uma democracia para poucos, uma democracia para muitos ou uma democracia para todos.

À primeira vista, só os poderosos beneficiam-se com o patriarcado-racismo-capitalismo. Rigorosamente, entretanto, se estes poderosos forem tomados como seres humanos, cuja capacidade social de dominar lhes impede de viver certas dimensões da vida, também eles, a longo prazo, terão a possibilidade de viver mais plenamente a condição humana numa sociedade igualitária. Esta seria a democracia para todos, muito diversa da democracia liberal, que só existe para alguns, ou seja, homens brancos, ricos e adultos.

Desta sorte, a curto prazo, a luta por uma sociedade justa beneficiará, na medida de seu sucesso, as categorias sociais discriminadas, que sofrem mais, brutalmente a dominação-exploração. Mas não só mulheres e negros colheriam os frutos desta luta. Também os homens brancos, pobres e das classes médias teriam ampliado o campo do prazer em suas vidas. Ou seja, eles desfrutariam do prazer proporcionado pelas relações simétricas, de igual para igual. Em poucas palavras, eles encontrariam o verdadeiro sentido da vida, que reside na partilha. O prazer, assim, deixaria de existir pela metade, porque vivido solitariamente, para existir por inteiro, na sua plenitude.

A juventude *hippie* tentou realizar este ideal de amor na década de 60. Tratava-se, como ainda é o caso, de uma utopia, isto é, de um ideal difícil de atingir, mas do qual a humanidade pode aproximar-se. Estudando-se História, percebe-se facilmente a importância, para a evolução dos povos, das utopias que grupos sociais constroem

e perseguem através de lutas. Não fossem a formulação e a crença na validade destas utopias não haveria estímulos para a luta e, portanto, a dinâmica social ficaria prejudicada.

Lamentavelmente, os *hippies* não tinham uma compreensão adequada da sociedade capitalista, não dispoem, assim, de elementos para julgar a capacidade gigantesca, deste tipo de sociedade, de absorver movimentos de contestação. Deste modo, alimentaram a indústria capitalista da moda e se transformaram em adultos ajustados às normas sociais que combatiam. Não obstante, desempenharam um importante papel social. Ainda que não tivessem conseguido realizar sua utopia, lançaram a semente da fraternidade, da solidariedade, do amor. E esta semente está germinando nas novas gerações, agora num novo contexto, e através de atuações mais coerentes.

Efetivamente, os jovens de hoje estão introduzindo relevantes transformações na sociedade. Não é fácil definir o jovem. O mais fácil seria defini-lo pela idade cronológica. Por exemplo, poder-se-ia classificar como jovens aqueles com idades até 20 ou 25 anos. Este critério tem a seu favor o fato de as pessoas de pouca idade serem, em geral, mais receptivas às mudanças em virtude de não terem seus hábitos ainda muito solidificados. Por outro lado, é exatamente em razão desta maior maleabilidade que o jovem é presa fácil de poderosos, com grande capacidade de manipulação. Para comprovar esta afirmação basta olhar para o número de jovens que se transformam em cegos seguidores de certas seitas religiosas altamente reacionárias. No Brasil, nem é preciso atentar para seitas estrangeiras que aqui penetraram, pois um exame da TFP (Tradição, Família e Propriedade) é suficiente para revelar a existência de milhares (talvez até milhões) de jovens fanaticamente retrógrados.

Se o jovem não é necessariamente progressista ou revolucionário, há muitos adultos e até pessoas de idade avançada que desenvolveram uma consciência crítica muito aguda quanto às injustiças da sociedade capitalista. Estas pessoas lutam incansavelmente no sentido de melhorar a sociedade em que vivem. Exatamente por serem críticas em relação ao autoritarismo, estas pessoas estão sempre abertas ao diálogo e, portanto, às mudanças. São sempre jovens, independentemente da idade que tenham, se se adotam a premissa de que o jovem é todo aquele disposto a aceitar e ou a provocar transformações sociais.

Não é difícil observar a justeza desta verificação. Por exemplo, numa turma de estudantes de segundo grau, há os chamados "care-

tas”, “certinhos”, obedientes, assim como há os que não aceitam gratuitamente nenhuma afirmação ou ordem. Estes gostam de discutir as idéias, conhecer a argumentação de seus defensores, contra-argumentar. Isto é, questionam tudo aquilo que é dito ou “ensinado” como algo sagrado, indiscutível, intocável.

Dentre os professores também há os autoritários, que impõem suas idéias, assim como os flexíveis, os maleáveis, os dispostos a aceitar os desafios da mudança.

Independentemente da idade cronológica, todo jovem constitui um importante agente de transformação social. Pode tratar-se do estudante menor de 18 anos, como do professor de 50 anos ou mais. O que importa, o que conta, é a disponibilidade para o diálogo, para a argumentação, para a discussão sadia. Todos aqueles que apresentarem tais características são importantes agentes de mudança social. E esta terá maior ou menor êxito, dependendo da adequação da estratégia utilizada por aqueles interessados em transformar a sociedade.

Da irreverência ao questionamento transformador

Muitos tomaram consciência de que a tendência predominante é a da repetição. Este processo, aliás, é muito trabalhado pela Psicanálise. A menina tende a repetir o modelo da mãe e o menino tende a reproduzir o modelo do pai. Esta consciência está refletida em uma música de Belchior (*Como nossos pais*, 1976), muito divulgada pela voz de Elis Regina. Talvez não seja demais transcrevê-la.

“Não quero lhe falar, meu grande amor,
Das coisas que aprendi nos discos
Quero lhe contar como eu vivi
E tudo o que aconteceu comigo

Viver é melhor que sonhar
Eu sei que o amor é uma coisa boa
Mas também sei que qualquer canto
É menor do que a vida de qualquer pessoa

Por isso, cuidado, meu bem, há perigo na esquina
Eles venceram e o sinal está fechado pra nós, que somos jovens
Para abraçar seu irmão e beijar sua menina na rua
É que se fez o seu braço, o seu lábio e a sua voz

Você me pergunta pela minha paixão
Digo que estou encantado com uma nova invenção
Eu vou ficar nesta cidade, não vou voltar pro sertão
Pois vejo vir vindo no vento o cheiro da nova estação
Eu sei de tudo na ferida viva do meu coração

Já faz tempo, eu vi você na rua,
Cabelo ao vento, gente jovem reunida,
Na parede da memória,
Essa lembrança é o quadro que dói mais

Minha dor é perceber
Que apesar de termos feito tudo que fizemos
Ainda somos os mesmos
E vivemos como os nossos pais...

Nossos ídolos ainda são os mesmos
E as aparências não enganam não
Você diz que depois deles não apareceu mais ninguém
Você pode até dizer que eu estou por fora
Ou, então, que eu estou inventando
Mas é você que ama o passado e que não vê
Que o novo sempre vem

Hoje eu sei que quem me deu a idéia de uma nova consciência
[e juventude
Tá em casa, guardado por Deus, contando o vil metal,
Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo que
[fizemos
Nós ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais”

A letra desta música revela que o jovem rejeita os papéis desempenhados pelos adultos, mas reconhece que, não obstante esta rejeição, continua a representá-los da mesma forma, perpetuando as injustiças sociais, agindo conservadoramente. Isto demonstra, sobejamente, que não basta ser irreverente, ainda que a irreverência constitua ingrediente fundamental de qualquer luta pela transformação social. Em outras palavras, a irreverência esgota-se em si mesma quando não evolui para uma posição de questionamento embasada em argumentos sólidos, em compreensão profunda das injustiças e na clareza do caminho a seguir.

Ela verifica, pura e simplesmente, a prática exclusiva da irreverência. Constata também a ausência de propostas, que constituiriam o seguimento, a continuação, o desenrolar da irreverência, que não vai além da denúncia, não substitui propostas, carece de objetivos sólidos.

Um exemplo poderá esclarecer esta questão. A técnica teatral da agressão ao público, inaugurada no Brasil por José Celso Martinez Correia, consiste em pura irreverência. Sua pobreza reflete-se no fato de que se esgota rapidamente. Com efeito, agredido o público, não resta ao diretor de teatro senão a posição da retirada, do recuo, pois, a continuar na técnica da agressão, acabaria por matar sua platéia. E, como se sabe, o teatro vive em função de seu público. Matar o público significaria matar o próprio teatro.

Da mesma forma, ser apenas irreverente, sem apresentar argumentos sólidos contra aquilo que se quer mudar, fornece munição ao inimigo, ou seja, ao conservador, ao que deseja deixar tudo exatamente como está.

O questionamento transformador, ainda que contenha boa dose de irreverência, representa um estágio muito mais complexo da consciência crítica. Este passo mais adiante inclui a coragem do irreverente, mas exige também a coerência na demolição das injustiças, compreensão clara das possibilidades de redefinição das relações sociais, propositura dos caminhos a serem trilhados. Ora, para que as pessoas se conduzam desta forma é preciso que se informem muito bem sobre as situações vividas, reflitam sobre elas e as discutam com outros críticos do *status quo* vigente. Discussões francas e abertas são altamente esclarecedoras, melhorando, via de regra, a compreensão dos problemas e, por conseguinte, também as estratégias de luta formuladas para combatê-los.

Caminhar da irreverência ao questionamento transformador constitui importante passo quando se deseja assegurar algum êxito à luta que se empreende. Embora a proposta *hippie* fosse válida, uma vez que pretendia substituir a guerra pelo amor, não pôde ser levada a bom termo, porque estava ainda no estágio da irreverência. Ações meramente irreverentes são facilmente manipuladas pelas classes dominantes, reforçando seu poder. São, portanto, um prato cheio para os poderosos, cujos interesses residem em manter absolutamente tudo como está. Daí a importância da educação, não entendida simplesmente enquanto instrução estéril, mas enquanto um rico processo de troca entre seres humanos.

A educação enquanto processo político-social

No Brasil, assim como em todas as sociedades regidas pelo patriarcado-racismo-capitalismo, as escolas ensinam, em geral, aquilo que as classes dominantes determinam, quer diretamente, quer através do Estado. Evidentemente, os conteúdos ensinados e os métodos autoritários de ensino visam à preservação das posições de mando ocupadas pelo patriarca branco, adulto e rico. Convém examinar separadamente estes dois aspectos.

Quanto ao conteúdo do que é ensinado, pode-se denominá-lo *história oficial*. Trata-se dos grandes feitos dos grandes homens. A *história real*, feita por ricos e pobres, dominadores e dominados, brancos e negros, homens e mulheres, crianças, adolescentes, adultos e velhos, é considerada algo menor, menos importante. Por quê? Ora, porque é esta história que revela as contradições sociais, os embates entre os socialmente fortes e os socialmente fracos, as lutas dos discriminados pela construção de uma sociedade mais justa.

O último período de governo ditatorial no Brasil, que durou de 1964 a 1985, agravou seriamente este problema. Chegou-se a saltar, no ensino da História, a fase de 1961 a 1964, ou seja, o governo João Goulart, numa tentativa de suprimir a transmissão de conhecimentos sobre lutas do povo brasileiro. Quando não era este o caso, mostravam-se apenas os aspectos negativos do referido governo, a fim de se justificar o golpe militar de 1964, que conduziu o país ao presente caos socioeconômico. Mais do que isto, o regime militar implantado em 1964 fez entrar pela porta dos fundos, no currículo escolar de todos os níveis de ensino, uma disciplina auxiliar da ditadura.

Com efeito, Educação Moral e Cívica, como é chamada até o segundo grau, ou Estudo dos Problemas Brasileiros, denominação que recebe na Universidade, passou a ser ministrada em todas as escolas do país por professores não-concursados, mas confiáveis, a fim de dar respaldo à ditadura através da difusão da crença em suas boas intenções, em sua justeza de propósitos, em seu caráter democrático.

Enquanto esta *história oficial* era ensinada, a maioria do povo brasileiro ignorava a *história real*, constituída de perseguições, torturas, homicídios, enfim, de atos da maior crueldade, praticados contra aqueles que se levantaram contra o regime.

Tais conteúdos do ensino eram transmitidos por métodos autoritários, que impediam a discussão, embotando, pelo desuso, a inte-

ligência. Quanto mais ignorantes em relação à *história real* se formassem os estudantes e quanto mais submissos fossem às autoridades legais, melhor para o regime ditatorial. Mas, como “não há bem que sempre dure, nem mal que sempre ature”, a situação mudou. Tanto a ditadura exagerou na dose, que a tal disciplina acabou tendo efeito de bumerangue, isto é, o tiro saiu pela culatra. E isto ocorreu por várias razões. Basta mencionar duas. A maioria dos estudantes não tolerava a chatice da Educação Moral e Cívica e dos Estudos dos Problemas Brasileiros e percebia o quão ridículo era seu caráter. De outra parte, gigantescas parcelas do povo se levantaram contra os cruéis métodos da ditadura. Convém salientar que o *Movimento Feminino pela Anistia* deu origem a esta grande contestação popular, posteriormente integrada também por homens.

As mulheres, nos seus tradicionais papéis de mãe, filha, irmã, esposa, passaram a exigir anistia para presos políticos, exilados, banidos. Isto mostra bem o grau de contradição interna do patriarcado-racismo-capitalismo. Não foi preciso que as mulheres lançassem mão de seus cargos profissionais para provocar as mudanças desejadas. Foi a partir dos próprios papéis tradicionais que a sociedade lhes atribui que as mulheres questionaram as práticas ditatoriais, procedendo ao resgate, pelo menos parcial, da *história real*.

Aliás, fenômeno semelhante, mas bem mais profundo, teve (e ainda tem) lugar na Argentina. As mães e avós da Praça de Maio constituem o único grupo social argentino que não apenas resistiu e lutou até o fim da ditadura naquele país, mas continua a exigir justiça contra os torturadores e assassinos e a buscar, inclusive no cenário internacional, os filhos dos desaparecidos. Esta palavra constitui um eufemismo, um disfarce, um termo ameno para designar os que foram assassinados. O filme *A história oficial*, dirigido por Luiz Puenzo, mostra, de maneira inteligente, como a ditadura argentina tentou sufocar o conhecimento da *história real* e como as avós da Praça de Maio, muitas vezes humildes camponesas ou operárias, procederam e estão procedendo ao resgate dos fatos reais e ensinando-os àqueles que ocupam a posição de mestre, de professor.

Exatamente em virtude do fato de serem as pessoas do povo protagonistas da história, elas têm condições de meter cunhas na falsa História imposta, nas escolas, pelas classes dominantes.

Professores e estudantes também são atores da história, desempenhando a maioria de seus papéis sociais fora da escola. Estas ex-

periências podem ser levadas à sala de aula, a fim de enriquecerem as discussões. Isto torna mais viva, rica e humana a escola, que, no Brasil, é freqüentemente aborrecida. Fatos corriqueiros da vida cotidiana podem provocar excelentes reflexões coletivas, além de este processo ser um bom caminho para alterar as relações professor-aluno.

Se, por definição, o professor detém mais conhecimentos que o estudante, é preciso admitir a existência de uma série de outros fatores. O professor pode ser portador de um imenso cabedal de conhecimentos oficiais, cujo interesse, para o estudante, é, no mínimo, discutível. O docente é, com freqüência, constrangido pela direção da escola a não se afastar do roteiro considerado legal e correto. Ele próprio, tendo recebido formação autoritária, não chega, muitas vezes, a perceber a inutilidade do que ensina, nem tampouco a riqueza contida nas discussões. Há que considerar também que os conhecimentos detidos pelo professor podem não ser os mais verdadeiros. Isto pode ser bem compreendido quando se pensa que a verdade das classes trabalhadoras não é a mesma das classes dominantes. E os professores nem pertencem à mesma classe social, nem se identificam com uma única. Assim, cada um tem suas vivências específicas, que podem enriquecer enormemente sua contribuição no processo educativo.

Os estudantes, também por definição, sabem menos que os docentes. Mas eles são sempre portadores de experiências valiosas, específicas, capazes de alargar grandemente o universo, em geral estreito, porque determinado pelas autoridades, do ensino oficial. Não se pode negar que o estudante, via de regra, viveu menos que o professor e que, portanto, experimentou um número menor de situações de vida. Mas, ao lado disto, não se pode esquecer que sua experiência, inclusive por ser jovem em um momento histórico diverso daquele em que o docente viveu sua juventude, é qualitativamente distinta. Nesta medida, as vivências dos estudantes podem introduzir muito de novo nas salas de aula.

Ainda que sucintamente, forneceram-se alguns elementos com o objetivo de mostrar as infinitas possibilidades de transformar as relações professor-aluno. Ou seja, em lugar de repetir a experiência das gerações mais velhas, de obedecer ao modelo prescrito pela ideologia dominante, instaurar relações sociais de um outro gênero: abertas, não-autoritárias, enfim, democráticas. O ponto fundamental destas novas relações consiste na *troca de experiências*. Da mesma for-

ma como os docentes, tampouco os estudantes pertencem ou se identificam ideologicamente com uma única classe social. Isto equivale a dizer que dentre os docentes, assim como dentre os estudantes, não há homogeneidade de experiências, não havendo, por conseguinte, homogeneidade de pontos de vista, de perspectivas de análise de um mesmo fato, enfim, de metas a serem atingidas. Ora, não existe melhor ambiente para a discussão do que o heterogêneo. Cada um, lançando mão de suas próprias vivências, pode contribuir para uma melhor compreensão da sociedade em que vivem todos.

Não há, nesta proposta, nenhum menosprezo pelos conhecimentos teóricos e pelas experiências práticas dos professores. Ao contrário, estes elementos estão sendo profundamente valorizados numa relação de verdadeira troca. Na medida em que o docente se abre para valer-se das experiências dos mais jovens, cria a possibilidade democrática de ver aproveitadas suas próprias vivências. Não importa que a contribuição dos estudantes possa ser significativamente menor que a dos professores. A quantidade, aqui, fica, sem dúvida, em segundo plano. E não se pode negar que a qualidade das experiências vividas por quem tem hoje 16, 17 ou 18 anos é profundamente diversa da qualidade das vivências adolescentes de quem tem hoje 40, 45 ou 50 anos. Não se trata de valorizar mais esta ou aquela experiência, mas de estabelecer um real intercâmbio de idéias, objetivos e estratégias de luta. Isto é, trata-se de instaurar a democracia nas relações professor-estudante, única maneira de forjar a verdadeira consciência democrática. Seres treinados somente para obedecer às ordens superiores não sabem tomar decisões e temem situações que exigem capacidade de deliberação. Logo, são seres que legitimam o autoritarismo. E apenas as pessoas capazes de decidir, de discutir, de refletir, estão efetivamente aptas a exercer direitos de cidadania num regime sócio-político-democrático.

Da cidadania e de seu exercício

Em face do exposto, fica bastante claro que a cidadania no Brasil é precária, mesmo se concebida nos estreitos limites da democracia liberal-burguesa.

Do ponto de vista da distribuição da riqueza material, um país com 60% de sua população sofrendo carências alimentares pode ser enfaticamente denominado extremamente injusto. Esta nação está

muito longe, evidentemente, de oferecer as tão faladas “oportunidades iguais para todos”, pedra angular da ideologia liberal. Se é verdade que este fenômeno se deve parcialmente ao fato de o Brasil depender econômica, política e culturalmente de países imperialistas, não é menos verdadeiro que o patriarcado-racismo-capitalismo constitui, em si próprio, um limite muito estreito na realização da justiça social. O subdesenvolvimento pode, assim, responder, em parte, por esta situação calamitosa. Mas não se pode esquecer que as injustiças, em maior ou menor grau, estão sempre presentes em todas as nações capitalistas. E, como já se mostrou, foi tão profunda a fusão entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo, que seria impensável a eliminação dos dois primeiros sistemas de dominação-exploração, preservando-se o terceiro. A história nunca mostrou ser isto possível. E o critério histórico é muito importante, embora não seja o único disponível para uso de estudiosos e militantes políticos.

No Brasil, porém, a constituição histórica da cidadania guarda uma enorme distância até mesmo da pobre cidadania liberal-burguesa. Com efeito, nem mesmo os direitos humanos básicos — alimentação, educação, habitação, saúde — são respeitados. Como se isto não bastasse, o espaço para a participação política mesmo da parcela da população que vive razoavelmente bem é extremamente restrito. Faz 26 anos que não há eleição direta para presidente da República neste país! E o último presidente eleito pelo voto direto dos brasileiros — Jânio Quadros — renunciou ao cargo apenas sete meses depois de nele empossado. E isto foi em 1961.

Se só pode ser eleitor o cidadão com, no mínimo, 18 anos, todos os brasileiros com até 44 anos de idade jamais elegeram um presidente da República. E a esta idade é preciso somar o tempo que falta para o presidente Sarney completar seu mandato. Tendo assumido o posto de chefe do governo brasileiro em março de 1985, restam-lhe ainda quase quatro anos de mandato, caso não seja este reduzido para quatro anos, como desejam muitos. Para esta geração, rigorosamente, a capacidade política, que consiste inclusive no direito de escolher o presidente da nação, só virá aos 50 anos de idade. E isto presume otimismo, ou seja, nenhum golpe de Estado que novamente suprima eleições diretas.

A cidadania brasileira está, pois, em fase de penosa e lenta construção. Para negros e mulheres ela está quase inteiramente por ser construída.

Ouve-se, com freqüência, que é preciso primeiro instaurar a democracia econômica para só depois pensar em problemas "secundários", tais como o estabelecimento da democracia racial e entre as categorias de sexo. Esta "convicção" visa a distrair a atenção dos interessados na democracia plena. A rigor, trata-se de uma idéia inteiramente reacionária, pois o objetivo dos que a pregam é manter tudo exatamente como está.

Não é verdade que a submissão da mulher ao homem não sensibiliza mulheres pobres. Milhões de mulheres brasileiras tomaram consciência da dominação masculina no transcorrer de lutas pela posse da terra, por salários decentes, por melhores condições de trabalho. Nestes movimentos despontaram numerosas lideranças femininas, que não só compreenderam a totalidade do sistema de dominação-exploração, como passaram também a lutar pela sua destruição.

Tome-se, por exemplo, a questão da sexualidade. Diz-se, à boca miúda, que mulher pobre só se interessa por encontrar um meio de alimentar seus filhos, que jamais pensou ou quer pensar em ter prazer sexual. A atuação de vários grupos feministas junto a mulheres de periferia, e até mesmo trabalhadoras rurais, revelou que estas mulheres se sentem fascinadas com a possibilidade de ter algum prazer. Seu interesse é enorme em mudar suas relações com o companheiro, a fim de que ambos, e não só o homem, possam desfrutar do ato de amor. Também neste terreno é preciso derrubar idéias recebidas, que só servem para preservar a desgraça, a infelicidade, o desamor.

Quanto às discriminações contra o negro, em especial contra a negra, não se trata, de forma alguma, de uma luta menor. Não haverá democracia em sua plenitude se este problema não for resolvido. E nesta luta é preciso desmistificar a ideologia do branqueamento, cuja função consiste em assegurar o domínio do branco.

Da mesma maneira como a questão feminina e a questão racial não podem ser consideradas secundárias na luta pela justiça numa sociedade de classes, sob a alegação de que se trata de contradições específicas, o combate diuturno contra as discriminações raciais deve fazer parte integrante das lutas feministas. Seria incoerente combater a tese da especificidade do combate às discriminações contra mulheres e negros e levar avante um feminismo de brancas. Em outros termos, a questão da mulher negra deve ser central em todas as lutas feministas que realmente visem à destruição do patriarcado-racismo-capitalismo.

Seria legítimo defender a cidadania plena para homens, deixando do lado de fora as mulheres? Seria justo lutar pela construção da cidadania em sua plenitude para brancos — homens e mulheres — deixando do lado de fora os negros, homens e mulheres? É óbvio que a única posição coerente em matéria de defesa dos direitos humanos consiste na luta pelos direitos humanos de todos, independentemente do trabalho que realizam e do salário que recebem, independentemente da cor que tenham, independentemente do sexo de cada um.

A defesa dos direitos de cidadão para uns e não para outros prejudica o próprio exercício destes direitos por parte daqueles que os detêm. Como pode uma pessoa exercer seus direitos de cidadão sem respeitar os direitos de cidadão do outro? Como todo direito implica responsabilidade, ou seja, dever, a verdadeira cidadania só pode existir numa sociedade em que todos, absolutamente todos, gozem dos mesmos direitos e tenham as mesmas obrigações. Logo, ela é impossível nas sociedades regidas pelo patriarcado-racismo-capitalismo.

A História revela amplamente que nações, cujas revoluções priorizaram a luta de classes, por incompreensão da simbiose já referida, não chegaram a realizar, na prática, a democracia para todos. Não se pode negar que as sociedades socialistas melhoraram enormemente a condição feminina, assim como a de minorias étnicas. Mas melhorar a condição destas categorias sociais não significa torná-las iguais às outras. Eis por que não se devem repetir os enganos cometidos por outros povos, que continuam tendo uma compreensão falha dos problemas que não conseguiram solucionar.

A plena compreensão do patriarcado-racismo-capitalismo encaminha a luta na direção da destruição da simbiose entre estes três sistemas de dominação-exploração, transformados, ao longo da História, em um único e poderoso sistema de opressão da maioria.

Rigorosamente, a defesa da democracia para alguns em prejuízo de outros significa a própria negação da democracia. Se democracia consiste no governo do povo, na soberania popular, seguramente não pode ser chamada de democrática uma sociedade, como a brasileira, na qual pobres, negros e mulheres sofrem profundas discriminações.

Neste projeto de construção da cidadania brasileira, os jovens podem desempenhar um papel de fundamental importância. Isto é verdadeiro por várias razões, algumas das quais já mencionadas. Todavia, vale a pena ressaltar a relevância de uma outra. O jovem,

exatamente por ter vivido menos que os adultos, não assumiu ainda muitos dos compromissos sociais, econômicos e, sobretudo, políticos, que amarram os mais velhos. É, portanto, mais livre para proceder a escolhas conseqüentes e se engajar nas lutas correspondentes. E, fazendo uso adequado da ciência, o jovem pode, sem grandes dificuldades, situar-se na posição aqui denominada *questionamento transformador*, a fim de contribuir para a construção da cidadania para todos, enfim, da verdadeira democracia.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, serão tecidas algumas considerações sobre o assunto deste livro, embora cada capítulo encaminhe o leitor a perceber a complexa tessitura da realidade social capitalista e especificamente brasileira, de forma globalizante e, nesta medida, “conclusiva”. Faz-se necessário registrar que toda e qualquer conclusão é sempre provisória, pois mudanças na realidade social vivida podem provocar inflexões no pensamento e, por conseguinte, na análise científica. Ademais, um livro, cuja intenção básica reside em questionar valores tidos como sagrados, nunca poderia trazer conclusões definitivas. Se assim fora, o livro seria tão dogmático quanto os preconceitos que pretende destruir ou, pelo menos, abalar.

Quando se parte da premissa de que todo conhecimento é provisório, não se está dando mostras de insegurança. Ao contrário, o conhecimento científico está sempre e necessariamente sujeito a reformulações. Desta sorte, o cientista social deve igualmente estar pronto a rever suas posições, seja porque passou a dispor de melhor instrumental teórico, seja porque a realidade social se transformou, seja porque suas interpretações foram adequadamente questionadas por outros estudiosos. Não se combatem dogmas com outros dogmas, não se destróem preconceitos com outros preconceitos.

Este pequeno livro contém algumas análises e reflexões resultantes de 25 anos de estudos sobre a temática *mulher*. Deve ter ficado muito claro que não se pode isolar esta problemática do contexto sociocultural, econômico e político no qual está inserida. Seria partir de premissas falsas, pinçar a condição feminina, como se se tratasse de fenômeno autônomo, sem vínculos com os demais. Em outros termos, estudar as relações de gênero no Brasil ou em qualquer outro país, ignorando suas relações íntimas com o capitalismo e o racismo, significaria comprometer, definitiva e irremediavelmente, os resultados da investigação. Assim, uma conclusão deste livro

diz respeito à necessidade de, simultaneamente, focalizar fenômenos em suas especificidades e analisar suas interdependências com outros fenômenos, às vezes aparentemente desvinculados dos primeiros. Em poucas palavras, tratou-se de utilizar um instrumental teórico que possibilita, ao mesmo tempo, a análise globalizante e a retenção de singularidades, presentes na vida cotidiana. O permanente ir-e-vir do geral ao particular, e até ao singular, e vice-versa, constitui condição absolutamente necessária, embora possa ser insuficiente para chegar-se à compreensão e à explicação de boa qualidade sobre o fenômeno sob análise. Usar o instrumental teórico-científico na análise dos fatos cotidianos, considerados corriqueiros e comezinhos, além de treinar o raciocínio de quem o utiliza, prova a adequação ou a inadequação deste mesmo instrumental.

A vida social não se resume às grandes decisões tomadas pelos poderosos. Ela também se constitui de ações pessoais e, sobretudo, coletivas, praticadas no dia-a-dia. Aliás, como se procurou deixar claro, a *história real* é feita por homens e mulheres anônimos, através da luta diária. Só a *história oficial* é feita pelos grandes homens. E é contra esta história, que não registra as lutas político-sociais diárias, que este livro se insurge. Nem poderia ser de outra forma, já que a tarefa fundamental de quem se dedica a estudar categorias sociais altamente discriminadas consiste exatamente em penetrar neste *fazer história popular*.

Um segundo ponto sobre o qual a atenção deve ser fixada consiste no não-parallelismo, no cruzamento das contradições presentes nas sociedades regidas pelo patriarcado-racismo-capitalismo. Se estas contradições corresse paralelamente, seria muito simples, mesmo para aqueles que não detêm um instrumental teórico sofisticado, detectar, compreender e explicar os fenômenos delas resultantes. O nó da questão reside exatamente em mostrar a simbiose entre os referidos sistemas de dominação-exploração. Do entendimento do fenômeno do ângulo da fusão, da osmose, entre patriarcado, racismo e capitalismo, derivou a estratégia de luta aqui proposta.

Assim, não é difícil compreender que não se pode falar em *feminismo* no singular. Pessoas com diferentes filiações político-ideológicas são partidárias de distintos feminismos. Embora este livro não tenha o objetivo de se estender sobre uma classificação dos feminismos, talvez não seja demais fornecer ao leitor algumas coordenadas que lhe permitirão melhor identificar as filiações político-ideológicas das diversas correntes do feminismo.

Grosso modo, podem-se distinguir os seguintes enfoques da questão feminina:

1. *Conservantismo*, postura que, exatamente em razão de focalizar o sexismo como *desigualdade natural*, assume-se como não-feminista, já que *naturaliza processos sociais*. Assim, para esta corrente de pensamento, *as mulheres são naturalmente inferiores aos homens*.

2. *Liberalismo*, que tem como postulados fundamentais a *liberdade*, a *igualdade*, a *fraternidade*, todos situados no plano exclusivamente formal. Para os liberais, a inferioridade social da mulher deriva da desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres, especialmente nos campos da educação e do trabalho. Para esta corrente, basta qualificar a mão-de-obra feminina e oferecer-lhe oportunidades de trabalho para eliminar a inferioridade social da mulher.

Obviamente, o pressuposto básico desta linha de pensamento consiste em considerar o capitalismo como o regime sócio-político-econômico libertador da mulher. Os limites do feminismo liberal-burguês são dados pelo próprio capitalismo. Se este é tido como propiciador de maiores oportunidades de escolarização e de trabalho remunerado para as mulheres, é intocável, sagrado.

Logo, a ampliação da cidadania feminina aspirada pela postura liberal esbarra com os limites do capitalismo, sistema no qual os diferentes indivíduos partem de situações muito desiguais, tentando conquistar um lugar ao sol. Ainda que o feminismo liberal possa alargar os espaços de atuação das mulheres, a cidadania feminina será sempre limitada. Esta corrente de pensamento desempenhou importante papel na luta pela conquista do voto feminino em todo o mundo. Ainda que não se possa negligenciar a relevância desta e de outras conquistas, o feminismo liberal esgota-se na luta por liberdades formais.

Quando esta postura é assumida enquanto etapa de uma luta maior, visando à implantação da igualdade de fato entre homens e mulheres, merece todo o respeito, já que cria situações novas, capazes de conduzir, mais rápida e eficazmente, à meta final. Quando seu objetivo se reduz ao estabelecimento de igualdades formais, seu alcance fica automaticamente diminuído. Todavia, mesmo neste caso, trata-se de luta útil, pois, se não resolve o problema das desigualdades nas relações de gênero, torna-o menos agudo, na medida em que treina mulheres no jogo político da reivindicação.

3. *Marxismo dogmático* caracteriza-se por um profundo reducionismo. Tachando de *diversionista* a luta pela democratização das relações de gênero, não apenas privilegia a luta de classes em detrimento de outras (contra o sexismo e contra o racismo), como também só reconhece esta luta como legítima. O reducionismo desta postura reside exatamente em tentar reduzir todos os fenômenos a lutas de classes. Os adeptos desta posição entendem que todos os problemas se resolverão automaticamente com a destruição da divisão da sociedade em classes sociais, ou seja, com a implantação do socialismo. Patriarcado e racismo são, pois, tomados como questões secundárias, menores.

Os marxistas dogmáticos, exatamente em razão de seu dogmatismo, não enxergam as especificidades do patriarcado e do racismo, mesmo quando fundidos com o capitalismo, porque reduzem os três sistemas de dominação-exploração a um único: o das classes sociais. Este equívoco dos marxistas dogmáticos tem impedido que países em vias de construção do socialismo cheguem a democratizar as relações entre homens e mulheres e entre indivíduos de diferentes raças. Desta sorte, não se pode considerar esta corrente de pensamento como feminista. Ao contrário, ela rejeita enfaticamente o *feminismo* no singular, justamente porque não conhece senão um tipo de feminismo, ou seja, o radical.

4. *Feminismo radical*, assim denominado não por seu radicalismo político, mas por sua intransigência quanto à não-aceitação das próprias diferenças sexuais biologicamente definidas. As adeptas desta corrente desejam alcançar total autonomia em relação ao homem, inclusive no terreno sexual. Felizmente, trata-se de corrente inexpressiva em todo o mundo e especialmente no Brasil. Não obstante sua irrelevância, é esta a postura que serve aos meios de comunicação de massa e demais machistas na tarefa de nivelar por baixo, de considerar todas as feministas iguais, de angariar antipatias para todo e qualquer feminismo. Desta maneira, o feminismo radical fornece munição aos inimigos da luta pela democratização das relações de gênero. Rigorosamente, portanto, esta postura não é feminista, mas profundamente sexista. Efetivamente, é tão sexista quanto o machismo. A única diferença entre o feminismo radical e o machismo consiste no fato de que o primeiro privilegia a mulher e o segundo privilegia o homem. Identificam-se, pois, quanto ao grau de sexismo que apresentam e defendem.

5. *Feminismo socialista*, corrente de pensamento muito mais complexa que as anteriores, tratando de lidar, simultaneamente, com todas as contradições básicas da sociedade regida pelo patriarcado-racismo-capitalismo. Ainda que muitas vezes o racismo seja deixado de lado, os adeptos desta corrente jamais isolam a questão do patriarcado do problema das classes sociais. Embora o grau de êxito destas tentativas varie, há sempre a intenção de não negligenciar os antagonismos fundamentais que respondem pela opressão de mulheres, minorias étnicas e pobres.

Como é extremamente difícil tratar todas as contradições ao mesmo tempo, observa-se uma tendência a privilegiar, embora ligeiramente, uma contradição em detrimento de outra.

Neste livro, tentou-se evitar o equívoco da priorização de um antagonismo em prejuízo de outro ou outros. A História mostra a inadequação desta estratégia. Por isso, a estratégia aqui proposta é a do ataque à própria simbiose entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Esta proposta tem maior alcance do que a de atacar simultaneamente todas as contradições, todos os antagonismos. Isto significa investir contra a própria fusão dos mencionados esquemas de dominação-exploração. Se cada um deles representa uma grande força, sua simbiose não soma a força que cada um traz, mas potencia esta força.

Eis por que a estratégia indicada neste livro parece ser adequada ao enfrentamento das desigualdades, visando à implantação da democracia. Ou seja, atacar o nó górdio da questão, a fim de erradicar as desigualdades sociais. Rigorosamente, o único feminismo radical do ponto de vista político é o feminismo socialista, pois ser radical significa tomar as coisas pela raiz. Ainda que se concorde com a afirmação de Marx, de que a raiz das coisas é o homem, levase o raciocínio da estratégia de luta proposta um pouco mais adiante. O ser humano é, efetivamente, a raiz de todas as coisas, mas a raiz das desigualdades presentes nas sociedades regidas pelo patriarcado-racismo-capitalismo reside exatamente na já referida simbiose. Há, pois, que atacar impiedosamente esta fusão.

O feminismo aqui defendido, como terá seguramente notado o leitor, não representa, de forma alguma, uma guerra contra os homens. Ao contrário, a proposta consiste exatamente na humanização do homem, também castrado em muitas dimensões da vida. E para que este processo de humanização dos elementos masculinos tenha êxito faz-se necessário humanizar mulheres e negros. Este feminismo

está muito longe de ser rancoroso, ressentido, amargo. A rigor, é o oposto disto, pois visa a estabelecer a igualdade entre seres humanos para possibilitar-lhes o desfrute do prazer, concebido amplamente.

Atacando a divisão sexual do trabalho e a marginalização do negro, seus objetivos caminham na direção da maior liberdade para todos. Por que eleger a cor e o sexo como critérios de atribuição de papéis sociais, impedindo que cada um escolha livremente seus campos de atuação? Na sociedade brasileira, não são apenas mulheres e negros os impedidos de realizar suas inclinações. O tipo de abordagem do fenômeno aqui adotado impõe que se examine sempre o reverso da medalha. Assim, é preciso tomar consciência de que a prescrição de normas de conduta para estas categorias sociais discriminadas implica, necessariamente, uma limitação para os homens. Na medida em que certos campos de atuação são considerados femininos e ou negros, o homem em geral e o branco especialmente ficam impedidos de neles penetrar.

Desta forma, a discriminação aberta contra uns traz, escondida em seu bojo, a discriminação velada contra outros. O privilégio constitui também uma limitação. E, muitas vezes, paga-se um preço exorbitante por um privilégio. Vale, pois, a pena refletir sobre o preço a ser pago. Certamente, muitos concluirão pelas vantagens do não-privilégio, ou seja, pela conveniência da igualdade social entre todos.

Um bom exercício para se decidir se vale a pena ter "privilégios" de macho e de branco consiste em tentar responder honestamente à pergunta: em última instância, a quem beneficiam estes privilégios? Como já se indicou, os homens, aparentemente, são, em maior ou menor grau, beneficiários de tais privilégios. Mas a pergunta vai além das aparências, já que inclui a expressão *em última instância*.

Ora, quando se examina o processo de castração de que é alvo o homem, a fim de que possa exercer seu papel de dominador, chega-se à conclusão de que o preço é excessivamente alto. Evidentemente, o preço varia de acordo com a classe social a que pertence este homem, segundo sua cor, na proporção de outras características que possa apresentar. O preço, contudo, nunca é aquele da tabela; situando-se entre os pólos do *preço com ágio* ao *preço do mercado negro*. Por que nunca se trata de pagar o preço tabelado? Ora, porque não se mostra ao homem, ao se educá-lo para desempenhar o *papel do macho*, que isto tem um preço. Desta sorte, o homem também é vítima de um engodo, de um embuste, de uma trapaça.

O ponto crucial da postura assumida neste livro reside justamente em nunca se recusar a examinar as conseqüências para os homens das discriminações praticadas contra as mulheres. Mais do que isto, a grande mensagem consiste em mostrar que os homens podem e devem reivindicar seus direitos humanos, da mesma forma como muitas mulheres estão procedendo. Conquistar a posição de ser humano livre é muito mais do que um dever, é um *direito*. E este direito é igualmente válido para homens e mulheres, para negros e brancos, para ricos e pobres.

Quando a maioria dos homens, que sofrem a dominação, da minoria poderosa, descobrir que seus "privilégios" significam também limitações, constrangimentos, falta de liberdade, estará pronta a perceber como *sociais* os processos que lhe pareciam *naturais*. Tendo compreendido o processo social de construção da *mulher* e do *negro* enquanto categorias sociais discriminadas, a pessoa estará apta a desmistificar, a desmascarar a *naturalização* da "inferioridade" daqueles contingentes humanos. Se as discriminações são construções sociais, não fazem parte intrínseca da mulher e do negro. Se foram socialmente construídas, podem ser, também, socialmente destruídas, com vistas à instauração da verdadeira Democracia. E esta constitui uma tarefa sobretudo de jovens, ainda que os mais velhos possam colaborar.

Muitos jovens já perceberam os limites da eficácia da irreverência. Sabem que se rebelam contra modelos impostos por adultos, mas acabam copiando fielmente tais arquétipos. A História mostrou amplamente que a irreverência é necessária, porém não suficiente para levar a bom termo profundas transformações sociais. É chegado, pois, o momento de ultrapassar a posição de irreverência e ir adentrando a postura do questionamento transformador, que exige responsabilidade. Ou seja, questionar visando a transformar implica ser observador arguto, estudioso sério, comprometido com a causa da Democracia. O resto é constituído de pormenores que a vida cotidiana de cada qual se encarregará de fornecer. O importante, agora, é firmar o compromisso com a causa da liberdade, da igualdade social, enfim, da democracia.

No que tange às relações de gênero, entre homens e mulheres, existem, de há muito, artistas reverenciando a tão desejada Democracia. Ilustra bem esta questão o belíssimo poema, que constitui a letra da música que Taiguara compôs, *in memoriam*, para Leila Diniz, logo após sua trágica morte em um acidente aéreo.

Essa menina livre

“Essa menina livre, que Deus chamou,
Essa mulher de sol, que se deu e amou,
Essa viola amiga, que harmonizou guerra e liberdade,
Essa bruxa solta pela cidade,
Não vai partir, não vai morrer...

Essa verdade santa, que fez igual
O coração e a carne; e o bem e o mal,
Essa paixão de vidro, que abria o peito de quem sofria,
Que abria a porta que não sabia,
Não vai secar, não vai calar...

E esses amantes livres, que já nasceram,
Vão ser iguais no amor homens e mulheres
Vão ser o mesmo barro do mesmo chão,
A mesma porta aberta com a mesma mão,
Lá fora a mesma chance e o mesmo perdão

Que de tua boca não saia mais
O que faz dois amantes dois desiguais
E que na tua boca não entre mais essa diferença,
Que faz culpada uma companheira que vem somar, que vem
[amar...

E essa menina livre, que Deus chamou,
Essa mulher de sol, que se deu e amou,
Essa viola amiga que harmonizou guerra e liberdade,
Essa bruxa solta pela cidade,
Não vai partir, não vai morrer...

VAI VIVER DO AMOR DE CADA MULHER...”

SUGESTÕES DE LEITURA

CARNEIRO, Sueli & SANTOS, Thereza. *Mulher negra*. São Paulo, Nobel/ Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

Este livro tratou de reunir os dados disponíveis no país, a fim de demonstrar as discriminações que se praticam contra os negros em geral e especialmente as negras, no Brasil.

COMBES, Danièle & HAICAULT, Monique. Production et reproduction, rapports sociaux de sexes et de classes, *Le sexe du travail*. Presses Universitaires de Grenoble, 1984.

Neste artigo, as autoras propõem-se a realizar uma análise das relações de gênero centrada na simbiose entre o patriarcado e o capitalismo. Todavia, a tentativa não foi plenamente realizada, na medida em que as autoras situam o fenômeno da dominação, segundo elas típico do patriarcado, no terreno político-ideológico, reservando para o capitalismo, que divide a sociedade em classes sociais, o fenômeno da exploração. Ao separarem os fenômenos da dominação, que vinculam ao patriarcado, e da exploração, que ligam ao capitalismo, as autoras frustram sua própria proposta, ou seja, de analisar a osmose entre os dois sistemas.

EISENSTEIN, Zillah. Developing a theory of capitalist patriarchy and socialist feminism, *Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism*. Edited by Zillah Eisenstein, New York, Monthly Review Press, 1979.

A autora situa o fenômeno do patriarcado no contexto da sociedade capitalista, tentando lidar simultaneamente com os dois fenômenos. Entretanto, como o próprio título do trabalho indica, a autora privilegia o patriarcado. Este sistema é usado na forma substantiva e qualificado pelo capitalismo, utilizado na forma adjetiva: patriarcado capitalista. Ora, se um sistema qualifica o outro, os dois não gozam da mesma importância. O que é qualificado é mais importante, mais duradouro, mais decisivo. O que qualifica é passageiro, efêmero, secundário. A análise desenvolvida por esta autora permitiria inferir que houve um patriarcado escravista, um patriarcado feudal, da mesma maneira como há, na terminologia empregada no próprio título de sua obra, um patriarcado capitalista. Assim, o sistema estruturador das relações sociais que perdura é o patriarcado que, ao longo da História, vai sendo qualificado pelos diferentes sistemas econômicos.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Força de trabalho feminina: no interior das cifras, trabalho apresentado no Congresso da UNESCO, em 1984, na Iugoslávia, e publicado pela Revista *Perspectivas*. São Paulo, Revista de Ciências Sociais, Publicação UNESP, n. 8, 1985.

A autora fundamenta teoricamente a tese da simbiose entre o patriarcado e o capitalismo, atribuindo a mesma importância a ambos. Contra a tese de Eisenstein, contrapõe o fracasso de todas as lutas que priorizaram qualquer das contradições, propondo uma nova estratégia, que consiste em atacar a própria simbiose. Critica Combes e Haicault pelo fato de estas autoras considerarem como típica do patriarcado a *dominação*, que entendem como fenômeno situado exclusivamente no domínio político-ideológico, e de imputarem a *exploração* puramente ao fenômeno das classes sociais, isto é, do capitalismo. As referidas autoras comprometem a própria idéia de simbiose quando separam os dois conceitos da forma radical como o fazem. Ademais, esta separação indica que elas não concebem a realidade social como *una*. Ao contrário, distinguem na realidade social esferas distintas às quais correspondem fenômenos também distintos. Desta forma, embora proponham realizar uma análise materialista das relações sociais, acabam resvalando numa metodologia completamente distinta da de Marx e filiada, em última instância, ao sociólogo Max Weber, conhecido como o formulador de "tipos ideais", ou seja, conceitos paradigmáticos dos quais a realidade social se aproxima em maior ou menor grau.

SAFFIOTI, H. I. B. & FERRANTE, Vera L. S. B. Formas de participação da mulher em movimentos sociais, in *Política e administração*, revista publicada pela FESP, Rio de Janeiro, n. 2, 1985.

O artigo consiste na aplicação do arcabouço teórico exposto no artigo mencionado no item 4 aos movimentos sociais liderados por mulheres ou com densidade feminina ponderável.